

**Luciano Duarte
Bruno Frank
(org.)**

PSICOSFERA

**contribuições teóricas a partir
de investigações geográficas**



Universidade
Federal
da Grande
Dourados



Copyright © Luciano Pereira Duarte Silva e Bruno José Rodrigues Frank.

Capa: Fernanda Barth Barasuol.

Editoração: Equipe TotalBooks.

Revisão: Equipe TotalBooks.

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Psicosfera [livro eletrônico] : contribuições teóricas a partir de
investigações geográficas / organização Luciano Pereira Duarte
Silva, Bruno José Rodrigues Frank. -- 1. ed. -- Porto Alegre, RS :
Totalbooks, 2023.
PDF

ISBN 978-65-88393-43-7

1. Dialética 2. Espiritismo – Estudo 3. Espiritualidade 4. Geografia
5. Instituições sociais 6. Reflexões 7. Santos, Milton, 1926-2001 I. Silva,
Luciano Pereira Duarte. II. Frank, Bruno José Rodrigues.

23-144564

CDD-133.901

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicosfera : Espiritualidade : Filosofia 133.901
Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

*A publicação deste livro recebeu apoio financeiro, via Programa de Apoio à
Pesquisa da UFGD - Unidades Acadêmicas - Restos a Pagar - Unificado
(Edital PROPP Nº 27, de 28 de julho de 2022). Agradecemos o apoio da
Universidade Federal da Grande Dourados na elaboração desta obra.*

Todos os direitos reservados para os autores.

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia
autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.

*Os autores e as autoras são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, quadros
etc.) inclusive pela grafia, correção gramatical, sintaxe e pelo uso da norma culta da língua
portuguesa e de língua estrangeira, e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os
mesmos.*

EDITORA TOTALBOOKS® LTDA.

contato@totalbooks.com.br

EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr^a Adriana Dorfman
Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Emerson Galvani
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr^a Patrícia Cristina Statella Martins
Dr. Roberto Verdum
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS

www.totalbooks.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO <i>Luciano Duarte</i>	5
AS IGREJAS EVANGÉLICAS E AS DISPUTAS PELA PSICOESFERA <i>Silvana Silva</i>	25
TERRITÓRIO USADO, IMAGINÁRIOS E TEORIAS DO PLANEJAMENTO: CAMINHOS DE MÉTODO <i>André Pasti</i>	41
A PSICOESFERA DOS INVESTIMENTOS E A EXPANSÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO <i>Wagner Nabarro</i>	65
PSICOESFERA, TÉCNICA DIGITAL E O NOVO CONSUMO: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A DIFUSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO <i>Igor Venceslau</i>	87
CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO E SEUS DISPOSITIVOS COMO DIFUSORES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL E DO DISCURSO DA COMPETITIVIDADE <i>Luciano Duarte</i>	112
A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: TECNOSFERA, PSICOESFERA E O PODER DA INFORMAÇÃO <i>Mirlei Fachini Vicente Pereira</i>	143
PSICOESFERA NO CAMPO MODERNIZADO E NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO E CIRCUITOS DA ECONOMIA AGRÁRIA <i>Heloísa Santos Molina Lopes</i>	169
DESIGUALDADE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DA PSICOESFERA NO <i>MAINSTREAM</i> BRASILEIRO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS <i>Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin</i>	183
A CAPILARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CIDADES E NO CAMPO NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DE UMA PSICOESFERA NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL <i>Mait Bertollo</i>	201
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	223

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

Luciano Duarte

O conceito mobilizador das reflexões que guiam a obra

O livro aqui apresentado deriva de um projeto coletivo de reflexão que envolveu um conjunto de pesquisadores com forte vinculação ao partido de método proposto por Milton Santos. Durante os diálogos e as pesquisas de cada um dos integrantes desse grupo, foi reconhecido que, dentre o amplo cabedal conceitual legado pelo grande geógrafo brasileiro, a ideia de psicofera, enquanto par dialético da tecnosfera, compõe um conjunto de noções e proposições que não chegaram a ser plenamente desenvolvidas em decorrência do falecimento do autor.

A partir dessa análise, este grupo estabeleceu como objetivo coletivo buscar contribuir com definições mais precisas e, ao mesmo tempo, mais amplas, da noção de psicofera, integrando-a ao método geográfico, assim como abrindo novos caminhos de diálogos com outros campos do saber. Essas etapas se mostram fundamentais para possibilitar caminhos de operacionalização dessa noção conceitual nas investigações geográficas e em pesquisas com as mais distintas temáticas e objetos de estudo. Com este livro, o grupo busca, juntamente com um conjunto ampliado de outros pesquisadores, apresentar em cada um dos capítulos que compõem a obra, as reflexões derivadas de suas pesquisas, destacando as leituras e aproximações conceituais utilizadas para trazer maior sustentação a essa noção, assim como revelar seu potencial analítico na interpretação das atuais dinâmicas socioespaciais.

Partimos da concepção do espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, um híbrido entre materialidade e ação social, noções desenvolvidas por Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço” (2009 [1996]). Para o autor, o espaço pode ser compreendido por meio de duas dimensões indissociáveis: a tecnosfera e a psicosfera (Santos, 2013 [1993]). A primeira corresponderia aos objetos técnicos ou fabricados do espaço; e associa-se – nem sempre de forma coincidente – a uma psicosfera, que corresponderia aos imaginários, emoções e valores presentes no território. A psicosfera diz respeito, portanto, ao reino das ideias, crenças, paixões, sendo uma importante dimensão da produção dos sentidos históricos, políticos e econômicos; enquanto a tecnosfera compreende o conjunto de objetos técnicos, resultado da artificialização crescente do espaço e que são suporte material para realização das ações sociais. Ambas formariam assim o meio técnico-científico-informacional, que é a face geográfica da globalização (SANTOS, 2012). Porém, este meio geográfico seria muito mais presente como psicosfera do que como tecnosfera, pois enquanto esta segunda dimensão se manifesta como fenômeno contínuo na maior parte da região concentrada, a primeira, a psicosfera, é o domínio do país inteiro (Santos, 2013, p. 30 [1993]).

Com base nesses entendimentos, importantes interlocutoras de Milton Santos trouxeram significativas contribuições a esta noção. Dentre elas, destacamos a professora Maria Adélia de Souza (2013, p. 222), para quem, a tecnosfera e a psicosfera “são círculos da existência, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla do que o lugar constituído pelos aconteceres”. Ainda nas palavras da geógrafa, se referindo agora mais precisamente à psicosfera, esta seria o “lugar da produção de um sentido para a vida, que faz parte desse meio em que vivemos, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”. Ana Clara Torres Ribeiro, que também contribui enormemente com a compreensão desses conceitos, afirma que a consolidação desse meio técnico-científico-informacional, “formado por

objetos e técnicas característicos da atual fase do capitalismo, corresponde à manifestação de processos culturais e metas sociais” que passariam obrigatoriamente pelo “reconhecimento da adequação socialmente desigual do país a uma nova psicosfera”, e que esta “apoia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico” (Ribeiro; Piquet, 2013, p. 268).

Reconhecemos ainda a enorme contribuição que a professora Samira Peduti Kahil trouxe para o entendimento da psicosfera, sobretudo como ferramenta fundamental para compreender a globalização e o “novo espírito do capitalismo”, visto que as análises hoje exigem uma interpretação dos fenômenos que não considerem somente a ótica do conhecimento auferido da realidade que se apresenta no mundo exterior, mas também o “aspecto subliminar da psique humana, do fetiche e do desejo criado pela tensão entre o inconsciente e o consciente”. Esse desafio exige que percamos o “medo de afastar-se dos fatos”, já pré-moldados na própria percepção, o que exigiria a “introdução de um mínimo de negatividade da certeza cientificista dos fatos”, levando em consideração o “indemonstrável”, forçando o pensamento para além do cientificismo empiricista ou do nominalismo intransigente (Kahil, 2010, p. 476). Um caminho para isso seria, portanto, o conceito de psicosfera, enquanto espírito de uma época (*Zeitgeist*), mas que não é isolável, ao contrário, acha-se entretecida à esfera técnica do território e a um momento nodal histórico; ainda assim, um conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistema de trabalho, associados ao espírito de uma época.

Para avançarmos na compreensão dessa noção proposta por Milton Santos, mostra-se ainda pertinente identificar os desdobramentos a partir dos trabalhos produzidos mais recentemente por um conjunto, que ainda consideramos relativamente pequeno, de pesquisadores na área da Geografia. Destacamos aqui os trabalhos de Evelyn Pereira (2007, 2013), Lucas Melgaço (2010), Silvana Cristina da Silva (2021) e Mirlei Fachini Vicente Pereira (2021), sendo que estes últimos dois estão entre os autores dos capítulos deste livro.

Cada um destes, ao seu modo, com seus horizontes de preocupações e a partir de temáticas particulares, traz contribuições significativas não só para a definição do conceito de psicofera, mas sobretudo ao apontar caminhos metodológicos para sua operacionalização e sustentação teórica de novas pesquisas.

Outro movimento importante que foi reconhecido por este grupo de estudos que se agregou, mas que é igualmente fundamental para todos que se propõem a se debruçar mais atentamente sobre o conceito de psicofera, é o de estabelecer interfaces de diálogo com outros autores, textos e campos do saber que também têm incorporado dimensões mais sensíveis e subjetivas, da ordem dos afetos e das emoções, do campo da ideologia e do imaginário que compõem a realidade material do espaço, da sociedade e dos sujeitos. Dentre os muitos trabalhos, e longe de esgotar o amplo universo de publicações que foram e ainda estão sendo produzidas, indicamos aqui os de Terry Eagleton (1997) e Antônio Carlos Robert Moraes (2005), que muito contribuem com as discussões sobre a ideologia¹. Nas discussões que tangem a constituição e relevância da indústria cultural nos estudos sociais contemporâneos, apontamos os clássicos trabalhos de Theodor Adorno (2008) e, mais recentemente pela Geografia, os de Rodrigo Valverde (2015).

O diálogo com outras áreas do conhecimento, como o da teoria da comunicação, também se mostra muito promissor no avanço da conceitualização e definição do conceito de psicofera. Por isso, são de fundamental consulta² os trabalhos da já citada Ana Clara Torres (2013), assim como de Robert W. McChesney (2002) e de Manuel Castells (2016). Próximas e em diálogo com esse campo, é também importante reconhecer as pesquisas que avançam na identificação da produção de novas subjetividades e formas de sujeição,

¹ Complementarmente, mas sem atribuir menor valor, listamos ainda os trabalhos de Louis Althusser (1980), István Mészáros (2004), Slavoj Žižek (2007) e Armando Corrêa da Silva (1976).

² Acrescentaríamos ainda a referência aos trabalhos de Armand Mattelard (1996) e Lucien Sfez (2002), assim como, em Geografia, de Adriana Bernardes da Silva (2001), André Pasti (2018) e Wagner Nabarro (2012), que também compõem o presente livro, dentre outros tantos.

constituído uma verdadeira psicopolítica, a partir do emprego massivo e intensivo da internet. Nesse sentido, ganham destaque os estudos produzidos por Fernanda Bruno e seu grupo (2019), bem como as reflexões trazidas pelos pensadores Byung-Chul Han (2018) e Shoshana Zuboff (2021).

Indissociável às discussões sobre comunicação e a emergência da variável informação no período atual, têm-se as questões relacionadas à dimensão técnica do espaço e do meio geográfico, a tecnosfera⁵, e sua contribuição na constituição, dinamização e orientação do reino das ideias, valores, discursos, crenças, afetos e dos imaginários, ou seja, da psicosfera. Por essa razão, é incontornável a consulta das obras de pensadores da ordem de Gilbert Simondon (2007), Jacques Ellul (1968) e Jean Baudrillard (1972). Ainda com essa interface, mas com maior atenção ao planejamento e transformação das cidades, alguns estudos vêm demonstrando a centralidade que ganham nesses processos a produção, mobilização e difusão de discursos e de imaginários sobre o urbano e as cidades. Nesse sentido, voltamos a reconhecer a importância do pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro (2013), mas também de Armando Silva (2002), Daniel Hiernaux (2007), Doreen Massey (2017) e Marcelo Lopes de Souza (2016).

Apontamos ainda como potenciais interfaces de diálogo e consulta por aqueles que procuram trilhar nas discussões sobre psicosfera, trabalhos do campo da linguística e da linguagem, como são os de Luciana Salazar Salgado (2013) e dela em coautoria com Ricardo Mendes Antas Júnior (2011), assim como do teórico italiano Paolo Virno (2008). De igual modo, reconhecemos que o campo da psicologia, em especial da psicanálise, pode contribuir enormemente com o esforço de consolidarmos e expandirmos esse conceito miltoniano. Nesse sentido, ganham destaque os trabalhos de Theodor Adorno (2015), assim como os de outros tantos intelectuais vinculados ou influenciados pela chamada Escola

⁵ Mais recentemente, as obras e textos de Bernard Stiegler (2013) e Eric Sadin (2017) vêm contribuindo enormemente para atualizar e expandir essas reflexões. No campo da Geografia brasileira, destacamos os trabalhos mais recentes publicados por Fábio Tozi (2013), Mait Bertollo (2019) e Igor Venceslau (2023); estes dois últimos também estão entre os autores deste livro.

de Frankfurt, em especial os que passaram pela “virada afetiva” na teoria crítica (Campello, 2017), muito influenciada por Axel Honneth (2003). No Brasil, ganham enorme relevância os trabalhos de Christian Dunker (2015) e Vladimir Safatle (2016) que, em colaboração e contribuição com outros docentes e alunos, vêm trazendo importantes aproximações entre a psicanálise e a teoria social, e, em alguns momentos, até mesmo com a teoria do espaço, como pela noção de “lógica de condomínio”, mas também apontando como o neoliberalismo vem produzindo novas formas de “gestão do sofrimento” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021).

Esse último ponto nos leva à interface que talvez se apresente como mais “atual” e mais aderente ao período da globalização, pois contribui para aprofundarmos as bases políticas que fundamentam este momento da história. O que nos leva a reconhecer os novos estudos e abordagens sobre o fenômeno do neoliberalismo, não só em sua face “econômica” e “política”, em seu sentido mais formal e estatal, mas como uma nova razão do mundo, nos termos de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), que acabam produzindo novas formas de sujeição, indivíduos e formas de vida. Esse modo de interpretação do neoliberalismo ainda poderia ser pensado como um “novo espírito do capitalismo”, como afirmam Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009).

A partir desse caminho de análise, torna-se também possível reconhecer aproximações não só teóricas, mas igualmente empíricas entre esse novo modelo de “governamentalidade” (Foucault, 2008) e diversas outras “dimensões” ou “circunscrições” da psicofera. Como por exemplo, trabalhos que revelam aproximações entre neoliberalismo, valores e crenças (inclusive religiosas), como apontam Wendy Brown (2019) e, mais recentemente na Geografia brasileira, Silvana Cristina da Silva (2023), e no presente livro. Ou ainda, nas transformações ou “capturas” de dimensões sensíveis e afetivas das relações sociais e intrassubjetivas (Illouz, 2011; Sztulwark, 2019); nos diversos meios de agenciamentos e conformação de mercados (Callon, 2017; Muniesa; Millo;

Callon, 2007). Assim como nas influências que trazem para os paradigmas da administração pública e das empresas (Pereira, 2013; Ribeiro, 1988) ou para os discursos e sentidos sobre os processos de modernização do território, as dinâmicas produtivas e o desenvolvimento urbano e regional (Duarte, 2021; Faccin, 2017; Pereira, 2011; Pereira; Kahil, 2006).

A psicosfera, portanto, será tratada pelos autores deste livro como um sistema de ideários, discursos, ideologias e imaginários que conformam o pensamento único que sustenta e fundamenta politicamente processos e formas socioespaciais da globalização, dentre eles modalidades de planejamento, políticas e dinâmicas econômicas urbanas, rurais e regionais. Desse modo, entendemos que esse conceito é fundamental para abordar a difusão do meio técnico-científico e informacional, parte intrínseca das dinâmicas territoriais e consideramos que seja uma dimensão cada vez mais indispensável para desenvolver reflexões socioespaciais. Esta publicação busca uma grande diversidade de temas, objetos e situações geográficas que possam revelar um pouco da riqueza teórica e o potencial explicativo que o conceito de psicosfera possui.

Contexto de produção do livro: a história “geográfica” de um grupo de estudo

A ideia de publicação deste livro parte de um coletivo de pesquisadores que, à época, era formado em sua integralidade por estudantes de doutorado e recém doutores em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que integravam o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN) e o Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (GEOPLAN), respectivamente pertencentes às universidades citadas. Referenciar a participação dos membros do grupo a estes laboratórios não é uma mera formalidade, mas indica uma certa orientação de método e fundamentação teórica que é compartilhada por este grupo, e que claramente é estabelecida pelo

pensamento de Milton Santos. Isso se deve, em grande medida, pelo fato de, em ambos os laboratórios, encontrarmos como integrantes e/ou coordenadores, diversos docentes que, por sua vez, foram ex-alunos e orientandos propriamente de Milton Santos ou de sua grande colaboradora, Maria Adélia de Souza.

As atividades do grupo se iniciaram no contexto pré-pandemia de COVID-19, o que permitiu que as primeiras reuniões se realizassem nos laboratórios citados. Porém, com as medidas de isolamento social, a maior parte dos encontros e discussões passou a ser realizada de forma virtual, o que foi um primeiro movimento de distanciamento de seus membros integrantes. Com o passar do tempo, esse distanciamento se ampliou devido aos diversos caminhos pessoais que cada um tomou. Dentre aqueles que realizavam seus estudos de doutoramento na USP, André Pasti realizou sua defesa de doutorado no ano de 2019, pouco antes do início das atividades do grupo, sob orientação da professora Mónica Arroyo, apresentando a tese intitulada “Mídia, território e comunicação ascendente: políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina”. A partir de 2020, o colega ingressou como docente da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Ainda na USP, outro integrante do grupo de estudos, Wagner Nabarro, defendeu seu doutorado no ano de 2022, tendo como orientador o professor Fábio Contel. Wagner apresentou a tese intitulada “O espaço do mercado de capitais: tecnosfera e psicosfera dos investimentos no território brasileiro” e passou a atuar como professor substituto na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a partir de 2023. O grupo também contou com Igor Venceslau, que realizava sua pesquisa de doutoramento sob orientação da professora Mónica Arroyo, tendo defendido, ainda em 2023, sua tese intitulada “Espaço geográfico e economia digital: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico”.

No contexto da Unicamp, dentre os representantes do grupo estava Luciano Duarte, que foi orientado em seu doutorado pelo professor Márcio Cataia

e defendeu sua tese um pouco após o início das atividades do grupo, ainda no ano de 2019, com o título “Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista”. Luciano atua, desde 2022, como professor da Universidade Federal da Grande Dourados (MS). Por fim, o grupo era completado por Heloísa Santos Molina Lopes que, no momento de escrita deste livro, se encontrava na fase final de sua pesquisa de doutoramento, sob orientação do professor Ricardo Castillo, investigando os circuitos da economia agrária e reconhecendo uma “logística dos pequenos” na produção de alimentos, sobretudo quando orientada por programas governamentais, como o PNAE.

Apesar de uma orientação teórica e um partido de método compartilhado entre os cinco membros do grupo, a partir do relato dessas trajetórias acadêmicas, podemos observar que cada um traz temáticas, problemáticas e objetos de estudo muito distintos em suas respectivas teses de doutoramento. Essa diversidade de pesquisas permitiu que os diálogos fossem sempre muito ricos, visto que cada um sempre trazia as formas particulares e distintas de operacionalização, interpretação e até mesmo limites ao conceito de psicofera a partir dos temas que estavam enfrentando.

O mesmo espírito que orientou esse grupo é o que guiou a presente publicação. No entanto, agora com um diálogo ampliado, envolvemos outros pesquisadores que não participaram do grupo de estudos, mas que também se debruçam sobre o conceito de psicofera, buscando caminhos metodológicos de sua operacionalização e, deste modo, empregando-o em suas pesquisas. Por essa razão, foram convidados outros quatro pesquisadores de instituições e localidades distintas, que possuem uma diversidade de preocupações de pesquisas entre si, mas que, ao mesmo tempo, têm em suas trajetórias formativas influências do partido de método proposto por Milton Santos. A diversidade temática e coerência de método desses autores convidados também contribuiu com o projeto de substanciar, alargar e tensionar ainda mais o diálogo e as

reflexões sobre o rico conceito de psicofera. Para isso, foram convidados os(as) professores(as): Mirlei Pereira, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Silvana Cristina da Silva, da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos dos Goytacazes); Mait Bertollo, em estágio de pós-doutoramento na Unicamp; e Ana Carolina Faccin, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus Pantanal).

Em razão dessas trajetórias compartilhadas e entrecruzadas dos autores, além do fato da ideia original deste livro ter nascido deste grupo de estudos que visava aprofundar as discussões sobre ideia de psicofera, talvez fique claro para o leitor mais atento o compartilhamento de diversas bibliografias entre a maioria dos textos apresentados. Ainda assim, cada um dos autores trouxe suas leituras e uma diversidade de referências teórico-conceituais que permitem alargar e estabelecer novos pontos de diálogo com as ciências sociais, além, é claro, de reflexões que derivaram e se apresentaram como desafios de análise a partir de suas pesquisas e objetos particulares.

Creemos, assim, que temos em mãos um material que traz relevante contribuição para o avanço da teoria do espaço proposta por Milton Santos, sobretudo para o apontamento de possíveis caminhos metodológicos de operacionalização de seus conceitos, em especial o de psicofera, e pela revalorização de seu potencial explicativo da realidade material e imaterial, racional e subjetiva, pragmática e afetiva que marca o período atual da história.

Apresentação e estruturação dos capítulos do livro

Antes de iniciar a apresentação, uma pequena nota explicativa sobre a grafia do conceito abordado por todos os textos. Apesar de no título desta obra figurar a grafia “psicofera”, sem a letra “e” entre as letras “o” e “s”, ou seja, “psicoesfera”, não há total consenso entre os autores deste livro sobre qual seria sua apresentação mais adequada. Por essa razão, alguns autores empregaram a forma “psicofera” e, outros, “psicoesfera”, guardando assim a diversidade de

interpretações que cada um possui sobre o conceito. Ainda que possa haver uma certa discussão mais profunda sobre as diferentes formas de se grafar o conceito, em grande medida, seu sentido está preservado independentemente de sua forma. Ainda que possam haver referências e reflexões particulares entre os autores deste livro, essas formas distintas de grafia podem estar ligadas ao fato de edições diferentes das obras de Milton Santos trazerem as duas formas. Em geral, suas obras mais antigas trazem a forma “psicoesfera”, como ocorre em seu “Espaço, técnica e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional”; e, em suas mais recentes, a forma “psicosfera”, como na obra “Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”. Ou seja, trata-se de uma questão menor, mas que precisa ser aqui pontuada.

Além desta introdução, a presente obra contém outros nove textos, produzidos a partir desse diálogo coletivo que foi relatado acima e que derivam de pesquisas que foram ou estão sendo desenvolvidas por cada um dos autores, o que é importante reforçar para revelar a solidez teórica, conceitual e empírica que cada capítulo carrega. Esperamos, com esta publicação, portanto, que além das reflexões aqui apresentadas, que outros resultados das pesquisas e outras publicações desses autores possam circular de forma ainda mais ampla e ganhar maior debate em diversas áreas do conhecimento.

Iniciamos, assim, com o capítulo de autoria de Silvana Cristina da Silva, intitulado “As igrejas evangélicas e as disputas pela psicoesfera”. Neste trabalho, a professora busca revelar como, no Brasil, a efervescência do crescimento de igrejas e dos ativismos evangélicos (CARRANZA, 2020) impôs a necessidade de compreendê-los para além da superfície, pois estas igrejas têm uma inserção cada vez mais orgânica no território. Para o alargamento das ações das instituições religiosas é fundamental o uso de mídias, como redes sociais digitais, rádio e TV, jornais impressos (e digitais) e produções cinematográficas, uma vez que são meios amplificadores dos espaços da copresença. Esse conjunto de mídias consiste em fábricas de indução de comportamentos que emanam de

redes de sociabilidades e circuitos espaciais produtivos organicamente instauradas no território. Dessa forma, a autora buscou evidenciar que as igrejas evangélicas vêm disputando a formação da psicoesfera e os usos do território brasileiro. Elas se tornam, assim, agentes com enorme capilaridade nas periferias urbanas e estão plenamente imbricados nas ações políticas do Estado em diferentes esferas.

Logo em seguida, apresentamos o trabalho produzido por André Pasti, que traz como título “Território usado, imaginários e teorias do planejamento: caminhos de método”. O capítulo parte do entendimento de que a teorização do planejamento territorial deve se aproximar das reflexões teóricas sobre o espaço geográfico, dado que a compreensão das dinâmicas territoriais e também da natureza do espaço condicionam e moldam as possibilidades e estratégias para planejar intervenções no território usado e praticado – tomado, aqui, como sinônimo de espaço geográfico, conforme propôs Milton Santos (2005). Partindo da dimensão dos imaginários nas práticas do planejamento urbano, o texto então busca apresentar caminhos de método que possam ser percorridos, experimentados e tensionados por outras pesquisas.

Dando continuidade, encontraremos o capítulo de autoria de Wagner Nabarro, que nos apresenta o texto “A psicofera dos investimentos e a expansão do mercado financeiro no território brasileiro”. Para o autor, a formação de uma psicofera dos investimentos no território brasileiro está associada a uma tecnosfera que embasa o aumento de operações financeiras, conferindo assim grande centralidade do mercado financeiro para a economia nacional. Isso deriva de uma série de mudanças que foram realizadas ao longo das décadas e que envolveram uma crescente agilidade das transações, um aumento da presença dos instrumentos financeiros na vida cotidiana das populações, um papel crescente das decisões de investimentos financeiros e o caráter global dos agentes financeiros.

O quarto capítulo que o presente livro traz é de autoria de Igor Venceslau, e possui o título “Psicosfera, técnica digital e o novo consumo: elementos para compreender a difusão do comércio eletrônico no território brasileiro”. A partir de um sólido embasamento teórico e conceitual, e amparado em robusta bibliografia, o texto busca sustentar o argumento de que o uso da técnica contemporânea tem impulsionado a disseminação de imaginários, discursos e consensos, apresentando uma reflexão sobre a constituição da psicosfera atual a partir da emergência e difusão da técnica digital. Entende-se que a psicosfera justifica e autoriza a implementação, nos lugares, de um conjunto de inovações, antecipando-se à sua chegada. Por sua vez, a própria incorporação da técnica digital amplifica e potencializa a psicosfera, possibilitando a expansão de um novo modo de consumo. Por fim, o capítulo propõe disputar outros sentidos possíveis para a técnica em direção às bifurcações do futuro.

O quinto capítulo, que é de nossa autoria, traz o título “Círculos de cooperação no espaço e seus dispositivos como difusores da racionalidade neoliberal e do discurso da competitividade”. Com este texto, procuramos defender o argumento de que progressivamente a economia política do território exige uma psicosfera científica e estrategicamente constituída, de modo a produzir mentes, corpos e lugares aptos a integrarem circuitos da produção e do consumo (Dardot; Laval, 2016). Buscamos propor que esta economia política não se resuma ao transporte e à circulação de bens, mercadorias, dinheiro e capitais, mas é igualmente constituída de verdadeiros circuitos de afetos, desejos e emoções, que são essenciais para o funcionamento de uma engenharia motivacional que transforma a cooperação, a comunicação e o reconhecimento em dispositivos da otimização da produtividade (Safatle, 2016). A partir desses pressupostos, buscamos sustentar que um possível caminho metodológico para se realizar essa análise é pelo emprego dos conceitos de circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação no espaço.

A partir do sexto capítulo, o livro apresenta um conjunto de textos que se detém mais especificamente sobre a manifestação da psicosfera no campo e nas atividades agrícolas, ainda que tenhamos escolhido não segmentar a estrutura dos capítulos dessa forma. De todo modo, esse conjunto de textos é aberto pelo capítulo “A hegemonia do agronegócio brasileiro: tecnosfera, psicosfera e o poder da informação”, de autoria de Mirlei Fachini Vicente Pereira. Neste ensaio, o autor avalia o modo pelo qual, no atual período histórico, a informação estratégica é duplamente empregada para o exercício do poder e manutenção da hegemonia pelo que comumente denominamos por agronegócio. Por um lado, ela é elemento central às modernas tarefas produtivas, como o aumento da produtividade no campo e da competitividade, numa corrida sem fim pela diminuição dos custos e que hoje não se perfaz sem acesso e uso privilegiado de informações estratégicas. Por outro lado, e de forma indissociável, a informação é acionada, (re)elaborada, e também manipulada de modo a conformar uma esfera própria no campo das subjetividades, em que ideologias são afirmadas e figuram como ingrediente necessário à imposição de práticas hegemônicas, a partir de narrativas de valoração que garantem consensos e certa legitimidade ao agronegócio no conjunto da nação e do território.

Em seguida, o texto de Heloísa Santos Molina Lopes traz o título “Psicosfera no campo modernizado e na produção de alimentos: ideologia da modernização e circuitos da economia agrária”. Em seu trabalho, a autora discorre acerca da relação entre a psicosfera dominante e a ideologia da modernização, que orienta os projetos de desenvolvimento do campo brasileiro. A partir desse entendimento, a autora do capítulo revela como essa psicosfera atua em diferentes níveis e etapas dos circuitos espaciais de produção de alimentos, e altera lógicas de consumo, influenciando as relações entre o Circuito Superior e o Circuito Inferior da Economia ao valorizar, em variados contextos, formas diversas de consumo alimentar, gerando mudanças significativa nas bases do sistema de alimentação em nosso país.

No oitavo capítulo do livro, encontramos o texto “Desigualdade, desenvolvimento econômico e o papel da psicosfera no *mainstream* brasileiro das últimas décadas”, de autoria de Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin. Neste trabalho, a autora parte do reconhecimento de que a desigualdade estrutural brasileira é notória, apresentando, entre outros elementos, uma profunda má distribuição de renda, o que gera continuamente um contexto de privação de oportunidades nos diferentes grupos populacionais. Esse “abismo social”, cada vez mais é aprofundado por políticas públicas voltadas aos setores já privilegiados e reforçados no *mainstream*, por mensagens indiretas e diretas via canais de comunicação em massa. Nesse contexto, o conceito de psicosfera aparece como uma opção metodológica operacional para compreendermos o domínio do discurso neoliberal sobre as massas menos favorecidas, sob a égide de maior concentração de renda nas mãos de poucos privilegiados nos últimos anos.

Por fim, mas longe de possuir algum nível de importância nessa sequência, temos o trabalho de Mait Bertollo, que traz o título “A capilarização da informação nas cidades e no campo no Brasil e a emergência de uma psicoesfera no planejamento e desenvolvimento territorial”. Com o texto, a autora revela como a aplicação do conceito psicosfera no contexto das transformações no meio técnico-científico-informacional é um caminho analítico para se compreender a capilarização da informação por meio do *smartphone* na cidade e no campo brasileiros e seus impactos espaciais. Por meio dessa indissociabilidade entre tecnoesfera e psicoesfera, portanto, investigações podem ser realizadas para se compreender eventos recentes no território nacional, relacionados à multinacionalização das empresas, à internacionalização da produção, à circulação e à revolução da informação, que possibilita a simultaneidade das ações.

Gostaríamos, ao fim, de agradecer enormemente aos autores pelo pronto aceite em produzir seus respectivos capítulos, o que certamente demandou enorme esforço e empenho de cada um. Agradecemos também a confiança e o engajamento em participar desse debate ampliado sobre o conceito de psicosfera,

sobre a teoria do espaço e o partido de método proposto por Milton Santos, reafirmando assim sua pertinência analítica e explicativa. Desejamos aos leitores uma boa leitura e convidamos todos e todas a participarem dessas discussões, sempre retrabalhando-as a partir de outros olhares e orientações de método, com outras abordagens e problemáticas, pois assim podemos continuar avançando no labor e no artesanato intelectual.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo (SP): Paz & Terra, 2008.

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1972.

BERTOLLO, Mait. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone**. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 3, p. e33095, dez. 2019.

CALLON, Michel. **L'emprise des marchés**. Paris: La Découverte, 2017.

CAMPELLO, Filipe. Axel Honneth e a virada afetiva na teoria crítica. **Conjectura: Filosofia e Educação, Caxias do Sul**, v. 22, p. 104–126, 2017.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. *In*: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171–192.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUARTE, Luciano. Aproximações à noção de dispositivos de cooperação: como os circuitos espaciais produtivos se lugarizam. *In*: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; SÁ, Isabel (org.). **Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de iniciativas cidadãs, 2021.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial**. 2017. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas (FCH) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. São Paulo: Ayine, 2018.

HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. **EURE (Santiago)**, v. 33, n. 99, p. 17–30, ago. 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo. Ed. 34, 2003.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 475–485, dez. 2010.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 36–40, 5 out. 2017.

MATTELART, Armand. **A mundialização da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MCCHESENEY, Robert W. Economía política de los medios y las industrias de la información en un mundo globalizado. *In*: VIDAL BENEYTO, José (org.). **La ventana global**. Madrid: Taurus, 2002.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

- MESZAROS, Istvan. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MUNIESA, Fabian; MILLO, Yuval; CALLON, Michel. An introduction to market devices. **The Sociological Review**, v. 55, n. 2, p. 1–12, 2007.
- NABARRO, Wagner; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. Informação e território: a Agence France-Pressé no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 1, p. 37–59, 30 abr. 2012.
- PASTI, André. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 30, n. 1, p. 80–109, 2018.
- PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. **A empresa e o lugar na globalização: a “responsabilidade social empresarial” no território brasileiro**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. A nova psicosfera empresarial na globalização: questões sobre as ações sociais empresariais no território brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 34, p. 146–163, 30 ago. 2013.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 95–104, 2011.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Território e psicosfera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal. In: KAHIL, Samira Peduti (org.). **O tamanho do Brasil: território de quem?** São Paulo: Editora Max Limonad, 2021.
- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas. In: GIRARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo (org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: UNESP/IGCE e AGETEO, 2006.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Volume 4**. Rio Claro: Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. **Cadernos IPPUR**, Ano XII, n. 2, p. 107–126, dez. 1988.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. **Por uma sociologia do presente - Volume 3**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SADIN, Eric. **La humanidad aumentada**. Buenos Aires: Caja Negra, 2017.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Autêntica, 2016.

- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- SALGADO, Luciana Salazar. Cibercultura: tecnoesfera e psicoesfera de alta potência difusora. *In*: ABRIATA, Vera Lucia Rodella (org.). **Leitura: a circulação de discursos na contemporaneidade**. Franca: Unifran, 2013. p. 25.
- SALGADO, Luciana Salazar; ANTAS Jr., Ricardo Mendes. A criação num “mundo sem fronteiras”: paratopia no período técnico-científico informacional. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 33, n. 2, p. 259–270, 8 ago. 2011.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- SFEZ, Lucien. **Técnica e Ideologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SILVA, Adriana Bernardes Da. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informação e novo uso do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.
- SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e ideologia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 52, p. 93–100, 1976.
- SILVA, Silvana Cristina da. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 2, p. 369–388, 2023.
- SILVA, Silvana Cristina da. Psicofera e globalização perversa: até que a dignidade seja costume. *In*: KAHIL, Samira Peduti (org.). **O tamanho do Brasil: território de quem?** São Paulo: Editora Max Limonad, 2021.
- SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo Libros Editorial, 2007.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço. *In*: CARLOS, Ana Fani; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 147–166.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografia, paisagens e a felicidade. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, p. 219–232, dez. 2013.

STIEGLER, Bernard. **De la misère symbolique**. Paris: Editions Flammarion, 2013.

SZTULWARK, Diego. **La ofensiva sensible: neoliberalismo, populismo y el reverso de lo político**. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

TOZI, Fabio. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. A Indústria Cultural como objeto de Pesquisa Geográfica. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 29, p. 391–418, 17 jun. 2015.

VENCESLAU, Igor. Psicofera e técnica digital. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 2, p. 197–214, 2023.

VIRNO, Paolo. **Virtuosismo e revolução: a ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.

AS IGREJAS EVANGÉLICAS E AS DISPUTAS PELA PSICOESFERA⁴

Silvana Silva

Introdução

O crescimento do número de evangélicos no território brasileiro foi captado pelos últimos censos: em 2010, eles já eram 22,2% da população, cerca de 45 milhões (IBGE, 2010); em 1994, somavam 8.639 organizações religiosas no território nacional; e, em 2018, totalizavam 123.952. Os trabalhadores vinculados às igrejas movimentaram uma massa salarial de cerca de 344 milhões (RAIS-CAGED, 2018). Trata-se não só de um fenômeno quantitativo, mas também qualitativo, com mudanças e desdobramentos socioespaciais amplos. É uma verdadeira transformação da religiosidade brasileira, na qual o cristianismo católico é substituído pelo cristianismo evangélico, principalmente pelo pentecostalismo de terceira onda⁵. Estes destacam-se por adotaram a Teologia da Prosperidade. Transformações profundas, especialmente na economia política da urbanização e das cidades, foram geradas pelo acréscimo do número dessas igrejas; logo, a urbanização é um elemento central. Mas, também é preciso considerar os valores que estão sendo gerados nessa nova fase da articulação

⁴ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Edital 2022 - Programa Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), Proc. N° E-26/200.119/2023.

⁵ Segundo Freston (1993), a terceira onda pentecostal desponta no final dos anos de 1970 e traz como uma de suas características a Teologia da Prosperidade. De modo simplificado, significa que os fiéis devem ser prósperos em saúde, bens materiais e afetivos na vida terrena. A principal fundadora da terceira onda pentecostal é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

entre a confessionalidade religiosa e os usos do território. Assim, encontramos vasos comunicantes entre a expansão evangélica e a racionalidade neoliberal, cuja análise será apresentada por meio das principais ações das igrejas pelas disputas dos sentidos e valores, ou seja, disputas pela psicoesfera.

Para isso, mobilizamos a teoria geográfica miltoniana em que o geográfico é composto pelos sistemas de objetos — tecnoesfera — e pelos sistemas de ações — psicoesfera —, que estão em movimento e em contradições, mas são inseparáveis, ou seja, híbridos⁶. As igrejas evangélicas são agentes que atuam criando um sistema de objetos pela e para suas ações e são poderosas na fabricação da esfera dos comportamentos, das ideologias, crenças e paixões. Inclusive, alguns segmentos ganham características fundamentalistas. Negacionismo científico, movimentos antivacina, defesa da família tradicional, defesa de legislações rígidas contra o aborto e a oposição ao debate de leis sobre gênero⁷ colocaram o território brasileiro em evidência ao ter os evangélicos como um dos principais núcleos difusores desses valores⁸, embora não sejam os únicos e exclusivos⁹, pois, o conservadorismo da sociedade brasileira tem raízes profundas, uma vez que o cristianismo católico também é conservador.

Apresentamos nossa análise e reflexões em três seções: na primeira abordamos brevemente a definição de psicoesfera e sua inserção no sistema de conceitos da teoria geográfica miltoniana. Na segunda parte, expomos alguns elementos da problemática, especialmente algumas evidências observadas na paisagem urbana sobre a relevância atual das igrejas evangélicas na vida urbana. Na terceira, sintetizamos as frentes de expansão das igrejas nas mídias tradicionais e digitais. Por fim, destacamos como resultados que as igrejas evangélicas, a despeito de serem bastante heterogêneas, são agentes que

⁶ Além de Santos (1988, 1992, 2002[1996], 2008), destacamos os trabalhos de Kahil (1997, 2010) e Ribeiro e Piquet (2013) como referências a respeito do par dialético psicoesfera e tecnoesfera.

⁷ Mariano; Gerardi (2018).

⁸ Aubrée (2019).

⁹ Spyer (2020).

atualmente disputam o projeto político do território brasileiro e, para isso, o controle dos meios de comunicação é importante, justamente para a disputa da psicoesfera.

Psicoesfera, afinal, de que se trata?

Há um acúmulo de trabalhos que versam sobre o conceito de psicoesfera, sejam teóricos ou que trazem elementos empíricos para análise¹⁰. Entretanto, cabe uma advertência para aqueles não iniciados à teoria do espaço geográfico de Milton Santos. A psicoesfera é parte do sistema de conceitos que forma uma teoria geográfica. Dessa maneira, não pode ser isolado.

Há uma miríade de conceitos e possibilidades interpretativas para analisarmos os fenômenos sociais que envolvem as imaterialidades. Todavia, na ciência geográfica, a compreensão de fenômenos imateriais, historicamente, teve dificuldades de serem analisados. Isso ocorreu porque a Geografia trabalha com fenômenos inscritos concretamente na paisagem. Assim, a psicoesfera traz aportes relevantes para as investigações que não deixam inscrições objetivas na paisagem.

Para Delgado de Carvalho (1945) a psicoesfera seria a quinta dimensão das clássicas esferas do meio geográfico: litosfera, hidrosfera, biosfera, atmosfera. A psicoesfera seria a materialização do próprio homem sobre a Terra. Nessa concepção, as camadas da Terra são coesas, e a psicoesfera integra a capacidade humana de organizar-se, comunicar-se e de cultivar-se por meio de instituições como a língua, a religião e as artes. O autor destaca a relevância da esfera imaterial na direção da vida humana no planeta.

Na proposição da teoria geográfica do espaço, Milton Santos desenvolve a importância da dimensão imaterial como constituinte do espaço geográfico. “A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram

¹⁰ Para citar alguns, sem a intenção de esgotá-los: Santos (1988, 1992, 2002, 2008), Kahil (1997, 2010), Ribeiro e Piquet (2013), Pasti (2020), Silva (2021, 2022).

comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (Santos, 1992, p. 3).

Dessa forma, o autor reconhece que a tecnoesfera é a materialização de um sistema de pensamentos, de comportamentos e desejos. O *espírito do nosso tempo* revela-se pelas formas. Neste sentido, ao observarmos a urbanização brasileira pelas formas urbanas capturadas na paisagem, nos damos conta de como as igrejas evangélicas colonizaram a paisagem de grande parte das cidades nos últimos anos.

Isso significa que as igrejas evangélicas agora são parte relevante da dinâmica urbana, pois a vida urbana também passa pelas igrejas. Inclusive elas são hoje grandes nódulos do pensamento político, social e cultural. Não é por acaso que uma parte dos antigos cinemas de rua e teatros são hoje lugares de culto de instituições religiosas, majoritariamente evangélicas. Os novos bairros das periferias já nascem com novas igrejas, com destaque para as pentecostais.

A paisagem urbana das cidades brasileiras: as igrejas substituem cinemas, teatros e parques

A tecnoesfera, materialização das relações e valores sociais, pode ser capturada pela paisagem. A paisagem urbana das cidades brasileiras revela a dinâmica da urbanização brasileira que se consolidou sobre as bases das desigualdades, sendo um desses traços a constituição de vastas periferias urbanas. A maior parte delas configurando-se em verdadeiros desertos de equipamentos de bens de usos coletivos, sejam eles privados ou públicos. A escassez destes últimos demonstra herança territorial da sociedade escravocrata, na qual as elites ocupam o Estado e resistem em pensar e construir políticas de cidadania plena para todos os agentes, conformando uma cidadania territorial mutilada¹¹.

¹¹ Santos (2002).

Após os anos de 1980, as crises econômicas que serviram como álibis para a adesão aos princípios neoliberais como as privatizações do parque produtivo estatal (como a Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional etc.) e do sistema de serviços, como os bancários, quando muitos bancos estatais foram vendidos (BANESPA, BANERJ, Nossa Caixa, apenas para citar alguns). No entanto, a neoliberalização não se restringiu às privatizações, mas também à transformação das instituições de Estado à semelhança do funcionamento de empresas, com processos pautados em eliminação de despesas, mesmo que precarizem os serviços, introdução de sistemas de produtividade ancorados a sistemas de avaliação (ou “autoavaliação”), que supostamente dariam às instituições públicas a “eficiência” das empresas privadas. Para as políticas sociais, o Estado foi mínimo – exceção a breves momentos políticos em que se avançou com políticas como Bolsa Família, crescimento do número de universidades etc. – o debate foi pautado pela austeridade fiscal, que significou a garantia de recursos ao mercado financeiro. A atual política de juros do Banco Central, é uma evidência de que o território brasileiro está submetido aos interesses do sistema financeiro, que consome os recursos do Estado com pagamento de juros. As políticas sociais e o combate às desigualdades territoriais mais profundas ficam em segundo plano.

As cidades evidenciam a lógica que imperou durante o processo de urbanização e que perdura até o presente. É a lógica de hipervalorização dos espaços privados e encolhimento dos espaços públicos. À medida que crescem o número e o tamanho dos condomínios horizontais e verticais, a cidade torna-se cada vez mais privatizada. O número de shopping centers amplia-se e ele cada vez mais captura as funções públicas nas cidades¹². As praças e parques, exceções das áreas valorizadas, acabam sempre abandonadas à sua sorte, normalmente ocupadas pelos mercados não autorizados pelas normatizações. Os cinemas e os

¹² Silva (2022).

teatros de rua foram, em sua maioria, desaparecendo. Hoje grande parte, principalmente dos cinemas, estão dentro de shoppings e colonizados pelo cinema hollywoodiano, com quase inexistência de filmes contendo expressões da diversidade cultural brasileira.

O tecido urbano em todos os seus poros está sendo disputado pelas igrejas. Elas são muito mais que lugares de culto e de manifestações do sagrado. Trata-se de lugares de construção dos laços sociais, de onde emanam redes de sustentação econômica, lugares de produção e manifestações da cultura (ainda que não seja a cultura ao gosto das elites e das classes médias), onde redes de formação educacional são formadas, sejam na forma de redes de escolas e faculdades ou de espaços formativos não formais, ou escolas dominicais para as crianças.

O predomínio da Igreja Católica vem sendo superado e a vida de relações modificada. Antigos cinemas, teatros e praças estão sendo substituídos por igrejas evangélicas. Alguns lugares simbólicos são ocupados pelas igrejas como no caso do espaço do antigo Cinema Copan em São Paulo, que atualmente é de propriedade da Igreja Apostólica Renascer em Cristo. Na cidade do Rio de Janeiro o Cine Palácio Campo Grande é ocupado pela Igreja Universal do Reino de Deus (Vieira, 2009). Esse processo não se restringe ao Brasil: o Teatro Rainbow em Finsbury Park, em Londres, hoje é um centro de caridade e lugar de culto, também da Igreja Universal¹⁵. Esses são apenas alguns exemplos que elucidam as dinâmicas socioespaciais, que demonstram o poder das instituições religiosas, junto com outros atores (como empresas, Estado, promotores imobiliários, proprietários fundiários), em modelar o espaço urbano.

Em Campos dos Goytacazes, o cine Goitacá foi vendido para uma igreja evangélica em 1990, assim como os Cine Martins Lage e Cine Dores (Bessa, 2017).

¹⁵ O antigo teatro e cinema Teatro Rainbow em Finsbury Park foi comprado pela Igreja Universal e funciona como instituição de caridade e lugar de culto. Informações disponíveis em: <https://www.uckg.org/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Segundo hipótese de Bessa (2017, p. 90), “[...] essas igrejas não adquiriram simplesmente um prédio onde filmes eram exibidos ou havia bailes, shows e peças de teatro – elas compraram um lugar frequentado por várias pessoas” e, acrescentamos, são equipamentos urbanos de uso coletivo organicamente inseridos nos lugares, mesmo que abandonados para sua atividade fim principal (como os teatros e cinemas). A reocupação de tais espaços é material e simbólica.

Em 2019, mapeamos 482 espaços de culto em Campos dos Goytacazes (Silva, 2019). Destes, 71,4% eram de igrejas evangélicas. Entre as igrejas evangélicas, 28,6%, 27% e 14,1% eram compostas, respectivamente, por igrejas evangélicas históricas, pentecostais e pentecostais da terceira onda, também chamadas de neopentecostais (Tabela 1).

Tabela 1 - Campos dos Goytacazes: lugares de culto em 2019¹⁴.

Lugares de culto	Total municipal	%
Evangélicas	344	71,4
Católicas	103	21,3
Outras Religiões/Igrejas	35	7,3
Total	482	100

Fonte: Silvana Silva (2019).

As igrejas evangélicas usam estratégias territoriais em seu processo de expansão, pois têm ocupado os poros do tecido urbano nas periferias e igualmente estão presentes em avenidas de grande circulação, locais de grande aglomeração e centrais no espaço urbano. Além de atuarem em atividades de pregação e ação social de caridade nos espaços públicos das cidades.

Este projeto de lei foi aprovado por ampla maioria da câmara municipal convertendo-se na Lei nº 9.252, de 28 de dezembro de 2022. As praças e parques também têm grande relevância para as práticas espaciais e de poder das igrejas. Em junho de 2021, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes assinou um

¹⁴ Não foram computados os espaços de culto de religiões de matrizes afro-brasileiras.

convênio que concede a gestão de parte do Parque Alberto Sampaio à Associação Evangélica de Campos (AEC)¹⁵. O convênio tornou-se um projeto de lei que modificaria o nome da arena do parque para Praça da Bíblia¹⁶. Este projeto de lei foi aprovado por ampla maioria da câmara municipal convertendo-se na Lei nº 9.252, de 28 de dezembro de 2022.

O Parque Alberto Sampaio foi criado em 1988 pelo então prefeito José Carlos Vieira Barbosa, conhecido como Zezé Barbosa, e foi construído no local onde já existia o Jardim de Alah¹⁷. O parque localiza-se na área central da cidade e está próximo do mercado Municipal Michel Haddad, de terminais de ônibus urbano, do Terminal Rodoviária Roberto Silveira e do novo camelódromo. O Parque Alberto Sampaio é equipamento público que se encontra em estado de deterioração. Embora algumas iniciativas de outras apropriações do equipamento público venham ocorrendo, como a realização da Feira dos Povos em 2017¹⁸ e Circuito Centro Vivo em 2019¹⁹, pouco foi feito para garantir as condições adequadas da infraestrutura para ampliação da diversidade de usos do equipamento.

A presença das igrejas evangélicas diz respeito a um pensamento que está sendo difundido e ganha forma a partir do retorno da religião como variável-chave no funcionamento do mundo contemporâneo. Nesse sentido, consideramos que as instituições religiosas evangélicas são novos agentes modeladores do espaço urbano. Elas disputam os usos do território brasileiro, tornaram-se ativistas na política formal, inclusive elegendo prefeitos,

¹⁵ A Associação Evangélica de Campos (AEC) foi criada em 1988 e congrega cerca de 120 igrejas. Informação retirada da reportagem do Jornal Terceira Via. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2021/07/04/parque-alberto-sampaio-e-os-desafios-da-revitalizacao/>. Acesso em 26 abr. 2022.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Informações obtidas em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445123>. Acesso em: 14 abr. 2022.

¹⁸ Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=40221. Acesso em 15 abr. 2022.

¹⁹ Realizado por Coletivos compostos por artistas e produtores culturais amadores que visam ocupar o Centro de Campos, com atividades artísticas e culturais e teve apoio da PMC.

vereadores, deputados, senadores e até presidente. As igrejas apropriam-se de lugares simbólicos e de grande convivência nas cidades. Outrossim, avançam no controle das mídias tradicionais como TV, rádios e também das redes digitais.

As disputas da psicoesfera pelos evangélicos

A despeito da importância do fenômeno, é necessário dimensioná-lo para compreendê-lo para além de uma atividade religiosa apartada da vida territorial. Nesse sentido, problematizamos as estratégias territoriais adotadas pelas igrejas evangélicas ao considerarmos os amplos circuitos econômicos que surgem nos lugares a partir dos serviços religiosos (espirituais), mas que não se resumem a eles, como o estabelecimento de redes de escolas, faculdades, canais de TV, plataformas de *streaming*, redes de canais de rádio, editoras, livrarias, e atuação na mídia como produção de jornais de circulação das comunidades religiosas (e fora delas).

Por um lado, as igrejas geram circuitos espaciais produtivos²⁰ que transbordam os espaços de culto e que se transformam em parte do próprio poder de sustentação destas, traduzido em poder de influência na sociedade. Por outro lado, as igrejas atuam na formação de um sistema de crenças, doutrinas e comportamentos que congregam pessoas por meio dos cultos e rituais, que cumprem um papel de amenizar as dores de ordem espiritual e fabricar imaginários e dialogar com a psique²¹.

As igrejas Batista, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus compõem as principais denominações religiosas do país. Juntas somam quase 18 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Estas destacam-se tanto por suas estruturas eclesiais distintas, como também por atuarem na formação dos adeptos por meio de produção de suporte materiais para as suas respectivas comunidades. As três instituições possuem editoras e jornais, conforme o Quadro 1. É interessante

²⁰ Santos (1986), Moraes (1991), Castillo e Frederico (2010), Silva (2011, 2016, 2019).

²¹ Armstrong (2001).

notar que parte delas produzem materiais didáticos para a rede escolar e para a formação do corpo eclesial por meio de editoras. Em outras palavras, elas atuam diretamente na formação dos seus membros em consonância com suas doutrinas e valores.

Quadro 1 - Editoras e jornais das principais igrejas (2022).

Denominações	Editora	Sede da editora	Ano de fundação da editora	Materiais	Jornais
Igreja Batista	- Editora Batista Regular - Convicção Editora	São Paulo	1958	- Educação cristã - Literatura - Bíblias - Livros - Jornais	O Jornal Batista
Assembleia de Deus	Casa Publicadora da Assembleia de Deus	Rio de Janeiro	1940	- Educação cristã - Bíblias - Livros - Mapas/Atlas - Revistas - Jornais	Jornal Mensageiro da Paz
Igreja Universal do Reino de Deus	Unipro Editora	São Paulo	1980	- Cristão - Autoajuda - Bíblias	Folha Universal (Não vinculada atualmente à Unipro)

Fonte: Sites oficiais das igrejas Batista, Assembleia de Deus (convenções) e Igreja Universal do Reino de Deus e sites das editoras, junho de 2022. Organização da autora, 2023.

A Folha Universal possui duas redações, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. A impressão ocorre em três gráficas: uma localizada em Belo Horizonte, uma em Porto Alegre, e outra em Manaus. No Caso da IURD, a Folha Universal tem enorme capilaridade no território brasileiro. A primeira edição ocorreu em março de 1992, conforme reportagem especial em comemoração aos 30 anos do periódico. Trata-se de um veículo de comunicação de alcance nacional da igreja, com tiragem de, aproximadamente, dois milhões de exemplares que são distribuídos, aos domingos, nas unidades da IURD. A Folha Universal possui duas redações, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo. A impressão ocorre em

três gráficas: uma localizada em Belo Horizonte, uma em Porto Alegre, e outra em Manaus. A partir dessas cidades, os exemplares são distribuídos para todo o país. A redação atualmente está sediada no Templo de Salomão, e a equipe é majoritariamente vinculada à IURD²². O jornal apresenta, além de reportagens vinculadas à doutrina da igreja – com destaque para a Teologia da Prosperidade, frequentemente acompanhada por testemunhos de fiéis –, também traz matérias políticas, cujos debates estão muitas vezes pautados nos princípios do neoliberalismo como a privatização, conforme podemos constatar no trecho a seguir:

[...] Na tentativa de equilibrar esse jogo educacional, chegou à Câmara dos Deputados o Projeto de Emenda à Constituição 206 (PEC 206) que propõe o pagamento de mensalidades nas universidades públicas por quem tem condições de arcar com o custo. O autor da proposta, o deputado General Peternelli (União-SP), fala da situação: “quem paga mais imposto é o pobre, é a classe assalariada, que compra comida. E quem paga a universidade pública? É o dinheiro público que essa pessoa humilde pagou que financia o curso de Medicina do cara que vai estudar com carro Mercedes”.

Segundo ele, o objetivo da PEC não é privatizar a instituição, mas cobrar uma mensalidade de quem possui maior poder aquisitivo e usar os recursos para investir em ciência, tecnologia e qualidade do ensino local. Dessa forma, estudantes teriam bolsas que variariam de 30% a 100%, com quem tem maior poder aquisitivo pagando mais pela educação, como já fez nos primeiros anos de vida” (Extrato da reportagem *Para quem é a boa educação no País?* Folha Universal, 2022)²³.

O extrato da reportagem da Folha Universal revela como a IURD, por meio de um dos seus veículos, comunica-se com sua comunidade, trazendo uma posição muito clara sobre como deveria ser a condução das políticas de acesso à universidade pública no Brasil. A reportagem parte da generalização de que as

²² Informações retiradas de reportagem sobre a Folha Universal, publicada em 13/03/2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/30-anos>. Acesso em: 20 abr. 2024 e da edição da Folha Universal, edição Histórica 1000. Ano 19, ed. 1000, de 05 a 19 de junho, 2011. Plataforma Calaméo. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0007247972d8dbff347b3>. Acesso em: 20 abr. 2024.

²³ Reportagem assinada pela redação da Folha Universal publicada em 12/06/2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/para-quem-e-a-boa-educacao-no-pais/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

universidades públicas atenderiam apenas às elites, e que os pobres seriam seus financiadores, mas não usufruem do ensino superior público de qualidade. A posição sinaliza uma forte afinidade da IURD à lógica neoliberal e foi publicada na Folha Universal, que acessa um enorme público de evangélicos, não apenas da IURD.

O controle de redes de TVs e Rádios também tem sido uma estratégia das igrejas. Conforme relatório do Intervozes, e a série de reportagens do Le Monde, baseada nestes relatórios, dentre os 50 maiores veículos de comunicação com maior audiência no Brasil, nove são de propriedades de igrejas ou lideranças religiosas (cristãs), sendo cinco comandados por Edir Macedo (IURD). Destes cinco, quatro fazem parte do grupo Record e outro é a Rede Aleluia, hoje presente em 69 cidades no Brasil²⁴. Grande parte das lideranças religiosas proprietárias de redes de TVs e rádios tem atuação direta na política institucional (Congresso e Senado).

O cinema é outra frente de expansão em disputa. Algumas produtoras e distribuidoras começaram a atuar no Brasil no segmento cristão evangélico. A Red Filmes foi a primeira empresa brasileira a produzir um filme gospel em 2005. A Record Filmes, vinculada à IURD, também avançou no mercado com produções como o filme Nada a Perder. Em 2010, A Graça Filmes, vinculada à Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), produziu Três Histórias e um Destino e a 360 WayUp foi a distribuidora do filme Deus Não está Morto, em 2015, com 300 mil pessoas em bilheteria. Tais produções destacam-se pelas explicações dos problemas da vida cotidiana pela falta de fé, abolindo as contrações sociais e os questionamentos das desigualdades²⁵.

Alguns filmes destinados ao segmento evangélico têm sido produzidos e distribuídos também por plataformas de *streaming*, como é o caso da Pure Flix,

²⁴ Informações retiradas do site oficial da Rede Aleluia: <https://redealeluia.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

²⁵ Freitas (2022).

plataforma estadunidense, que foi comprada pela Sony e passou a fazer parte da Affirm Films, especializada no segmento religioso.

Este foi um breve panorama relatando como as igrejas evangélicas possuem estratégias territoriais e buscam estar presentes em áreas centrais e periféricas nas cidades, mas também incorporam em suas atividades as variáveis do período técnico-científico-informacional. Elas disputam as pautas políticas, a formação dos valores sociais, morais e culturais. Por isso, vêm se apropriando de instrumentos de formação da opinião pública seja a mídia tradicional, como jornais impressos, TVs e rádios, sejam as novas formas de comunicação com a inserção no mundo digital.

Considerações finais: os evangélicos, uma agenda de pesquisa para a Geografia Urbana

O poder destas instituições religiosas de denominações evangélicas tem crescido quantitativamente, convertendo-se em um fenômeno também qualitativo em razão dos ativismos dos evangélicos na promoção de suas ações, destacadamente pautas morais e racionalidades políticas, muitas delas vinculadas a princípios neoliberais.

Como vimos, as igrejas estão presentes de forma orgânica nas periferias urbanas e nas áreas centrais. No entanto, não se restringem à ação direta nos lugares onde estão fixadas. Elas expandem-se por meio da ação nos meios de comunicação para influenciar a formação de opinião pública. Por isso, o controle de redes de TVs, rádios, publicação de jornais, criação de editoras para a formulação de materiais didáticos, produções cinematográficas, plataformas de *streaming*, e redes de mídias sociais tornaram-se ações estratégicas destas instituições.

Nesse sentido, os usos do território brasileiro hoje não podem ser explicados sem considerar tais agentes. As igrejas evangélicas fabricam a psicoesfera hegemônica e participam ativamente dos usos do território

brasileiro. Destacamos as grandes denominações como a Batista, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, em razão da capilaridade destas no território brasileiro e da influência midiática que dispõem.

A despeito da força de tais instituições, a Geografia, principalmente a Geografia Urbana, tem uma agenda de pesquisa em aberto para investigações sobre as transformações imobiliárias das cidades, da economia urbana vinculada às igrejas e sobre a apropriação dos espaços públicos. Além disso, a força das igrejas evangélicas é apresentada pela capacidade de pautar questões relacionadas aos valores morais e visões de mundo. Trata-se de dimensões centrais para a construção de um projeto político para o país. Por isso, consideramos relevante decodificarmos o poder de disputar a formação da psicosfera no território brasileiro mobilizado pelas igrejas evangélicas, sejam as protestantes históricas, sejam as pentecostais.

Referências bibliográficas

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**. O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

AUBRÉE, Marion. Un néo-pentecôtisme brésilien parmi les populations immigrées en Europe de l'Ouest. **Anthropologie et Sociétés**, 2003, 27(1), 65–84. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/as/1900-v1-n1-as553/007002ar/abstract/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ASSMANN, Hugo. **A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BESSA, Joilson. **Salas de Cinema em Campos dos Goytacazes: Lugar, Sociabilidade e Políticas Culturais – da década de 1960 aos anos 2010**. 226f. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, Campos dos Goytacazes, 2017.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 171-192.

CARVALHO, Delgado de. Evolução da geografia humana. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 33, p. 1163–1172, 1945.

CASTILLO, Ricardo Abid; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: UFU, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. [1993] 1 ed. São Paulo: Ática, 2002.

FREITAS, Nathália C. **Território e psicoesfera: uma análise da produção cinematográfica pentecostal de terceira onda (2005-2018)**. 2022. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Sociologia). 1993. 307 f. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: a modernidade perversa. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 11, p. 217–220. 1997.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 475–485, dez. 2010.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p. 61-76, 11 mar. 2019.

PASTI, André B. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 30, p. 80-109, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia P. S. Matéria e espírito: o poder (des)or-organizador dos meios de comunicação. *In: Por uma sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 263–277.

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço & Debates**, v. 8, n. 25, p. 58-62, 1988.

SANTOS, Milton. Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. Conferência por ocasião do **Encontro Internacional “O novo mapa do mundo”**. São Paulo: 1992.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp [1987 - Nobel], 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. [1994]. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Silvana Cristina da. “Espaço e pobreza: A difusão do neoliberalismo nas periferias urbanas brasileiras”. **Relatório de Pesquisa de Estágio Pós-doutoral desenvolvido no Centre Maurice Halbwachs – École Normale Supérieure – Paris**. CAPES/Programa de Professor Visitante no Exterior (2018-2019), Proc. n° 88881.171700/2018-01, mimeo, 2019.

SILVA, Silvana Cristina da. Psicoesfera e globalização perversa: até que a dignidade seja costume. *In: KAHIL, Samira Peduti et al. (org.). O tamanho do Brasil: território de quem?* 1. ed. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2021, v. 1, p. 287-301. Disponível em: <https://www.livrariamaxlimonad.com.br/pdfgratuitos>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Silvana Cristina da. Hipernormatização perversa, neoliberalismo e a expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro. *In: RODRIGUES, G.; SILVA, Silvana C. da, RAMOS, Tatiana T. (org.). Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo.* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 31-58.

SILVA, William Ribeiro da. Shopping centers, centralidade e cidades médias. *In: HENRÍQUEZ, C., SILVA, W. R. da, FERNANDES, V. F. y SALAZAR, G. Urbanización y ciudades medias.* Territorios y espacialidades em cuestionamiento. Santiago: Instituto de Geografía, Facultad de Historia, Geografía, y Ciencia Política-CEDEUS e ReCIME, 2023. p. 181-193.

SPYER, Juliano. **O povo de Deus.** Quem são os evangélicos e por que eles importam? São Paulo: Geração Editorial, 2020.

VIEIRA, W. de Souza. **Cenas da cidade: de cinema à igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande.** 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TERRITÓRIO USADO, IMAGINÁRIOS E TEORIAS DO PLANEJAMENTO: CAMINHOS DE MÉTODO

André Pasti

A luta central com que esta geração se defronta é entre a expansão do domínio da imaginação e o seu encerramento. O futuro é inevitável. É aberto e plural. [...] Mas o futuro está também vazio; significando que o que o constitui depende de como é imaginado, suscetível de ser reinventado e aberto por um horizonte de possibilidades [...] A mais importante oportunidade e desafio ao planejamento progressista para tratar das injustiças espaciais é ousar imaginar – imaginar um futuro radicalmente diferente que seja mais justo e que corporifique um urbanismo humano. Para isso necessitamos também de um repertório de práticas que possam invocar tal imaginação e pavimentar os caminhos para um urbanismo humano (Miraftab, 2016, p. 374-376).

Introdução

A noção de psicofera, de Milton Santos, nos convida a um olhar atento para a importância da dimensão imaginária do território usado e praticado como questão a ser analisada pelas teorias do planejamento territorial. A produção e organização do espaço é um campo de disputas, conflitos e embates entre projetos da sociedade (Isnard, 1982, p. 109). As práticas de planejamento territorial, nas diferentes escalas, se inserem dentro dessas disputas. Partimos do entendimento do planejamento territorial como um conjunto de ações sociais para intervenções no território, politicamente orientadas e tecnicamente assistidas (Ribeiro, 2013b; Lima, 2007). Como lembra Monteiro (2007), o planejamento sempre acompanha uma dimensão técnica e uma dimensão política. As práticas políticas – entre as quais destacamos as práticas de planejamento urbano – são, para Barrios (1986, p. 6; 2014), ações sociais que têm

por finalidade a conquista ou detenção do poder, em permanente confrontação entre grupos dominantes e dominados pelo controle das decisões que são adotadas. Cabe, assim, indagar sobre os sentidos que acompanham e que são produzidos a partir das práticas de planejamento das cidades.

Ao longo do tempo, diferentes ideias e preceitos-chave marcaram as práticas de planejamento do espaço urbano. Essas concepções acompanham e produzem sentidos e devem ser compreendidas dentro dos contextos em que surgiram (Hall, 2016, p. 25). Milton Santos (2003, p. 15–27), ao reconstruir a trajetória dessas teorias, mostra que o planejamento territorial foi, de forma predominante, um instrumento do capital – acompanhado por diferentes estratégias discursivas e sustentações teóricas para justificar intervenções racionalizadas a serviço dos agentes econômicos e políticos hegemônicos. A reflexão teórica sobre o planejamento abrange, assim, duas dimensões, como recupera Hall (2016, p. 29, grifo do autor):

parte dessa teoria, segundo o jargão que lhe é próprio, é teoria *em* planejamento: conhecimento das técnicas e metodologias práticas, sempre tão necessárias aos planejadores [...] a outra, a teoria *do* planejamento, é uma história completamente diferente: sob essa rubrica, os planejadores tentam compreender a verdadeira natureza da atividade que exercem, incluídas as razões que lhe justificam a existência.

Nessa investigação teórica do planejamento, cabe ressaltar que sua natureza abrange os sentidos das ações (Ribeiro, 2012) promovidas pelas distintas práticas e experiências de intervenção no território, hegemônicas e contra-hegemônicas. A importância da análise dos sentidos em disputa é, muitas vezes, relegada em função de um olhar prioritário para a dimensão material do espaço nas intervenções do planejamento urbano e nas reflexões das teorias do planejamento. Ponderamos ser fundamental considerar de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo dos significados humanos, como propõe Hägerstrand (1991, p. 114–117).

A presente contribuição parte do entendimento de que a teorização do planejamento territorial deve aproximar-se das reflexões teóricas sobre o espaço geográfico, dado que a compreensão das dinâmicas territoriais e também da natureza do espaço condicionam e moldam as possibilidades e estratégias para planejar intervenções no território usado e praticado – tomado, aqui, como sinônimo de espaço geográfico, conforme propôs Santos (1994). Partindo da dimensão dos imaginários nas práticas do planejamento urbano, este capítulo busca apresentar caminhos de método que possam ser percorridos, experimentados e tensionados por outras pesquisas.

Para isso, o texto inicialmente discute um repertório epistemológico de fundo, a partir das noções de imaginários urbanos e representações socioespaciais. Em seguida, situa a compreensão dos imaginários entre a racionalidade dominante e as contrarracionalidades, reconhecendo a disputa de sentidos como parte dos processos de planejamento territorial. A terceira parte explora as relações entre os meios de comunicação, produtores de sentido de ampla circulação, e as dinâmicas territoriais. Por fim, o texto recupera e explora a provocação da epígrafe, reforçando a necessidade de disputar e ocupar a imaginação sobre o futuro dos territórios para caminhar para um planejamento territorial que promova usos mais solidários do território.

Psicosfera, imaginários urbanos e representações socioespaciais

Nosso espaço de vida permite diferentes leituras – que, conforme Antonio Carlos Robert de Moraes (2005, p. 25), seriam “estas, em si, momentos de produção dos lugares”, que “retroalimentam o processo ao veicularem projetos e interpretações, ao realizarem a valorização subjetiva do espaço.” Concordamos, também, com o autor, quando este considera que a produção social do espaço material passa pelas representações que as pessoas estabelecem sobre seu espaço (Moraes, 2005, p. 15). Essa compreensão traz rebatimentos de grande relevância às teorias e às práticas do planejamento territorial.

Para intervir no território é necessário compreender sua natureza – uma ontologia do espaço, como propõe Milton Santos. Partimos, aqui, da concepção do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, um híbrido entre materialidade e ação social, conforme propõe o autor (Santos, 2006). Para Santos, o espaço pode ser compreendido em duas dimensões inseparáveis: a tecnosfera e a psicofera. A tecnosfera corresponderia à dimensão dos objetos técnicos ou fabricados do espaço, que associa-se – nem sempre de forma coincidente – a uma psicofera, que corresponderia aos imaginários, sentidos, emoções e valores presentes no território. A psicofera diz respeito, portanto, ao reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido (Santos, 2006, p. 256), enquanto a tecnosfera compreende o conjunto de objetos técnicos, resultado da artificialização crescente do espaço (Santos, 2008b, p. 30). Os usos do território se fazem conjuntamente na tecnosfera e na psicofera, que são indissociáveis e complementares.

Ainda que a psicofera seja parte do território usado e praticado (Ribeiro, 2013b; Santos, 1994, p. 150), essa é uma dimensão pouco tratada nas reflexões sobre as ações de planejamento e os embates de projetos para a organização do espaço. Este texto é fruto de um esforço de pesquisas em andamento que buscam destacar essa dimensão do planejamento territorial, abrangendo a disputa de sentidos nas práticas de planejamento e a importância dos imaginários existentes no condicionamento dos projetos de futuro às cidades brasileiras.

Nossa tarefa, assim, abrange a consideração das representações da sociedade em movimento, por meio da dialética entre forma e conteúdo (Serpa, 2014). Essa dialética entre psicofera e tecnosfera, entre materialidade e imaginários no espaço, é interpretada por Lefebvre (1991, p. 38-39) a partir da interação entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Entre o espaço percebido, das práticas espaciais cotidianas, e os espaços de representação, das estruturas cognitivas complexas, Lefebvre introduziu os espaços concebidos pelas estruturas de planejamento e de poder

(Serpa, 2005). Para Lefebvre (1983), as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido (Serpa, 2014). Essas representações circulam em torno a instituições, símbolos e arquétipos (Lefebvre, 1983).

Nesse sentido, cabe destacar a relevância da análise dos imaginários urbanos. Trata-se, conforme Ribeiro (2013c, p. 69–70), de considerar os valores e anseios que povoam e movimentam o imaginário de um lugar em um período – apreendendo a imaginação como fenômeno coletivo, pleno de razão e emoção, marcado pela cotidianidade vivida. São múltiplos os ideários de abrangência diversa que habitam o fenômeno urbano brasileiro – portanto, são múltiplas as formas de imaginar e representar a experiência coletiva (Ribeiro, 2013c, p. 70). Os imaginários urbanos corresponderiam, segundo Armando Silva (2014, p. 27), às imagens coletivas feitas da cidade – considerando, com Castoriadis (1982, p. 13), o processo de criação incessante e indeterminada, com base social-histórica e psíquica, de figuras, formas e imagens, a partir das quais se faz sentido do mundo.

Há uma articulação dos imaginários com as representações sociais (Moscovici, 2015). Analisando essas representações a partir das dinâmicas territoriais, Lopes de Souza (2011, p. 160) entende que elas designariam “maneiras de organização e reprodução de significações por meio de discursos menos ou mais coerentes que visam articular identidades e justificar escolhas e ações”. Para esse autor, trata-se de *representações socioespaciais* quando as representações abarcam imagens espaciais e discursos fortemente espacializados ou espacializantes. Estas ajudariam a elucidar e narrar as construções discursivas de grupos específicos em meio à luta e aos conflitos no plano do simbólico. Para Serpa (2019, p. 86), as representações sociais e espaciais, produzidas em relação dialética com a concretude e a materialidade dos lugares, são igualmente importantes para as relações cotidianas no território.

Esse campo de imaginários urbanos e representações socioespaciais nas cidades está inserido dentro das dinâmicas de organização do espaço urbano, não se separando dos processos sociais, econômicos e políticos de produção do espaço. Como afirma Ferrara (1997, p. 196), “o imaginário é estimulado ou desencadeado pelas características urbanas”. Os âmbitos e agentes destacados na produção desse imaginário, permeando e perpassando as ações de planejamento, são o próprio Estado, o mercado imobiliário e a mídia, assim como os movimentos sociais urbanos. O hibridismo do espaço deve contemplar um olhar para os imaginários urbanos, indissociável das dinâmicas de organização e uso do território. Hiernaux (2007, p. 27) lembra que a materialidade é central para os estudos dos imaginários urbanos. É necessário, assim, vinculá-lo à compreensão das disputas e tendências para a conformação do espaço urbano na atualidade.

Entre racionalidades e contrarracionalidades: imaginários dominantes e a produção de outros sentidos

O território usado e praticado contém os sucessivos depósitos de tempo, de práticas e de normas. A ação social planejadora é uma ação portadora de sentidos, como bem problematizam Ana Clara Torres Ribeiro (2014) e Catia Antonia da Silva (2012). A reflexão sobre a práxis do planejamento e os sentidos conduzidos pelas diferentes práticas de planejamento implicam o reconhecimento de práticas hegemônicas, no bojo da racionalidade dominante e, também, de contrarracionalidades instaladas a partir das minorias, dos pobres, dos agentes não beneficiados pelos projetos hegemônicos e fundadas nos territórios populares, em espaços historicamente silenciados (Santos, 2006, p. 309). Essa interpretação das estruturas em movimento leva à consideração dos sujeitos subalternos (Campos, 2014) e sua capacidade de ação para além dos agenciamentos alienantes (Ribeiro, 2012).

Nesse sentido, um desafio de método é analisar a complementariedade dos sentidos em disputa e circulação no território, por meio da conformação do

imaginário dominante e também das reivindicações dos sujeitos subalternos produzindo outros sentidos e imaginações coletivas distintas.

O imaginário urbano dominante sob o paradigma da urbanização corporativa

A ascensão do imperativo da competitividade e da razão neoliberal (Dardot; Laval, 2016; Santos, 2000) no atual período da globalização corresponde a uma renovação das práticas de planejamento hegemônicas, suas ideias e preceitos-chave, sob a proposição do chamado “planejamento estratégico” (Novais, 2009; Vainer, 2000). Essas práticas de planejamento são caracterizadas pelo empresariamento urbano (Harvey, 1996; Sánchez, 2010), conformando a tendência à urbanização corporativa, como apontava Santos (2008a).

O empresariamento urbano corresponde a uma reestruturação do espaço e da gestão da cidade, incorporando lógicas, práticas e discursos do âmbito empresarial (Sánchez, 2010, p. 358). Nessa lógica, a cidade é tratada como mercadoria ou negócio, sendo vendida e competindo em busca de investimentos em um mercado global. Daí a tendência à urbanização corporativa, onde os recursos públicos e esforços de reestruturação das cidades são seletivos e primordialmente feitos para atender aos interesses das empresas hegemônicas (Santos, 2009, p. 105). Conforme Sánchez (2010, p. 348), “os governos das cidades têm papel fundamental quanto à regulação das condições dessa produção do espaço, tanto no sentido prático-estratégico, logístico, quanto ideológico”.

Essas tendências abrangem um certo imaginário urbano dominante. Como tanto a tecnosfera quanto a psicosfera são frutos do artifício, elas são subordinadas aos que impõem as mudanças (Santos, 2008b, p. 30). A difusão do planejamento estratégico de cidades corresponde, portanto, “ao alargamento de determinado espaço cognitivo e contribuiu para universalizar certas categorias de percepção, expressas no aparato teórico e no léxico que o acompanhava” (Novais, 2009, p. 185–186). Ana Clara Torres Ribeiro (2007, p. 105) lembra que a hegemonia do capital financeiro, na atual fase do capitalismo, “encontra-se

articulada a transformações no ritmo da vida urbana, na composição das atividades econômicas, nos códigos de conduta, nos agenciamentos da sociabilidade” – experiência urbana e práticas territoriais que carregam os sentidos da lógica do consumo e do individualismo.

Esse imaginário urbano dominante, associado às práticas de planejamento hegemônicas, vai sendo moldado, portanto, (1) pelo império da lógica do consumo em substituição ao princípio da cidadania; (2) pela predominância do *city marketing* e do ideário da competitividade, onde os agentes econômicos dominantes visam, segundo Ribeiro (2005), o controle e a privatização do próprio imaginário urbano; (3) pela imposição de “consensos” passivos, a partir da gestão empresarial das cidades; e (4) pela segregação socioespacial tratada como virtude, associada à difusão da lógica de condomínio e a uma crise societária. Essas dimensões merecem melhor problematização e abrem agendas de pesquisas de grande relevância à análise crítica das práticas de planejamento territorial e à proposição de alternativas.

Compreendendo a hegemonia da razão neoliberal como nova razão do mundo (Dardot; Laval, 2016), a decorrente emergência de uma subjetividade neoliberal acompanha o predomínio da lógica do consumidor mais-que-perfeito em substituição às demandas por cidadania (Santos, 2007). Conforme aponta Santos (2007), a fragilização da lógica da cidadania significa um enfraquecimento da perspectiva dos direitos coletivos, de e para todas as pessoas, e da possibilidade de organização política e coletiva, cada vez mais demonizada. O que substitui essa dinâmica é o predomínio da lógica do usuário e do consumidor em detrimento ao cidadão, como aponta o autor. Conforme Antas Jr. (2007), o consumo se torna um processo pelo qual corporações têm regulado comportamentos dos indivíduos-consumidores e essa regulação privada tem interferido nas relações sociais visando condicioná-las para as estratégias de consumo. Dardot e Laval (2016, p. 321-376) destacam que a intensificação dos mecanismos, relações e comportamento de mercado gestam esse sujeito

neoliberal sintetizado em um homem competitivo, fundado em uma “cultura de empresa” – sujeitos empresários de si. A hegemonia neoliberal se impõe, desse modo, nos imaginários dominantes que marcam a perspectiva de um planejamento voltado a um território mercantilizado e a sujeitos competitivos.

Como parte do mesmo processo, ganha força o *city marketing* ou *marketing* urbano como estratégia institucional de promoção e venda da cidade como um lugar onde se concretiza o espírito de inovação, eminentemente competitivo (Ribeiro; Sánchez, 2013). São atividades e práticas que buscam se apropriar da positividade e privatizá-la, utilizando-se de reduções em mitos e paradigmas (Ribeiro, 2013a) sobre os lugares que permitam sua venda, competição com outros territórios e indução de investimentos privados. Observamos uma profusão de rankings e slogans de cidades-modelo, cidades mais “sustentáveis”, mais “inteligentes”, mais atrativas aos negócios. Há, como remonta Sierra Noreña (2016), uma padronização de discursos e táticas de venda da cidade, que deve ser apresentada como ideal e a melhor possível para a competição e a produção – daí ter que mobilizar um convencimento emocional e discursivo dessa imagem-síntese (Amendola, 2000), por meio de uma gestão profissional das percepções coletivas (Debray, 1995, p. 164, baseado em Jean-Mari Guéhenno). Cada nova intervenção urbana hoje se constitui em ação e comunicação simbólicas sob estratégias empresariais, lembram Ribeiro e Sánchez (2013, p. 30). A cidade-mercadoria é, portanto, simultaneamente produto e produtora das subjetividades do consumidor mais-que-perfeito. O marketing urbano produz um imaginário dominante que repercute nos sujeitos corporificados, configurando a corporificação dos consumidores mais-que-perfeitos em corpos-produtos (Ribeiro, 2007), mercantilizados e desenraizados, marcados por uma abstração das condições materiais de vida no lugar.

Essa dinâmica se articula com um modelo de gestão urbana neoliberal que se funda em um imaginário despolitizado e despolitizante. A despolitização marca as políticas neoliberais: “as autoridades políticas que adotam as práticas

neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão” (Dardot; Laval, 2016, p. 242). Essa lógica é identificada pelo paradigma administrativo (Ribeiro, 2013b, p. 95) que, calcado na empresa e no individualismo, equivale à conduta “racional” correspondente à atual fase do capitalismo, com “a sistematização de valores e de práticas que atualmente traduz os ideais de eficácia, do bom desempenho e do sucesso”. Esse paradigma, para Ribeiro (2013b, p. 104), representaria um estado de normatividade, apoiado por um consenso passivo, que se distingue radicalmente do consenso político, conforme tradicionalmente concebido, calcado no debate aberto de posições divergentes. Esses consensos passivos se articulam com um “patriotismo de cidade”, calcado na defesa da necessidade de que a cidade se diferencie competitivamente, como defendiam Borja e Castells (1996). Nesse sentido, a política, arena de conflitos, é tomada como adversária desse paradigma (Vainer, 2000, p. 95). A única voz efetivamente presente é a do mercado: “agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado” (Vainer, 2000, p. 86). As renovações do paradigma administrativo moldadas pelo modelo *smart* (Morozov; Bria, 2019), com a incorporação de tecnologias pretensamente neutras voltadas às supostas eficiência e eficácia da gestão urbana, estão imersas nesse mesmo processo. A imposição de consensos passivos reflete a crise democrática nas cidades e como a democracia precisa ser reconstruída no imaginário urbano dominante.

Outra noção complementar sobre as tendências do imaginário urbano dominante é a de uma segregação socioespacial tratada como virtude. Como afirma Melgaço (2012, p. 82), “os novos anseios e ideais urbanos de moradia não se limitam mais à casa como propriedade particular, mas se estendem à privatização de seu entorno”. A difusão das formas geográficas dos condomínios fechados e seus similares se associa a uma lógica de condomínio (Dunker, 2015),

com um ideal de vida entre muros e busca de espaços de exclusividade, onde muros para não sair, se transformam em muros para não entrar, em um ideário de que seria necessário um conjunto de regras e barreiras contra uma suposta barbárie exterior (Dunker, 2009). A cidade vai sendo marcada cada vez mais por enclaves fortificados contra a pobreza, “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho”, que “encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os ‘marginais’ e os sem-teto” (Caldeira, 1997, p. 176). A vida entre muros passa a compor o ideal de cidade. Assim, a produção e difusão de uma psicofera do medo corresponde a uma tecnosfera da securitização urbana (Melgaço, 2010b). A incorporação de tecnologias urbanas voltadas à vigilância (Firmino, 2017) contribuem à profusão desse projeto. A segregação socioespacial tratada como uma virtude corresponde, ainda, a uma negação do outro, da vida coletiva e do espaço comum na cidade – com a redução da convivência com a diversidade, a ampliação do monitoramento dos corpos e a profusão de intervenções urbanas voltadas à chamada arquitetura hostil ou anti-indesejáveis (Melgaço, 2010a). Daí reconhecermos uma crise societária nessa cidade neoliberal, como tratado por Ana Clara Torres Ribeiro (2006, p. 24), que corresponde

à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária. [...] a crise societária torna a experiência da urbanidade ainda mais inacessível, fantasmagórica e escassa. Carros blindados, aparelhos de vigilância, aumento da população carcerária, expansão da segurança privada, grupos de extermínio, corrupção policial, sobrecarga de imagens alienadas e alienantes, lutas territoriais do tráfico de drogas, domínio das áreas populares por milícias e “donos do pedaço” e, como resultado, a desvalorização da vida transformaram os direitos humanos, mais do que nunca, em fundamento ético de qualquer projeto político que vise a melhoria das condições urbanas de vida. É necessário defender o direito à vida digna para todos, por mais numerosos que sejam, resistindo à influência exercida por discursos que não disfarçam a sua inspiração no darwinismo social.

Nesse contexto de crise societária, ganha ainda mais importância o reconhecimento e a observação das disputas territoriais, na dimensão dos imaginários, por projetos contra-hegemônicos de usos do território.

Outros sentidos da ação planejadora: as disputas contra-hegemônicas por outro planejamento e outros usos do território

Reconhecer que as estruturas estão em movimento e disputa implica, conforme Andreilino Campos (2014, p. 63), entender que há uma possibilidade de “movimentar tudo que faz parte dela, incluindo tanto as dimensões imateriais que contêm valores portadores de sentido da vida como as materialidades inscritas”. Campos propõe a noção de movimento como um princípio das transformações societárias. Nesse movimento, partimos da proposta de um humanismo concreto de Ana Clara Torres Ribeiro (2013f, p. 294), afirmando ser necessário reconhecer os muitos outros e o papel ativo do território usado e praticado, “preche das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos”.

Compartilhamos, assim, princípios científicos e éticos inspirados por Ribeiro (2012, p. 118–122), entre eles: o reconhecimento da incerteza, que propõe realizar análise de processos ainda “em aberto”, escutando as vozes dos muitos outros; e o reconhecimento de racionalidades alternativas, da condição de sujeito dos muitos outros, do poder de determinação do social e da força criadora da sociabilidade, todos esses em diálogo com a abertura para a potência dos agentes dos lugares de construir processos para além dos agenciamentos externos que os reduzem. Desse modo, é fundamental reconhecer a possibilidade de que o planejamento produza intervenções carregadas de outros sentidos²⁶ – de libertação nacional, social ou individual (Monteiro, 2007, p. 52); nas perspectivas radical (Grabow; Heskin, 1973) ou insurgente (Miraftab, 2016);

²⁶ Embora não seja o objeto deste texto, recomendamos os trabalhos de Sandercock (1998), Watson (2009a, 2009b), e Tanaka (2017) que analisam e sistematizam, nas teorias do planejamento, o campo contra-hegemônico de produção de teorias e práticas do planejamento.

democrática (Ribeiro, 2013d; 2013e) ou comunicacional (Healey, 2009), entre tantas outras – todas marcadas pelo desejo de ver o planejamento hegemônico “substituído por outro, basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados” (Santos, 2003, p. 34).

Os sentidos em disputa são centrais às lutas por outros projetos de sociedade. Segundo Tilly (2000, p. 137), as lutas populares observam, historicamente, uma proeminência do que chama de “geografia simbólica”. Não há projetos alternativos de planejamento que não passem pela disputa pela instalação de outra psicofera. Esse desafio está presente na luta histórica pela reforma urbana (Hardoy; Moreno, 1972; Saule Jr; Uzzo, 2009) e na recente efervescência de movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à cidade (Harvey, 2014; Rolnik, 2015, p. 376–379).

Entre as dimensões a serem privilegiadas nessa análise das disputas no imaginário a partir de projetos contra-hegemônicos para as cidades, destacamos: (1) experiências locais de participação popular no planejamento territorial, considerando potências e limites desses processos à pedagogia cidadã, estratégias de apropriação da comunicação e de produção de sentidos sobre a cidade ligadas a essas iniciativas; (2) experiências de ações insurgentes ligadas ao planejamento territorial e suas estratégias ligadas à disputa de sentidos no território, em espaços de ação convidados e inventados; (3) representações de movimentos sociais urbanos na mídia, incluindo os silenciamentos, campos de sentido, vieses e vocalização de pautas nas coberturas que os envolvem; e (4) representações socioespaciais ligadas ao imaginário urbano dominante entre sujeitos da luta urbana, incluindo suas representações sobre propriedade da terra, direitos territoriais, cidadania, Estado, políticas urbanas, formas de luta e temas correlatos.

Partindo do entendimento de que os movimentos sociais também são agentes do planejamento, Miraftab (2016) contribui com a compreensão de que as ações desses movimentos na luta por projetos contra-hegemônicos para as cidades passam por uma atuação combinada entre o que chama de espaços de ação convidados – legitimados, abertos a partir do Estado, englobando formas de participação reconhecidas e diálogo institucional – e espaços de ação inventados – a partir de insurreições e insurgências. Em ambos os campos de ação, há disputas sendo travadas na dimensão dos imaginários urbanos.

Dentro dos espaços de ação convidados, as formas de participação popular no planejamento se destacam. Conquistas da luta por um planejamento mais democrático, essas práticas também são potencialmente portadoras de outros sentidos, já que os processos participativos podem ser promotores de cidadania e pedagogia cidadã (Souza, 2000) e que, quando consolidados, tendem a ser tão ou mais consistentes do que aqueles preparados por outros procedimentos técnicos convencionais, além de potencialmente contar com maior apoio junto à população (Poggiere, 2004, p. 240). Santos (2007, p. 20) afirma que “a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura”. A cidadania ou a sua ausência, a produção de consensos ativos ou passivos, a mobilização social ou a desmobilização são valores que povoam os imaginários no território.

Do mesmo modo, as ações insurgentes, em espaços de ação inventados, são portadoras de sentidos contra-hegemônicos e projetos alternativos de futuro das cidades – como inspira a epígrafe, de Faranak Miraftab. Para essa autora, a politização da imaginação e do futuro como um terreno de luta por justiça é chave para planejar um mundo mais justo. Por isso, sujeitos da luta urbana estariam empregando “ações performáticas que evocam a imaginação de um mundo diferente, mesmo que momentânea e temporariamente. Outros, entre os novos movimentos sociais, voltam-se para a ficção científica, para os movimentos de justiça social” (Miraftab, 2016, p. 374). Colosso (2019, p. 299)

destaca a emergência de novos personagens na disputa pelo direito à cidade – uma juventude urbana cujos papéis ainda não se conhece, mas cujo repertório de ação abrange:

i) ações com maior mobilização que bloqueiam os fluxos urbanos; ii) ações com número reduzido mas de amplo impacto na opinião pública [...]; iii) ações que funcionam como reforços recíprocos, permeados de uma cultura democrática e ações dotadas de exemplaridade; iv) as ruas são reapropriadas com um transbordamento de energias coletivas, multiplicam ensaios estético-políticos que criam uma insurgência festiva e vinculante; v) constroem espaços que reintegram conhecimento e ação; vi) dispõem corpos através de uma técnica estético-política de montagem.

O repertório de ação dos movimentos envolve diferentes formas de apropriação do espaço e a construção de narrativas vinculadas às lutas urbanas. É vital compreender, assim, as ações e estratégias dos novos e consolidados agentes das lutas sociais urbanas na disputa de sentidos e na arena dos imaginários urbanos.

Esse processo não se dá sem contradições. Como lembra Santos (2007, p. 54), “a ideologia do consumo, mediante suas múltiplas aparências, está fortemente impregnada na população”, e parte do conteúdo de movimentos urbanos “defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão”. Tanto nas ações insurgentes quanto nas realizadas em espaços de ação convidados, é necessário reconhecer essas disputas como parte de movimentos contraditórios da história, onde esses sujeitos buscam romper com a lógica hegemônica do planejamento urbano enquanto também carregam representações socioespaciais do imaginário urbano dominante, em função do controle ainda bastante centralizado da produção de sentidos hegemônicos.

Meios de comunicação e a produção de sentidos

A psicofera instalada no território é produzida com grande participação da mídia em um sistema de produção de sentidos historicamente concentrado (Bandeira; Mendes; Pasti, 2023). Ao analisar a produção e circulação de informações no território, Bernardes (2010) considera a coexistência de

dinâmicas informacionais ascendentes e descendentes – os círculos de informação descendentes seriam aqueles baseados na informação que atinge verticalmente os lugares. Conforme Santos (2006, p. 257), “a informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora seu entorno, pondo-se a serviço de quem tem os bastões de comando”. Por outro lado, os círculos ascendentes referem-se aos “dinamismos mais arraigados ao lugar, ao dilema da sobrevivência, da resistência e da reprodução” (Bernardes, 2010, p. 2) compondo uma comunicação ascendente baseada nas trocas efetivas a partir dos lugares (Pasti, 2021).

Os agentes midiáticos de grande alcance territorial, comandando círculos descendentes de informações, inserem, na psicosfera, valores, preocupações e pautas ligados aos interesses de agentes hegemônicos (Pasti, 2018, p. 92). O sistema de comunicação brasileiro “em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados” (Ribeiro, 1991, p. 46). Segundo a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (Intervozes, 2017; Pasti, 2023), a organização da comunicação no país é marcada por oligopolização e propriedade cruzada de meios de diferentes tipos pelos mesmos grupos, baixa pluralidade e diversidade, intensa concentração geográfica e cruzamento de interesses de negócio diversos – os maiores grupos midiáticos atuam também no mercado imobiliário, no agronegócio, no mercado financeiro e em outros setores.

Dessa forma, um olhar para a produção da psicosfera exige a consideração da atuação desses agentes na difusão do imaginário urbano dominante, na construção de representações sobre os movimentos sociais urbanos e no condicionamento da circulação de sentidos sobre a cidade, sobretudo dos projetos urbanos contra-hegemônicos. O silenciamento histórico de vozes e projetos alternativos traz a “centralidade e urgência das lutas pela

democratização da comunicação entre os sujeitos que desejam a concretização da agenda da reforma urbana e outras perspectivas de direitos” (Assis; Pasti; Garcia, 2021, p. 488). O desafio abrange reconhecer, produzir e amplificar o alcance de narrativas do avesso que, como propõe Peres (2019, p. 13), ampliam o jornalismo e mostram as muitas cidades que existem para além do senso comum e do discurso dominante.

A própria possibilidade de imaginação dos lugares passa pela condição de criar e fazer circular essas representações. Para Massey (2017, p. 37), “podemos examinar como tais imaginações são produzidas, seja através dos nexos de poderosos conglomerados de mídia internacionais ou do imaginário persistente e implantado em conversas locais”. Por esse motivo, diversos movimentos sociais urbanos têm realizado ações de apropriação da mídia, por meio de iniciativas de comunicação comunitária, alternativa e popular (Vinelli, 2014). Conforme Serpa (2011, p. 24),

apropriar-se – taticamente – dos meios de comunicação em uma escala local significa, para os grupos e iniciativas envolvidos nesses processos, enunciar um lugar a partir da ação e do discurso, “fabricando” lugares nas mais diversas escalas espaciais, para a reprodução de novas ideias de cultura a partir da criatividade e da subversão.

Os caminhos para a investigação dos imaginários exigem, desse modo, um olhar para os agentes que concentram o poder comunicacional, articulando círculos descendentes de informações e mediando o debate sobre o futuro dos territórios, mas também para a produção da comunicação ascendente baseada nos lugares, apresentando contranarrativas a partir dos cotidianos compartilhados. A produção de outros projetos de futuro, de outros usos do território depende do reconhecimento do papel desses meios de comunicação na produção e circulação de sentidos – implicando uma centralidade crescente da comunicação nos debates sobre o território e a necessidade de engajamento nas estratégias de disputa sobre a dimensão comunicacional.

Considerações finais

A teorização sobre as práticas de planejamento territorial exige um olhar cuidadoso para a compreensão da teorização crítica do espaço, incorporando a inseparabilidade da dimensão material e imaterial, abrangendo significados, sentidos e imaginários no território usado e praticado. Acreditamos que, ao percorrermos os caminhos aqui apresentados, podemos contribuir para a compreensão de como as diferentes práticas de planejamento, hegemônicas e contra-hegemônicas associam-se, produzem ou reproduzem imaginários urbanos, ou travam disputas pelo espaço urbano a partir dessa dimensão simbólica – na psicosfera.

Partindo dessa proposição, entendemos que as teorias do planejamento territorial devem abordar o tema dos imaginários, buscando contribuir com a compreensão teórica e a formulação de práticas de planejamento dos territórios que ampliem sua potência de promover cidadania e democratização da vida coletiva. Acolhendo a provocação de Miraftab, presente na epígrafe deste texto, é necessário que nossos percursos de pesquisas contribuam no resgate do repertório de práticas já experimentadas para ampliar nosso horizonte de futuros possíveis aos territórios, com práticas de planejamento que acompanhem e produzam outras imaginações sobre o futuro.

A ocupação da imaginação sobre o futuro é uma dimensão fundamental das lutas sociais, das práticas de planejamento territorial de diferentes matrizes e sobretudo central à disputa de projetos de sociedade e de usos do território alternativos ao dominante. Nesse sentido, além de ousar imaginar, como propõe Miraftab, devemos concentrar mais atenção à dimensão da produção desses imaginários em nossas teorizações e análises sobre as práticas de planejamento, contribuindo para a formulação de práticas efetivamente transformadoras.

Referências bibliográficas

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Celeste, 2000.

ANTAS JR., Ricardo Mendes. O consumo contemporâneo no território brasileiro. *In: DOWBOR, Landislau; SILVA, Hélio; ANTAS JR., Ricardo Mendes (org.). **Desafios do Consumo***. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

ASSIS, Maria Luiza; PASTI, André; GARCIA, Isadora. Silenciamentos da luta pelo direito à cidade: representações socioespaciais da ocupação Vila Soma na mídia. *Terra Livre*, v. 1, n. 56, p. 462–492, 2021.

BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gysselle; PASTI, André. Muitos mundos, poucas vozes: concentração do poder midiático no Brasil. *In: BANDEIRA, Olívia; PASTI, André; MENDES, Gysselle (org.). **Quem controla a mídia?** Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais*. São Paulo: Veneta, 2023.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. *In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (org.). **A construção do espaço***. São Paulo: Nobel, 1986.

BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 4, n. 2, 2014.

BERNARDES, Adriana. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. *In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2010. Anais [...]*. Porto Alegre: AGB, 2010.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 45, p. 152–166, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 47, p. 155–176, 1997.

CAMPOS, Andreilino. Movimento em estruturas “sócio-espaciais”: em busca dos sujeitos subalternos. *In: SILVA, Catia Antonia da; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio D’Avila (org.). **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço***. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – USP, São Paulo, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRAY, Régis. *El Estado seductor: Las revoluciones mediológicas del poder*. Buenos Aires: Manantial, 1995.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes. *Leitura Flutuante*, v. 1, 2009.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRARA, Lucrecia D'Allessio. Cidade: imagem e imaginário. *In*: FERRAZ SOUZA, Célia; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 15, n. 1, p. 23–35, 2 dez. 2017. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v15i1p23-35.

GRABOW, Stephen; HESKIN, Allan. Foundations for a Radical Concept of Planning. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 39, n. 2, p. 106–114, 1 mar. 1973. DOI: 10.1080/01944367308977664.

HÄGERSTRAND, Torsten. Reflexiones sobre ¿qué hay acerca de las personas en la ciencia regional? **Serie Geográfica**, n. 1, p. 111–118, 1991.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HARDOY, Jorge; MORENO, Oscar. Primeros pasos de la reforma urbana en América Latina. **EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 2, n. 4, 7 mar. 1972.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, n. 39, 1996.

HEALEY, Patsy. The Pragmatic Tradition in Planning Thought. **Journal of Planning Education and Research**, v. 28, n. 3, p. 277–292, 1 mar. 2009. DOI: 10.1177/0739456X08325175.

HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. **EURE (Santiago)**, v. 33, n. 99, p. 17–30, ago. 2007. DOI: 10.4067/S0250-71612007000200003.

INTERVOZES. **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil 2017**. Relatório de Pesquisa. [S. l.]: Repórteres Sem Fronteiras; Intervozes, 2017. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 3 nov. 2017.

ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell, 1991.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. A governança territorial no rastro das redes políticas. *In*: I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 2014. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Editora Letra1, 2014.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LOPES DE SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 36, 5 out. 2017. DOI: 10.22409/geographia.v19i40.1193.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 1, p. 81–106, 2012.

MELGAÇO, Lucas. A cidade e a negação do outro. **ComCiência**, n. 118, 2010a.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. 2010b. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2010. DOI: 10.11606/T.8.2010.tde-04022011-105832.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363.

MONTEIRO, Circe. O Planejamento: algumas considerações. **ETC - espaço, tempo, crítica**, v. 1, n. 2, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

NOVAIS, Pedro. **Uma Estratégia Chamada “Planejamento Estratégico”**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

PASTI, André. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 30, n. 1, p. 80–109, 1 jul. 2018. DOI: 10.14393/SN-v30n1-2018-4.

PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. **Revista Eptic**, v. 23, n. 2, p. 41–64, 2021.

PASTI, André. Vozes concentradas: propriedade e consumo de mídia no território brasileiro. *In*: BANDEIRA, Olívia; PASTI, André; MENDES, Gyselle (org.). **Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. São Paulo: Veneta, 2023.

PERES, Ana Cláudia. **As cidades narradas: uma cartografia de paisagens possíveis para o jornalismo**. Niterói/RJ: Eduff, 2019.

POGGIESE, Héctor. Alianzas transversales, reconfiguración de la política y desarrollo urbano: escenarios del presente y del futuro. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **Osal**, v. VII, n. 21, p. 23–32, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 5, n. especial, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Imaginação e metrópole**: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo. Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço, v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. *In*: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Brasil, território da desigualdade**: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013d.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 3. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013c.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013e.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, 2005. DOI: 10.9771/ccrh.v18i45.18535.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *In*: **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013f.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SÁNCHEZ, Fernanda. City marketing: a nova face da gestão da cidade no final de século. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação técnica e espaço, v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Editora Argos, 2010.

SANDERCOCK, Leonie. **Towards cosmopolis: planning for multicultural cities**. Chichester, England; New York: J. Wiley, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e o meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Edusp, 2008b.

SAULE JR., Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. **DPH - diálogos, propostas, historias para uma cidadania mundial**, ed. especial - dossiê Direito à Cidade, 2009.

SERPA, Ângelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Ângelo. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM - Ciência & Tecnologia**, v. 5, n. 1, p. 220–232, 2005.

SERPA, Ângelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**. São Paulo: Contexto, 2019.

SERPA, Ângelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 3, p. 487–495, 12 dez. 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.83538.

SIERRA NOREÑA, Jenny Paola. Marketing urbano, forma de governo neoliberal en la ciudad de Medellín. **Iconofacto**, v. 12, n. 19, p. 124–153, 2016. DOI: 10.18566/iconofact.v12.n19.a05.

SILVA, Armando. **Imaginários, estranhamentos urbanos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

SILVA, Catia Antonia da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 220–240, 31 ago. 2012. DOI: 10.54446/bcg.v2i2.56.

SOUZA, Maria Adélia de. Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia sul da cidade de São Paulo. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

TANAKA, Giselle. **Planejar para Lutar e Lutar para Planejar: Possibilidades e Limites de Planejamentos Alternativos**. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

TILLY, Charles. Spaces of Contention. **Mobilization**, v. 5, n. 2, p. 135–159, 1 set. 2000. DOI: 10.17813/maiq.5.2.j6321h02n200h764.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

VINELLI, Natalia. **La television desde abajo: historia, alternatividad y periodismo de contrainformación**. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suená, El Topo Blindado, 2014.

WATSON, Vanessa. Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues. **Urban Studies**, v. 46, n. 11, p. 2259–2275, 2009a.

WATSON, Vanessa. 'The planned city sweeps the poor away...': Urban planning and 21st century urbanisation. **Progress in Planning**, v. 72, n. 3, p. 151–193, out. 2009b. DOI: 10.1016/j.progress.2009.06.002.

A PSICOSFERA DOS INVESTIMENTOS E A EXPANSÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Wagner Nabarro

Introdução

As finanças se impõem, atualmente, hoje à vida econômica das nações. A mobilização de empréstimos, juros e títulos é um longo processo histórico que remonta às origens do capitalismo. O que temos agora se peculiariza pela existência de um mercado financeiro mundializado e conectado, que conclama frações do capital a integrá-lo e a se orientar conforme suas demandas. Junto disso, tem-se a tirania da informação que se organiza em redes e se coloca como incontornável para a determinação das ações dos sujeitos econômicos.

Milton Santos (2000) atribuiu, pela intransigência das demandas do capital internacional, um papel de violência ao dinheiro a partir da globalização. Esse papel não só está associado a uma escala global de relações corporativas, mas se distribui na medida em que afeta a circulação de moedas, a valorização de setores produtivos e as projeções de crescimento econômico. Ao fim e ao cabo, o cotidiano econômico acaba cada vez mais atrelado aos desmandos dos investimentos financeiros nas diversas escalas do território.

Cabe assim pensar como interpretar essas dinâmicas de um ponto de vista geográfico: se o mercado financeiro é analisado à exaustão pelas teorias econômicas por conta de seus equilíbrios e desequilíbrios, pela otimização de taxas e através da relação entre trabalho, capital e renda, a Geografia ainda carece de avanços em sua interpretação do capital financeiro, sobretudo no que diz respeito àquilo que vai além do econômico: as finanças nos dizem algo sobre a

relação da sociedade com seu espaço. Isso se expressa em uma disputa de sentidos das dinâmicas territoriais atuais, com novas formas de urbanização, de expansão das fronteiras agrícolas e das redes técnicas.

Isso nos motivou a recorrer ao par psicofera-tecnosfera, proposto por Milton Santos (2008 [1994]) como nossa ferramenta de análise das finanças na atualidade. Longe de estarem associadas apenas a desdobramentos das formas de dinheiro que configuram o modo de produção capitalista contemporâneo, elas são, por um lado, base para a conformação e reformulação de redes técnicas e, por outro, um elemento incendiário de redes de informação que mobilizam sentimentos, emoções e racionalidades.

O discurso economicista: da entidade do mercado à ascensão do neoliberalismo

A economia política, como proposta associada a uma interpretação da realidade social, preocupou-se, desde o início, em teorizar as relações humanas que envolviam trocas de valores e de mercadorias. No âmago das teorias econômicas está a noção do *mercado* como mecanismo central para alocação de recursos e determinação de preços, a partir da qual se buscava explicar como o movimento de oferta e demanda poderia coordenar a produção e a distribuição de bens e serviços. Com a ascensão dos economistas neoclássicos, a noção de mercado se tornaria ainda mais central e remodelada para propor a noção de equilíbrio de mercado, analisando mecanismos pelos quais a interação entre a oferta e a demanda atuaria para determinar preços e os volumes negociados.

É com o destaque que ganha a Teoria Moderna dos Portfólios, desenvolvida a partir dos trabalhos de Harry Markowitz (1952), que se torna clara uma nova dimensão dos estudos da Economia: não mais uma compreensão geral das relações sociais, mas o fornecimento de instrumental para otimização das ações individuais dos agentes econômicos. Essa teoria aborda, afinal, a maneira como investidores tomam suas decisões com base no risco e no retorno esperado

para os ativos financeiros, concentrando-se na diversificação para redução do risco de carteiras.

As novas possibilidades econométricas para a medição dos lucros, dividendos e receitas das corporações se circunscrevem na ascensão da perspectiva utilitarista, segundo a qual, se os agentes econômicos estão em funcionamento pleno, e se a eles for permitida adequada liberdade e eficiência, a sociedade como um todo usufruirá de seus resultados. É no ensejo das novas possibilidades teóricas e filosóficas abertas por esses desenvolvimentos das ciências econômicas, que toma corpo o conjunto de práticas e perspectivas que seria rotulado, na vida política e econômica, como neoliberalismo.

O neoliberalismo, da forma como vem sendo considerado a partir de seus intérpretes, não se expressa apenas como projeto econômico, senão como um próprio modo de existência e de concepção da sociedade. Notáveis analistas de sua dinâmica recente, Laval e Dardot (2016) consideram o projeto neoliberal como uma racionalidade que se alastra para todas as dimensões da vida social. Trata-se, portanto, não de uma escola de pensamento a guiar projeções e técnicas econômicas, mas de um projeto de sociedade que se imbrica nas decisões políticas e nas práticas corporativas e sociais. Mirlei Pereira (2021, p. 272) sugere que “tal projeto neoliberal, com hegemonia do capital financeiro globalizado, não se efetiva, portanto, sem o acionamento das subjetividades, ou, nas lúcidas palavras de Milton Santos (2000), sem o prévio ‘controle dos espíritos’”. Ressaltando que tal acionamento das subjetividades não diz respeito apenas a relações entre empresas e trabalhadores, mas também entre o próprio Estado e a sociedade, Pereira (2021, p. 277) afirma também que

a noção de psicofera pode hoje ser em muito revelada e identificada, dentre outras manifestações, pelos anseios de controle de corpos e mentes orientados à adesão acrítica às finalidades da acumulação financeira tipicamente neoliberal que, coordenada e capturada por uma parcela absolutamente restrita da população (quer seja a dos indivíduos, quer seja a das empresas), precisa ao mesmo tempo do acionamento das subjetividades de uma parcela muito maior da sociedade, sobre a qual promessas de ganhos em função de ‘mérito pessoal’ e imensos ‘esforços individuais’ são, a todo tempo, lançadas e estimuladas.

Por isso é que estabelecemos, aqui, esse vínculo entre as finanças e o neoliberalismo: consideramos que, se a importância das finanças enquanto fenômeno possui longa história, seus desdobramentos recentes estão relacionados a uma nova perspectiva de sociedade. Propomos a partir disso, que esse vínculo se expressa em dinâmicas territoriais, notando que a

associação entre mudanças comportamentais e a noção de meio técnico-científico, proposta por Milton Santos para a análise de processos contemporâneos de concentração da riqueza no Brasil, exige a reflexão detalhada da nova gestão como expressão de novas formas de exercício do poder, com seus instrumentos e práticas (Ribeiro, 1991, p. 269).

As modalidades e configurações recentes de investimentos se difundem justamente a partir de manuais de difusão de práticas técnico-científicas financeiras que ganharam força com a participação de “células de pesquisa, inúmeros colóquios, amplas operações de formação de quadros da função pública, produção e difusão maciça de um léxico homogêneo, verdadeira língua franca das elites modernizadoras” (Laval; Dardot, 2016, p. 216). São elementos fundamentais para a difusão das racionalidades financeiras, aderidos à formação de quadros profissionais. Parte-se de uma razão que não considera a si própria como histórica, se propondo como uma lógica universalizante e totalizante que nega responsabilidade sobre os próprios sentidos mobilizados. A psicofera que aí opera

é a mesma que normatiza a ação instrumental (que tem os sistemas econômico e político com pano de fundo (...) [e que] construída por uma ciência com todas as propriedades e qualidades traduzidas em linguagem matemática, exclui os predicados práticos, axiológicos e culturais com os quais os objetos assumem sentido e valor (Kahil, 1997, p. 218).

O fato de que os desdobramentos recentes das finanças reformularam a própria organização da sociedade já encontra bastante eco na literatura, desde apontamentos de que o próprio modo de produção capitalista tornou-se dirigido pelas finanças (Guttmann, 2016, p. 95), dominado por decisões de gestores corporativos, até o fato de que “a lógica da valorização leva à transformação das

relações sociais” (Fumagalli; Lucarelli, 2011, p. 97), direcionando cada momento da existência individual ao próprio processo de valorização financeira, atrelando a ela a vida cotidiana das pessoas.

Observamos que as finanças hoje se entronizam na vida social e, por isso mesmo, entranham-se no território, nutrem-se economicamente a partir de modelos e tecnologias orientadas por um conjunto de noções teóricas que visam a liberdade econômica como uma rota pela qual o pleno funcionamento dos mercados traria uma organização otimizada de recursos. As finanças ainda usufruem das redes de informação para, além de emaranhar suas trocas às mais diversas atividades econômicas, comunicar uma presença inescapável na vida social, propondo ideários de rentabilidade e de sucesso econômico via investimentos.

Surge, assim, um “espaço reificado, obra da estandartização [sic] e padrões estereotipados de valores e normas de ação com vista ao êxito, cujos interesses particulares se escondem em um espaço carregado de signos e valores hegemônicos” (Kahil, 1997, p. 219). Pela necessidade de considerar essa plenitude simbólica que se expressa no espaço geográfico, confluência de interesses particulares no esforço de determinar padrões a serem adotados inequivocamente, é que tratamos a psicosfera como interessante possibilidade de abordagem para refletir sobre o mundo financeiro atual. Nesse sentido, abordaremos, a seguir, como a noção de psicosfera pode nos conduzir no caminho de compreender o caráter geográfico desse emaranhamento financeiro da vida social e econômica do mundo contemporâneo.

A psicosfera dos investimentos e elementos para sua compreensão

Consideramos de grande importância, no sentido de enriquecer os debates que se utilizam da noção de psicosfera a partir da Geografia, nos atermos ao fato de que considerá-la enquanto elemento de análise, diferentemente das abordagens isoladas da ideologia, da racionalidade ou dos estudos do

comportamento, implica a importante consideração das técnicas – daí a noção de tecnosfera – e, portanto, das relações estabelecidas no espaço geográfico.

A tecnosfera, sendo esse mundo das técnicas, dos objetos e dos sistemas (SANTOS, 2009 [1996]) é o que dota o território dessa capacidade informacional tamanha que permite às operações financeiras, hoje, atingirem grandes porções do espaço nacional – sobretudo pelo alcance da internet – aprimorando a capacidade e aumentando o volume das informações envolvidas nos negócios. A psicofera é decorrência e motor disso: a multiplicação das informações financeiras e das possibilidades de investimentos está atrelada a novas emoções, racionalidades, ideários das finanças contemporâneas. Isso se insere dentro de processos de centralização de decisões econômicas e de aumento do escopo econômico e territorial dos mercados financeiros, que passam a englobar um rol crescente de atividades, avançando sobre espaços nos quais a incidência dos mecanismos financeiros ainda era rarefeita. As demandas explicitadas pelos agentes do mercado financeiro são motivadoras da expansão e aprimoramento das redes e dos equipamentos. Não à toa, a maioria dos centros de processamento de dados de grande porte existentes no território brasileiro de hoje está justamente dedicada ao armazenamento de transações financeiras de grandes bancos e da bolsa de valores.

A criação, adoção e implementação das novas técnicas da informação e da comunicação não é casual. Nos aponta Santos (2009 [1996], p. 255) que “[a tecnosfera] se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes”. Ela se impõe sobre os lugares de maneira selecionada, não indistinta, mas também de maneira impositiva, mesmo onde não há necessidade espontânea. A cargo dessa imposição atua a psicofera, uma forma de convencimento prévia ou contemporânea que favorece a instalação dos sistemas técnicos adequados para fazer emergir as novas relações sociais e econômicas pretendidas. Por isso, quando tratamos de como novas técnicas financeiras permitiram a ampliação da

área de atuação dos mercados, consideramos que isso é o fruto da confluência de interesses na reformulação das relações econômicas que constroem diversos mecanismos de convencimento.

Ao tratarmos do par tecnosfera-psicosfera no sentido das finanças, devemos observar que há um movimento contínuo entre as lógicas do capitalismo global e as dinâmicas econômicas do cotidiano. É no lugar onde esse cotidiano se expressa e, por isso, é nele que são tensionadas essas mesmas lógicas. Por isso, não se trata de dizer que o capitalismo, sob a égide das decisões financeiras, agora está em todo lugar ou age em todo lugar indistintamente. Muito pelo contrário, é bem sabido que centros financeiros possuem longa trajetória histórica e tendem a se aprofundar (PORTEOUS, 1999). Tampouco se trata de dizer que as finanças se dão apenas nesses subespaços – centros financeiros – e que os demais se relacionam apenas marginalmente com os mercados financeiros globais.

O que propomos aqui é justamente pensar esse movimento incessante no quais as finanças globais se insinuem aos lugares, tragando-os, enquanto os lugares podem tanto se adaptar, se inserir ou resistir, cada qual a seu modo e de acordo com suas características, as técnicas disponíveis e os anseios e necessidades de suas populações. O que observamos é justamente que, se, na esfera técnica, o espaço se organiza de modo descontínuo, como psicosfera ele se mundializa, “internacionalizando crenças, desejos, hábitos e comportamentos” (Kahil, 1997, p. 218). Portanto, se pensamos nas finanças globais contemporâneas a partir da noção de psicosfera, é possível entender como estas se fazem onipresentes a partir de seus desmandos, representando interesses exógenos, mas que se expressam de maneira diferencial no espaço geográfico.

Muito antes do atual estado de coisas, já era notado por Simmel (1979, p. 14) que a metrópole era dominada pela economia do dinheiro, sendo as altas finanças o ápice da vida metropolitana, em decorrência da exatidão de seus

cálculos – transformando tudo em problema aritmético. As cidades potencializaram que o desenvolvimento do capitalismo trouxesse hábitos de cálculo e abstração à vida cotidiana das pessoas (Mumford, 2010, p. 23). Não é por outra razão que os distritos financeiros das metrópoles ficaram conhecidos por serem o centro nevrálgico das formas de existir e agir que incluem a matematização financeira como princípio norteador de decisões sociais e econômicas. São lugares de alta “densidade informacional” (Santos, 2009 [1996]), na medida em que a informação “não simplesmente flui, mas agrega em lugares particulares na forma de conhecimento localizado” (Zook, 2018, p. 576). Os agentes mais afeitos às dinâmicas financeiras globais buscaram logo a metrópole porque para eles

a aptidão a dispor de informações precisas e amplas, a habilidade de empregar todos os conhecimentos técnicos para resolver um novo problema pesam consideravelmente. (...) Em um universo onde as mudanças são mais e mais frequentes e mais e mais profundas, o acesso à informação aparece ainda mais fundamental do que o controle dos bens de equipamento como fonte de influência e dominação (Claval, 1976, p. 151).

Os mercados financeiros, em sua natureza globalizada, tornam-se dependentes da especulação²⁷ para se manterem em movimento. Embora seja bastante frequente que, no próprio discurso contido nos manuais financeiros, a especulação seja apontada como um efeito colateral ou prática a ser combatida, criticá-la em favor de práticas mais legítimas de investimento é quase um contrassenso, pois é “impossível estabelecer a linha de demarcação entre especulação pura, arbitragem e proteção contra os riscos” (Plihon, 1995, p. 64). O fato é que para que essa busca de conhecer o futuro para melhor gerenciar os investimentos – que, como notamos anteriormente, se baseia em muito nas teorias de administração de carteiras, mitigando riscos e buscando curvas de rendimento – é necessária informação. Tratamos de uma informação que não é

²⁷ A especulação consiste na “compra (ou venda) de bens com vistas à revenda (ou recompra) em uma data posterior, onde o motivo por trás dessa ação é a antecipação de uma mudança dos preços relevantes com relação ao preço em vigor” (Kaldor, 1976, p. 111).

codificável, nos dizeres de Storper e Venables (2004), que ressaltam o papel do burburinho (*buzz*) encontrado nas aglomerações de serviços das metrópoles. Uma informação que, por seu caráter útil aos agentes corporativos, compõe um rol de informações estratégicas (Silva, 2001) que são mais facilmente encontradas nos contextos metropolitanos. A cidade é onde os agentes podem ter à disposição um “campo de informações” (Hägerstrand, 1968) que envolve os contatos que cercam os locais de trabalho, residência e consumo.

Essa informação estratégica a que fizemos referência tem valor enquanto há uso, enquanto ela não está espalhada por todos, enquanto aquele agente que tem acesso exclusivo a ela pode obter vantagem disso. Porém, tão logo ela circule, pode seguir caminho à banalização – e, então, se mistura à informação banal (Silva, 2001) e passa a integrar noticiários e mesmo rodas de conversa cotidiana. Daí a noção de que a psicofera, enquanto elemento do espaço geográfico, não pode ser reduzida ao conjunto de agentes que gestaram seus elementos – tão logo ela se desenvolva em um lugar, ela se generaliza aos agentes sociais.

A título de ilustração, tomemos o exemplo recente da crise financeira que se disseminou entre agentes econômicos durante o início da pandemia de Covid-19 (Nabarro, 2020). As primeiras previsões de que *lockdowns* estariam associados a variações nos hábitos de consumo e nos circuitos produtivos certamente serviram para a tomada de decisões estratégicas entre empresas globais – reformulando seu planejamento anual, mas também suas carteiras de investimento. Escritórios foram fechados, produções redirecionadas, analistas produziram relatórios alegando terem uma solução mais segura para o enfrentamento do cenário “adverso”. Tão logo se iniciou o efeito da descoberta da pandemia – um mergulho profundo dos preços nos mercados globais – a informação financeira se alastrou e análises sobre o futuro dos mercados influenciaram até mesmo a visão da vida cotidiana, que passou a antever um colapso econômico. Soluções alternativas de investimentos para pequenos e médios investidores foram alardeadas pelos analistas – criptomoedas, imóveis

etc. Ao mesmo tempo, os telejornais, revistas, portais de internet traziam ao cotidiano da população em geral previsões apocalípticas com sucessivas quedas abruptas nos mercados financeiros. O problema se tornou generalizado. Mas assim que passou esse ímpeto inicial de reformulação, os mercados voltaram a se estabilizar. Já havia circulado, afinal, uma nova informação pelas grandes empresas, que reprogramaram seu ritmo e seus investimentos.

A psicofera dos investimentos financeiros que se torna, então, disseminada – e que, como sempre ressaltamos, está intimamente conectada à respectiva tecnosfera – tem como principal base o ato de investir. A apropriação dos sistemas técnicos e informacionais pelos mercados para conectar decisões econômicas em todo o globo, injetando e retirando investimentos conforme as variações de preços mundiais, fruto dos movimentos de produção mas também de especulação, exige justificativa social. A justificativa é, assim, fornecida a partir da consideração do mercado financeiro global como mecanismo de alocação de recursos econômicos pelo mundo (conferindo investimentos aos países, cobrando a eles que se adéquem a suas regras). Concomitantemente, a justificativa no nível individual é construída a partir da noção do investimento como possibilidade de enriquecimento pessoal, em alguns casos, e de gestão da economia doméstica, em outros.

O afã do ato de investir, dessa maneira propagandeado, inspira uma consulta jornalística – seja ela analógica em seus primórdios ou digital na atualidade – que recorre aos meios de divulgação com diversos graus de reconhecimento e legitimação no meio, que sobrevaloriza a velocidade e, quando possível, a instantaneidade da difusão das informações. Moretzsohn (2002) trata do fetiche da velocidade que está associado à necessidade de cobrir eventos em tempo real no jornalismo financeiro, uma hipervalorização da velocidade que faz com que jornalistas gradativamente reproduzam práticas de sub-representar contextualizações de suas histórias e reportagens e priorizar a contínua atualização dos fatos que possam embasar eventuais tomadas de decisão de

investimento. Tudo colabora para que a aceleração contemporânea (Santos, 2002) conduza à adoção de práticas sem a respectiva reflexão, pois é necessário se adequar o quanto antes para manter a competitividade e seguir conectado aos anseios da globalização. Nesse aprofundamento, quaisquer perspectivas outras de organização da sociedade, de emoções, de sensações – seja na forma de conduzir a vida cotidiana, as relações de produção e de reprodução social – tornam-se obstáculos à rentabilidade, a serem questionados ou transpostos de maneira a não frear os avanços da rentabilidade.

O caso brasileiro: o Real, o jornalismo financeiro e a difusão dos investimentos

De maneira a aprofundar nossa proposição sobre o que consideramos uma psicofera dos investimentos e na intenção de contribuir para uma interpretação geográfica dos fenômenos financeiros do território brasileiro na atualidade, buscaremos trabalhar alguns dos desdobramentos do mercado de capitais nas últimas décadas, evidenciando e identificando transformações e dinâmicas.

Apontamos, logo de início, dois fenômenos fundamentais para a compreensão do território brasileiro e de sua rede urbana no período atual. O primeiro deles é a informatização do território, que acompanha, como identifica Milton Santos (2008 [1994]), a difusão do meio técnico científico-informacional. Esse fenômeno prioriza, na sua realização, a metrópole de São Paulo enquanto centralizadora de decisões e concentradora de serviços financeiros, ao mesmo tempo em que estende as redes de coleta e difusão de informações sobre a rede urbana brasileira, conectando grandes, médias e pequenas cidades. Em segundo lugar, temos um processo de financeirização do território a partir da expansão dos serviços financeiros, adequando a economia nacional às inovações das técnicas financeiras e permitindo incorporar novas atividades e parcelas da população às operações financeiras – via bancarização, creditização e novos produtos financeiros.

Podemos atribuir três momentos fundamentais para a história moderna do sistema financeiro no Brasil. O primeiro se estabelece nos anos 1930, a partir de normativas que passam a federalizar regulações para empresas de médio e grande porte, padronizando e oficializando as operações em bolsas de valores, bem como estabelecendo, por meio do Decreto 21.536/1932, a operação das Sociedades Anônimas.

O segundo momento é marcado pelas reformas no mercado financeiro, que se desdobram a partir das pressões de agentes econômicos que pairavam sobre as possibilidades abertas a partir da reformulação dos organismos públicos com o golpe militar, estabelecendo, entre 1964 e 1965, elementos como a criação do Banco Central do Brasil, a regularização de serviços financeiros como empresas (especialmente no caso das bolsas de valores) e uma maior padronização contábil.

No terceiro momento, durante os anos 1990, é que a faina neoliberal, que se estenderia por toda a década, de fato se iniciou, mergulhada em anos de hiperinflação, marcados pelos descontroles econômicos dos anos anteriores. A abertura dos mercados nacionais aos investidores estrangeiros se impunha como necessidade incontornável e os receituários do Consenso de Washington, desde 1989, apregoariam, desde então, para todas as décadas seguintes: cortar gastos estatais, abrir os mercados, aumentar taxas de juros, desregular agentes financeiros, privatizar ativos e estabilizar preços a partir de disciplina fiscal, a qualquer custo.

A reforma monetária que levou à criação do Real brasileiro serviria de base para uma reorganização dos serviços financeiros, transitando gradativamente de um cenário no qual os juros e as transações bancárias dominavam a discussão financeira para outro no qual se iniciaria a divulgação massiva do mercado de capitais como alternativa de renda. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa, atualmente B3), que havia se sobreposto a todas as demais, se assentaria a partir

de 2000 como única bolsa brasileira e passaria a ativamente promover os investimentos em ações corporativas e instrumentos relacionados como possibilidade de garantir rentabilidade mensal, tanto para empresas como para pessoas físicas (Nabarro, 2022). Isso acompanhou a reformulação do papel das bolsas de valores que, desde os anos 1960, vinham ganhando um papel de promotoras da privatização de empresas públicas, de publicadoras dos papéis corporativos e de busca por liquidez dos ativos e de aumento do capital de giro (Beteille, 1991).

A tecnosfera que embasa essa ampliação dos investimentos financeiros se desenvolveu a passos largos conforme aumentava a demanda e conforme os interesses privados confluíam no sentido de aumentar as redes de informação. A primeira conexão de internet comercial se estabeleceu em maio de 1995. Apenas quatro anos depois, em abril de 1999, o primeiro sistema *home broker* foi iniciado pela Bovespa, com seis corretoras participantes. A comunicação “instantânea” se abriu como possibilidade para a população na medida em que o território foi dotado de novas redes técnicas que promoviam novas conexões, primeiro pelas linhas telefônicas, depois pelos satélites e, finalmente, pelas redes de fibra óptica. Os grupos econômicos que operavam essas redes se reformulavam e assimilavam os interesses de serviços financeiros, com portais virtuais, oferecendo a difusão de preços e movimentações do mercado de capitais como parte do cotidiano informacional.

Conforme as finanças se globalizam e se difundem pelas redes, a situação se torna cada vez mais vantajosa para aqueles que tiram seu lucro a partir da venda de informações financeiras (Warf, 1989, p. 262). Tais agentes fazem uso do amplo alcance que as novas técnicas da informação e da comunicação permitem, chegando tanto aos escritórios corporativos de multinacionais (a partir dos *softwares* especializados e do *broadcast* de dados financeiros) quanto aos lares da população (loteando espaços em jornais diários, revistas, portais de notícias, telejornais e, mais recentemente, nas redes sociais). Colaboram para isso

agências de notícias e de informações que promovem um “agendamento da psicosfera do território nacional” (Pasti, 2020, p. 101), com destaque ao mercado financeiro como parte dos novos conteúdos carregados de racionalidades e ideologias alheias, trazendo as notícias do resto do mundo, muitas vezes, já munidas das respectivas “reações do mercado”.

A noção do “investidor popular” (Preda, 2001, p. 206) é bastante antiga e remonta ao cenário europeu da metade do século XIX. O avanço de uma visão econômica neoliberal, a difusão das técnicas de informação e comunicação, bem como a criação de novas modalidades de investimento impulsionaram uma nova onda propulsora dessa noção nas últimas décadas. Acompanhando a história recente do mercado de capitais brasileiro, é possível encontrar diversos elementos discursivos mobilizados justamente no sentido de identificar um caráter popularesco ao ato de investir – individualizando a rentabilidade pessoal para, então, conectá-la a um suposto interesse social comum no crescimento econômico (a despeito de não haver, necessariamente, qualquer conexão direta entre a prosperidade econômica nacional e a renda individual).

Em 1963, ano que antecedeu o golpe militar no país, agentes financeiros organizaram um simpósio anunciando o “capitalismo do povo” (Levy, 1977, p. 609), conclamando universitários e gestores corporativos a legitimar a ampliação do mercado financeiro como mecanismo popular – defendendo que, se ampliado e generalizado na economia nacional, traria benefícios a toda a população. O discurso seria encontrado à exaustão nas próximas décadas, culminando, nos anos 1990, na proclamação do mercado financeiro como “democrático”. A Bovespa, a partir dos anos 1990, chegou a se intitular como “Bolsa Popular”. As iniciativas de divulgação das atividades do mercado de capitais brasileiro à população se multiplicariam nas últimas três décadas²⁸. O anúncio da efetiva

²⁸ Iniciativas que envolveram essa tentativa de ampliar a base de investidores incluíram a “Bolsa na Estrada” – automóvel personalizado para acessar diversos espaços urbanos levando publicidade da empresa – iniciativas e cursos para acessar setores específicos da sociedade (operários de empresas de capital misto, mulheres, crianças, universitários, entre outros).

incrementação de investidores considerados como pessoas físicas – ou seja, aqueles que estão registrados na base de investidores – foi bastante alardeado, chegando a atingir 4,2 milhões de cadastros em abril de 2022.

A propaganda do mercado financeiro perante o país contaria com dois importantes elementos. O primeiro deles foi a chamada “governança corporativa” que ganhou espaço nos anos 1990, juntando princípios ambientais e sociais – consolidando a sigla ESG – *Environmental, Social, Governance*. Pereira (2013) tratou sobre a ascensão da noção de responsabilidade social empresarial no Brasil. Dentre os mecanismos para a idealização de ação social²⁹ pelas instituições empresariais – construção da psicosfera empresarial – a autora elencou o uso de premiações e certificações; políticas internacionais para a ação social; e o papel da mídia e da academia.

O segundo elemento é a chamada “alfabetização financeira”, que ganhou destaque na segunda década dos anos 2000. Esse conceito amplo incluiu iniciativas que mesclaram interesses públicos na educação financeira da população com interesses privados de instituições de investimento que buscavam ampliar suas bases. Como aponta Leite (2011, p. 130), é notório que cursos de alfabetização têm frequentemente base em livros de autoajuda financeira que buscam atrelar planejamento financeiro pessoal com a ideia de uma formação capitalista, com sugestões difusas de investimentos quase indissociáveis das dicas para organização da vida cotidiana.

No Quadro 1, sintetizamos os principais elementos que evidenciam a relação entre a psicosfera e a tecnosfera dos investimentos financeiros que operam contemporaneamente no território brasileiro. Procuramos, a partir desse quadro, demonstrar a conexão entre as técnicas implementadas e as

²⁹ Pereira (2013) trata de três arranjos territoriais das ações sociais corporativas: as ações concentradas (como no entorno de uma unidade empresarial, destinadas às comunidades em interação direta com a empresa), as ações pontuais (relacionando lugares distantes a partir do alinhamento discursivo entre empresa e unidades produtivas), e as ações dispersas (sem relação direta entre a localização das unidades e das ações sociais).

consequências trazidas por elas, mas, ao mesmo tempo, apontar que os próprios processos descritos na coluna da psicosfera são impulsionadores da adoção de novas técnicas, em um movimento recíproco.

Quadro 1 - Elementos mobilizados pela psicosfera dos investimentos financeiros no Brasil.

Fenômeno	Psicosfera	Tecnosfera
Aceleração do mercado de capitais	<ul style="list-style-type: none"> • Caráter ininterrupto das operações financeiras; • Precificação mercadológica como indicador dos acontecimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Agilidade da conexão pela fibra óptica; • Redução da latência nas trocas de dados;
Popularização dos investimentos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do enriquecimento pessoal como solução; • Ideal da “democratização” do investimento pessoal; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das redes de internet; • Difusão e barateamento dos equipamentos de acesso;
Complexificação das modalidades de investimento	<ul style="list-style-type: none"> • Personalização das carteiras de investimentos; • Ideal da mercantilização de tudo e <i>assetization</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> • Adensamento e interconexão dos bancos de dados; • Padronização das estruturas contábeis;
Controle do discurso econômico pelo mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Pressões sobre a tomada de decisões políticas; • Ideal da privatização como solução; 	<ul style="list-style-type: none"> • Imbricação e padronização dos sistemas públicos e privados de contabilidade financeira;
Centralização das decisões financeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Imagem do centro de negócios de São Paulo como definidor do mercado financeiro nacional; • Hierarquização metropolitana dos serviços financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação desigual do meio técnico-científico-informacional; • Concentração das técnicas de informação e comunicação.

Fonte: elaboração própria, 2023.

A promoção do enriquecimento pessoal via rentabilidade está ligada à ampliação das redes e dos equipamentos de acesso à internet, mas também se associam a uma dinâmica de ampliação do uso de equipamentos eletrônicos para o comércio, conforme é descrito por Venceslau (2023). Já a adoção de padrões econômicos e contábeis característicos das empresas privadas no setor público, cujo conflito fica bastante explícito nas corporações de capital misto, está ligada a uma respectiva pressão sobre a tomada de determinadas decisões. Em Duarte e Nabarro (2021) observamos, por exemplo, como a adoção de mecanismos de

financiamento bastante arrojados desenvolvidos no âmbito corporativo privado por uma empresa de capital misto, a Petrobras, levaram ao questionamento sobre o funcionamento da empresa, na medida em que opera sob controle público.

O que observamos é que, por meio da psicosfera dos investimentos financeiros que opera no espaço geográfico, é promovido e consolidado um determinado uso do território caracterizado por um domínio corporativo. Trata-se de um uso do território onde este é visto como recurso, como propõe Jean Gottmann (2012 [1975]), a despeito de ser também abrigo para as populações que o habitam; um recurso a ser transacionado tendo em vista de um sucesso econômico calculado – matematizado à exaustão – que, no entanto, é também bastante concentrado. Basta observarmos, em Piketty (2014), como a dinâmica do capital tem se orientado para uma concentração crescente. Esse uso do território como recurso, por isso, depende de uma orquestração entre corporações privadas e o poder público, que resulta

de um labor intelectual precedente de criação de uma tecnosfera – novos sistemas de engenharia e de movimento (...) generosamente financiados pelo Estado, e da criação de uma psicosfera, em que o novo, o moderno, a ideia de crescimento e desenvolvimento, são perversamente realizados à força perlocucionária de enunciados que prometem competitividade, fluidez, gestão eficaz, conexão ao mundo das redes, etc. (...) é todo um sistema muito bem articulado de ações orientadas que se impõem de um lado pela criação de uma ideologia da competitividade e crescimento econômico sem limites, e de outro, pressupõem um forte entrosamento e robusta influência nas estruturas de poder político, quer em escala nacional, quer à escala municipal (Kahil, 2012, p. 481).

Nesse sentido, apontamos que o uso do território brasileiro promovido a partir da ação das corporações que têm nas finanças e no sucesso financeiro sua principal orientação de decisões se apoia na construção de uma tecnosfera e de uma psicosfera dos investimentos financeiros. Tem-se uma tecnosfera integrada hoje, principalmente, pelas redes de internet e seus pontos de acesso, a partir das quais se pode levar a todo o território e a uma parcela considerável da população os objetos técnicos de acesso ao mundo dos investimentos financeiros (seja por meio dos funcionários de empresas de serviços financeiros, orientando suas

decisões via agências de informação instantânea, seja por um cidadão que, por meio de seu aplicativo bancário, tem parte de suas poupanças atreladas a um fundo que movimenta ações corporativas, o tesouro nacional ou moedas estrangeiras). A essa tecnosfera corresponde uma respectiva psicofera que se pauta não apenas na racionalidade matemática das operações financeiras, mas na construção imagética baseada na fascinação dos códigos e na ilusão da transparência das operações, às quais é conferido um caráter quase mitológico (Gaudin, 2010), levando, assim, não apenas à absorção das poupanças individuais no montante global de valores transacionados, mas ao convencimento de que permitir se orientar pelos caminhos oferecidos pelos agentes do mercado financeiro é incontornável e, até mesmo, desejável.

Considerações finais

A partir do que foi discutido, buscamos contribuir em dois sentidos. Por um lado, uma valorização do par psicofera-tecnosfera como ferramental de análise geográfica, apontando para o fato de que, se as práticas e discursos econômicos se modificam, por outro, as formas de uso do território as embasam, se reconfigurando a partir delas. Por outro lado, ao utilizar esse ponto de vista conceitual, buscamos contribuir atentando para o fato de que, de um ponto de vista geográfico, não basta a mensuração das dinâmicas de agentes econômicos para interpretar as mudanças do uso do território: é preciso compreender como suas transformações estão associadas a desdobramentos da técnica no espaço, nas relações sociais subjacentes e nas diferentes dimensões subjetivas imbuídas na reformulação das práticas e dos sistemas.

A partir desse entendimento é que deixamos como questões a serem trabalhadas, a necessidade de aprofundar as distintas dimensões trazidas pela difusão dos investimentos financeiros. Algumas das análises que contribuiriam nesse sentido seriam: entender os caminhos e fluxos movimentados pelos discursos que buscam difundir práticas de investimento financeiro; as

desigualdades regionais promovidas e reforçadas pelas práticas do mercado financeiro na atualidade; e os desdobramentos recentes da grande complexificação da informação financeira, que incluem uma imbricação das contabilidades pública e privada, que passam a cobiçar o uso de instrumentos financeiros, por vezes concorrendo entre si, e por vezes se complementando.

Terminamos afirmando que nossa preocupação fundamental é demonstrar que há um processo geográfico associado a esse movimento de imposição, na sociedade como um todo, de dinâmicas que são próprias a agentes financeiros concentrados, que pautam suas decisões econômicas nas projeções de rentabilidade feitas por serviços corporativos como agências de mercado e de classificação de investimentos. Esse processo favorece uma difusão das formas de investimento como modo de enriquecimento pessoal, ao passo que promovem a aceitação das estruturas de mercado na estrutural governamental. Se isso assim ocorre, é preciso tomar consciência do processo, de suas consequências, e do papel exercido na divisão territorial do trabalho, de maneira a melhor compreender os desdobramentos recentes do capitalismo globalizado e refletir sobre os rumos e as disputas acerca do discurso econômico que implica, em última instância, a determinação do uso do território.

Referências bibliográficas

BETEILLE, Roger. La révolution boursière internationale. **L'information géographique**, v. 55, p. 1–10, 1991.

CLAVAL, Paul. La géographie et les phénomènes de domination. **L'Espace géographique**, v. 5, n. 3, p. 145–154, 1976.

DUARTE, Luciano; NABARRO, Wagner. Círculos financeiros e circuito do petróleo: instrumentos financeiros para investimento em atividades e fornecedores da Petrobras. **GEOUSP**, v. 25, 3 dez. 2021.

FUMAGALLI, Andrea; LUCARELLI, Stefano. Valorization and financialization in cognitive biocapitalism. **Investment Management and Financial Innovations**, v. 8, n. 1, p. 88–103, 2011.

GAUDIN, Christophe. **Le mythe de la finance: Essai sur l'extase de la valeur**. Editions L'Harmattan, 2010.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012.

GUTTMANN, Robert. **Finance-led capitalism: shadow banking, re-regulation and the future of global markets**. Basinstoke: Plgrave MacMillan, 2016.

HÄGERSTRAND, Torsten. Innovation diffusion as a spatial process. **Innovation diffusion as a spatial process**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

KAHIL, Samira. Psicofera: a modernidade perversa. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 11, 1997.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 10, n. 2, p. 10–25, 2012.

KALDOR, Nicholas. Speculation and Economic Stability. *In*: GOSS, B. A.; YAMEY, B. S. (org.). **The Economics of Futures Trading**. London: Palgrave Macmillan UK, 1976.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEITE, Elaine da Silveira. **Reconversão de habitus: o advento do ideário de investimento no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

LEVY, Maria Bárbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ibmecc, 1977.

MARKOWITZ, Harry. Portfolio Selection. **The Journal of Finance**, v. 7, n. 1, p. 77–91, 1952.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em "tempo real": o fetiche da velocidade**. Editora Revan, 2002.

MUMFORD, Lewis. **Technics and Civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

NABARRO, Wagner. Pandemia e fluxos financeiros: especulação e concentração dos serviços no mercado de capitais brasileiro. *In*: CONTEL, Fabio B.; ARROYO, M.; ANTAS JR., Ricardo Mendes (org.). **Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Consequência, 2020.

NABARRO, Wagner Wendt. **O espaço do mercado de capitais: tecnosfera e psicofera dos investimentos no território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PASTI, André B. Notícias, psicofera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 30, p. 80–109, 25 jul. 2020.

PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. A nova psicosfera empresarial na globalização: questões sobre as ações sociais empresariais no território brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 34, p. 146–163, 30 ago. 2013.

PEREIRA, Mirlei F. V. Território e psicosfera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal. In: KAHIL, Samira (org.). **O tamanho do Brasil: território de quem?** São Paulo: Max Limonad, 2021. p. 270–285.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.

PLIHON, Dominique. A ascensão das finanças especulativas. **Economia e Sociedade**, v. 5, p. 61–78, 1995.

PORTEOUS, David. The development of financial centres: location, information externalities and path dependence. In: MARTIN, Ron (org.). **Money and the space economy**. New York: John Wiley & Sons, 1999.

PREDA, Alex. The Rise of the Popular Investor: Financial Knowledge and Investing in England and France, 1840–1880. **The Sociological Quarterly**, v. 42, n. 2, p. 205–232, 1 mar. 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 44–55.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton *et al.* (org.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1996].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

SILVA, Adriana Bernardes da. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**, v. 2, p. 11–25, 1979.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. **Journal of Economic Geography**, v. 4, n. 4, p. 351–370, 1 ago. 2004.

VENCESLAU, Igor. **Espaço geográfico e economia digital**: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

WARF, Barney. Telecommunications and the globalization of financial services. **The Professional Geographer**, v. 41, n. 3, 1989.

ZOOK, Matthew. Information flows, global finance, and new digital spaces. CLARK, Gordon *et al* (org.). **The New Oxford Handbook of Economic Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 575–590.

PSICOSFERA, TÉCNICA DIGITAL E O NOVO CONSUMO: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A DIFUSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO³⁰

Igor Venceslau

Introdução

Com a emergência e difusão das técnicas conhecidas sob a alcunha “digital”, bem como das atividades econômicas correlatas, a disseminação de imaginários, discursos e valores vem adquirindo notável ímpeto. Hoje, a produção de novos consensos alcança velocidade e escala inédita na história da humanidade.

A profusão do debate recente em torno do “digital” é notória. Vindas das mais variadas áreas do conhecimento, as contribuições presentes nos diversos e controversos trabalhos deste início de século certamente ajudam a enfrentar e popularizar um tema árduo, por décadas deixado aos próprios engenheiros da computação e ao universo cultural dos *hackers*. Apesar de sermos todos devedores de seus aportes, é evidente a ausência do espaço nas abordagens do “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2017), “capitalismo de multidão” (Sundararajan, 2018), “capitalismo de dados” (West, 2019) ou “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2020). A mesma constatação é válida para as atuais versões de sociedade, como “sociedade do hiperconsumo” (Lipovetsky, 2017) e “sociedade vigiada” (Dowbor, 2020), ou ainda das postulações em torno das novas

³⁰ Adaptação do texto originalmente publicado no Boletim Campineiro de Geografia, v. 13, n. 2, 2023, sob o título de “Psicosfera e técnica digital”. Agradecemos ao periódico pela disponibilização do artigo.

formas do *sapiens*, metáforas que tentam captar o fenômeno técnico contemporâneo, a exemplo de *homo consumericus*, *homo consumans*, *homo communicans* (Lipovetsky, 2017) e *homo deus* (Harari, 2016).

Certamente a tarefa do espaço cabe à Geografia, que não pode se esquivar desse debate. Algoritmo, inteligência artificial, *big data*, computação em nuvem, mineração de dados, aprendizagem de máquina e *blockchain* são termos, para ficar em apenas alguns, que passaram a fazer parte do vocabulário corrente das ciências humanas, apesar de, em princípio, aparentarem não ter absolutamente nada que ver com Geografia. Alguns geógrafos têm tentado se aproximar desses temas com trabalhos interessantes, mas a preocupação com uma teoria do espaço que permita a leitura desse fenômeno segue constante, em todas as latitudes.

É possível encontrar os elementos teóricos para o enfrentamento dessa questão na própria epistemologia da Geografia. Ainda que reconhecendo várias abordagens possíveis, nosso partido de método é aquele que, a partir da proposta de Milton Santos, compreende espaço geográfico e fenômeno técnico conjuntamente. Assim entendido como “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2012[1996], p. 63), o espaço geográfico permite analisar a técnica em sua manifestação complexa, isto é, a materialidade e suas intencionalidades, normas e discursos constitutivos.

A manifestação espacialmente desigual da técnica, com diferentes densidades e oriundas de períodos históricos diferentes, vai dotando, por seu turno, o próprio meio geográfico de qualidades distintas, ainda que coexistentes. Dessa maneira, constituiu-se um meio natural, marcado por técnicas locais, verdadeiras próteses do corpo humano, mais ou menos regidas por tempos e ritmos da primeira natureza. Com a revolução industrial e a mecânica, um processo de mecanização do próprio espaço deu origem a um meio técnico, isto

é, aquele cujos ritmos são ditados pelo artefato e as técnicas existem como próteses do território (Santos, 2012[1996]).

A partir da segunda metade do século XX, com relativa defasagem nos países periféricos a partir das décadas de 1970/1980, a difusão da eletrônica digital e da cibernética como técnicas informacionais possibilitou a emergência de um novo meio geográfico, conceituado por Santos (2012[1996]) de técnico-científico-informacional, aquele cujo nexos é a informação, constitutiva dos objetos e regedora das ações. Podemos considerar que no meio técnico-científico-informacional as técnicas são próteses cognitivas, isto é, extensões da mente humana, além de extensões do corpo e do território como nos meios pretéritos.

O meio técnico-científico-informacional é constituído por uma tecnosfera e uma psicofera. Esfera dos objetos em funcionamento sistêmico, a tecnosfera é “o resultado da crescente artificialização do meio ambiente” (Santos, 2008[1994], p. 30), difundindo-se no território de maneira seletiva e pontual. Ela é, inclusive, expressão da globalização e da leva contemporânea de modernizações sucessivas.

Por sua vez, a psicofera é a esfera da ação, que pode ser melhor traduzida como conjunto de “ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido” que, também constituindo esse meio, vai “fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (Santos, 2012[1996], p. 256). É por meio da psicofera que o meio técnico-científico-informacional está mais presente, uma vez que, ao contrário da tecnosfera, ela é “o domínio do país inteiro” (Santos, 2008[1994], p. 30). Isso porque, mesmo antes da instalação, nos lugares, de uma nova base técnica, as respectivas crenças, discursos e consensos já se estabelecem. A psicofera “apoia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico”, como elucidou Ana Clara Torres Ribeiro (2013, p. 268).

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a psicosfera a partir da emergência e difusão da técnica digital. Para isso, discutiremos inicialmente elementos da técnica digital para, em seguida, apontar alguns conteúdos da psicosfera atual, como os consensos e os discursos em circulação. Por fim, a partir do exemplo do comércio eletrônico, analisaremos como o novo modo de consumo está amparado numa psicosfera e tecnosfera imprescindíveis.

Nesta proposta, o espaço geográfico, como conceituado, é categoria suficiente para enfrentar o problema aqui apresentado. Ainda que não caiba neste texto uma discussão mais ampla, compreendemos que a noção de ciberespaço, que orientou muitos trabalhos dentro e fora da ciência geográfica, não pode explicar a manifestação espacial do fenômeno digital porque, ao assumir o advento de um espaço digital como um *corpus separatum* do espaço geográfico, instaura uma realidade virtual paralela, distanciando-a daquela anterior. Sua utilização nas ciências humanas conheceu um ímpeto após os trabalhos de Pierre Lévy, para quem o ciberespaço é um “grande meio heterogêneo e transfronteiriço” (Lévy, 1999, p. 12) e “cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma” (Lévy, 2011, p. 47). Na abordagem do ciberespaço está implícita uma tese anterior, aquela de que o espaço geográfico perde relevância com o advento das técnicas digitais, sendo que uma versão mais radical chega a apregoar sua desaparecimento³¹.

Da técnica digital

Em *A questão da técnica*, Heidegger já nos havia ensinado que a técnica não é somente um instrumento, nem um mero meio para atingir determinados fins. É talvez “porque a essência da técnica não é nada de técnico [sic]”

³¹ Trabalhos como os de Paul Virilio (2014), que teve sua primeira edição francesa em 1984, estão orientados pelas ideias do fim do espaço como conhecido até então. Desde a ideia do “ser digital” de Negroponte (1995) até a “quarta revolução industrial” de Klaus Schwab (2016), ecos de um espaço tornado irrelevante seguem acompanhando o *mainstream* do pensamento social e econômico. Essa ideia alcançou seu ápice na virada do século XX para o XXI, com versões como as do “fim das fronteiras” (OHMAE, 1999) e do “fim das distâncias” (CAIRNCROSS, 2001).

(Heidegger, 2007[1954], p. 396) que devemos fugir dos tecnologismos e da explicação da técnica pela técnica, se se quer alcançar algum grau de compreensão que ultrapasse a descrição.

Postulando sobre o objeto técnico, Simondon elucidava que possui uma evolução no tempo, da qual também participa ativamente. Nesse sentido, “o objeto técnico é o que não é anterior ao seu devir, mas presente em cada etapa desse devir”³² (Simondon, 1989[1958], p. 20, tradução nossa). Assim pensado, o objeto técnico é tanto irreversível quanto incontornável, num tipo de causalidade circular, um condicionamento do presente pelo futuro – o que ainda não é. Trata-se de uma concepção de técnica compartilhada por Bernard Stiegler, como “horizonte de todas as possibilidades por vir e de todas as possibilidades do porvir”³³ (Stiegler, 2018, p. 17, tradução nossa).

Esses objetos técnicos, não entendidos como coisas separadas, mas como um “sistema de objetos” (Baudrillard, 1968), possuem funcionamento articulado uns com os outros e dependem crescentemente de fontes externas de energia, que também são sistemas criados para esse fim. Esse sistema também inclui sua dimensão simbólica (sociológica, psicológica), no qual os objetos se tornam signos e objetos de consumo.

Esse sistema de objetos é sobretudo um sistema técnico (*systeme technicien*) (ELLUL, 1977), aberto, evolutivo e não repetitivo. O sistema técnico se tornou uma estrutura da sociedade, marcado por características como a sua autonomia, unidade, universalidade e totalização. Ele institui a si mesmo como um sistema global constituído por sub-sistemas técnicos interconectados. E como ele “não opera num vácuo, mas numa sociedade e num meio humano e

³² No original, em francês: “L’objet technique est ce qui n’est pas antérieur à son devenir, mais présent à chaque étape de ce devenir”.

³³ No original, em francês: “La technique appréhendée comme horizon de toute possibilité à venir et de toute possibilité d’avenir”.

‘natural’³⁴ (Ellul, 1977, p. 131, tradução nossa), sua compreensão passa necessariamente por estruturas mais abrangentes que a própria tecnologia.

Voltando a Heidegger, tem-se que a técnica moderna “não é um mero fazer humano” (2007[1954], p. 384). Por isso mesmo Ellul (1990) bem a precisou de “fenômeno técnico”, para denominar essa determinação geral da sociedade moderna, marcada pela busca incessante dos meios mais eficazes em todos os domínios.

Essa é uma discussão de interesse primordial para a Geografia porque, conforme Santos (2012[1996], p. 37), “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico”. Isso se deve ao fato de que, antes de mais nada, “entre fenômeno técnico e espaço geográfico existiria uma relação biunívoca porque ambos se correspondem diretamente”³⁵ (Silveira, M., 2019, p. 12, tradução nossa), um não se explica sem o outro.

Se as técnicas não são iguais, a análise de suas particularidades permite encontrar os conteúdos do meio geográfico e do período histórico atual. Sob a nomenclatura de “digital”, um conjunto de técnicas avançadas tem se desenvolvido de maneira a hegemonizar as demais, isto é, hierarquizando o funcionamento do sistema técnico como um todo e do próprio espaço. Para nós, o relevante não é a análise parcial da técnica digital, já que ela só poderia explicar aqueles lugares cujas ações são por ela regidas, mas o exame de seus elementos como constituintes do meio técnico-científico-informacional.

Ao menos desde Leibniz (1646-1716), a noção de “digital” não é estranha à literatura científica, em referência ao sistema binário para operações de divisão e multiplicação. O desenvolvimento da eletrônica durante o século XIX, num contexto de invenção do telégrafo, da célula fotovoltaica e do semicondutor, deu

³⁴ No original, em francês: “Le système technique ne fonctionne pas dans le vide mais dans une société et dans un milieu humain et ‘naturel’”.

³⁵ No original, em espanhol: “Entre fenómeno técnico y espacio geográfico existiría una relación biunívoca porque ambos se corresponden directamente”.

origem a uma família de técnicas articuladas umas às outras. A eletrônica é a base da tecnologia moderna, tendo depois se fundindo com a mecânica para dar origem à automação. Já no início do século XX, a eletrônica digital passou a utilizar sinais elétricos em dois níveis apenas, emulando a lógica binária e permitindo, com essa simplificação, processar e armazenar quantidades enormes de informação. Essa lógica se baseia em oposições como presença/ausência, verdadeiro/falso, ligado/desligado, que se expressam matematicamente pelos dígitos 0 e 1. A aplicação de circuitos digitais acelerou não somente o processamento e o armazenamento, como também a transmissão de pacotes de informação (Lévy, 1996).

Ao longo do século XX, o aperfeiçoamento e a sucessiva miniaturização dos componentes dos circuitos deram origem à microeletrônica, dedicada à fabricação do circuito integrado – também conhecido como *chip* – em tamanho progressivamente menor e capacidade maior, levando, em poucas décadas, ao desenvolvimento de processadores e memórias artificiais, originando o computador. Hoje, a fabricação desses componentes na escala de microns fez emergir a nanotecnologia, com aplicações as mais diversas, das telecomunicações à medicina (Drexler, 1992).

O advento do computador é paradigmático porque permitiu, não sem espanto geral, que a máquina pudesse realizar tarefas até então restritas aos humanos. A mecânica já tinha oferecido um conjunto de invenções que dispensava o uso da força do corpo humano para o trabalho industrial, mas agora a máquina foi dotada de propriedades da mente, isto é, memorizar, calcular, decodificar informações por meio da linguagem e executar comandos pré-determinados (Lévy, 1996).

Refutando objeções aos motivos pelos quais uma máquina não poderia pensar, Turing (1950) apresenta o computador digital como uma máquina de aprendizagem (*learning machine*) que, em havendo tempo e recursos (memória)

disponíveis para o seu desenvolvimento, poderia imitar outra máquina ou um humano. Para ele, não haveria motivos para desacreditar no desenvolvimento dos computadores, considerando os exemplares já existentes em meados do século XX.

Já em 1948, Norbert Wiener havia cunhado o termo “cibernética” ao referir-se a mecanismos autorregulados. Ao realizar um estudo do controle e da comunicação nos animais, humanos e máquinas, propôs uma relação causal circular, incluindo um *feedback*, e como qualquer ser – biológico, mecânico ou digital – processa e reage à informação, podendo alterá-la (Wiener, 1985[1948]). A cibernética nasce, assim, como uma ciência do controle e do governo de pessoas e máquinas por meio dos fluxos de informação.

Nestas primeiras décadas do século XXI, a partir do avanço extraordinário da própria técnica e suas implicações, novos trabalhos têm buscado resgatar o legado da filosofia da técnica e problematizá-lo à luz das questões atuais. Ao menos três jovens filósofos vêm se destacando por suas contribuições recentes. O francês Éric Sadin, seguindo uma tradição de Marx, Marcuse e Ellul, centrado no problema econômico, propõe conceitos como administração digital, liberalismo digital e vida algorítmica. Enfocando a técnica digital como problema fundamentalmente político, o coreano Byung-Chul Han, com influências de Nietzsche, Foucault e Deleuze, entre outros pensadores, vem propondo os conceitos de dataísmo, infocracia e psicopolítica. Já o chinês Yuk Hui, discípulo direto de Bernard Stiegler e herdeiro da tradição filosófica de Hegel, Heidegger e Simondon, a partir do problema da existência, tem aportado a respeito do que ele denomina de tecnodiversidade, cosmotécnicas e antropotecnológico.

Parafraseando a obra de Simondon (1989[1958]), o trabalho de Hui (2016) é uma contribuição recente e fundamental sobre “a existência dos objetos digitais”. Objetos digitais podem ser inicialmente concebidos como aqueles que “tomam forma em uma tela ou se escondem no *back-end* de um programa de

computador, compostos de dados e metadados regulados por estruturas ou esquemas”³⁶ (Hui, 2016, p. 1, tradução nossa). Elas são uma nova forma de objetos industriais. No entanto, o que mais distingue o objeto digital, para o autor, é sua condição híbrida entre o orgânico (natural) e o mecânico (técnico). Se a tradição do pensamento ocidental esteve fundada – de Kant a Hegel e Husserl – numa oposição entre o objeto orgânico, dotado de atributos como comunicação e autorreprodução, e o objeto mecânico, desprovido dessas características, a cibernética veio postular um novo objeto que se comunica, autorregula e reproduz, a despeito de sua condição não natural.

A técnica digital está marcada por características que vão implicar decisivamente as condições de seu uso e a profusão de valores e discursos correspondentes. O digital surge como uma nova materialidade que, tanto adere aos objetos preexistentes por meio de interfaces (códigos de barra e QR, telas etc.) (Di Felice, 2022) quanto cria objetos inteiramente novos, que são acessados por dispositivos (Hui, 2016). A miniaturização caracteriza o processo contemporâneo de produção de objetos cada vez menores, aí incluídos os *microchips*, *nanochips*, além dos microrrobôs que podem navegar o corpo humano (Sadin, 2018). Também a portabilidade é intrínseca aos objetos que podem ser transportados para todos os lados, utilizando-se para isso baterias de energia com carregamento rápido e conexões móveis (principalmente internet móvel) e redes sem fio (*wi-fi*). Desse modo, funcionam perfeitamente como próteses da mente humana que, acopladas sempre ao corpo, realizam crescentemente a mediação das ações cotidianas, o que está expresso em sentido amplo naquilo que Santaella (2022) chamou de “simbioses do humano e tecnologias”. Para Kaufman (2019, p. 16), “o conceito tradicional de ‘ser humano’ encontra-se alargado pelo acoplamento de tecnologias, impossibilitando identificar os

³⁶ No original, em inglês: “By digital objects, I mean objects that take shape on a screen or hide in the back end of a computer program, composed of data and metadata regulated by structures or schemas”.

limites do que seja humano e não humano; os limites do próprio corpo e da cognição estão expandidos”.

Em primeiro lugar, o próprio espaço geográfico está alargado por meio de uma integração eletrônica que não inclui somente os cabos que conectam as massas continentais pelo fundo dos oceanos, mas também o espaço extra-atmosférico por meio de sistemas orbitais de satélites artificiais que asseguram o funcionamento ininterrupto do Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS), entre outras tecnologias, levando a um conhecimento digital do território (Castillo, 1999), esse uma novidade do período.

Num outro plano, isso também é possível por conta da individualização que garante a cada pessoa o seu próprio portal de interação (computador, telefone) não compartilhado. Daí ser o *smartphone*, como estudado por Bertollo (2019), o objeto que garante hoje o condicionamento do cotidiano nas esferas de produção e consumo. Ele se torna, assim, o objeto digital de devoção, ou mais ainda, “o *objeto de devoção do digital* por excelência” (Han, 2020, p. 24, grifo do autor).

A personalização é uma condição constante da técnica digital. Por meio da produção crescente de aplicativos (*softwares* como serviço) que se moldam a cada usuário, a experiência de uso das técnicas digitais torna-se mais personalizada, de tal maneira que hoje a informação nos chega a cada um de maneira diferenciada. As plataformas vieram maximizar essa condição, capturando massivamente dados individuais para orientar cada micro ação performada – um clique, um *like*, o tempo *online* e até mesmo a direção do olhar (Silveira, 2019).

Um algoritmo, essa sequência finita de instruções ou comandos executados por computador para uma função, é fundamental para o funcionamento da técnica digital (Chabert, 1999). Por um lado, podemos entender um algoritmo como norma *lato sensu*, pois ele estabelece padrões e regula a ação. Por outro lado, também como instrumento que dota os agentes de

uma capacidade inédita de ação remota, pois desde alguns pontos-chave do território, podem incidir sobre a ação dispersa de um conjunto enorme de usuários de seus sistemas. Um algoritmo também é, em certa medida, e sobretudo para os agentes hegemônicos do período, uma tentativa de moldar o futuro a partir do presente, ou seja, influenciar a ação futura dos diferentes agentes por meio do estabelecimento de regras escritas no presente, gerando previsibilidade e controle de suas consequências.

É assim que, concordando com Malecki e Moriset (2008), podemos assumir o paradigma digital como aquele que contempla aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e políticos, sabendo que todas essas dimensões são comportadas pelo fenômeno técnico. A tecnosfera, como uma dimensão do meio técnico-científico-informacional, incorpora o conteúdo da técnica digital, dotando-a de uma manifestação geográfica. A outra dimensão constituinte desse processo é a psicosfera, capaz de atribuir à técnica contemporânea um sentido.

Da psicosfera atual

Há uma relação intrínseca entre a psicosfera atual e a técnica digital. Por um lado, a psicosfera justifica e autoriza a implementação, nos lugares, da técnica digital, antecipando-se à sua chegada. São imaginários, discursos e mensagens que produzem o desejo, e, em seguida, cooperam para moldar os comportamentos. Todos queremos – e devemos! – nos conectar, o tempo inteiro. A conexão e a produção e consumo de objetos digitais torna-se um imperativo.

Por outro lado, a própria implementação da técnica digital nos lugares amplifica e potencializa a psicosfera. Os novos valores e consensos circulam mais rapidamente, ou melhor, instantaneamente, levando hábitos e padrões que se antecipam à própria atuação das empresas com suas marcas. Destarte, a própria técnica digital, ela mesma, já chega por meio de empresas cuja ação remota a apresenta nas telas, que passou a ser também um componente do território.

Quais são alguns dos conteúdos da psicosfera neste primeiro quarto do século XXI?

Psicosfera e comunicação têm uma relação intrínseca. Vivemos atualmente num contexto marcado por um “consenso alcançado em torno do difuso, e ainda pouco esclarecido, poder exercido pelos processos modernos de comunicação” (Ribeiro, 2013, p. 266). Esse processo não se inicia com a chegada da internet, pois já vinha ocorrendo com outros meios como a televisão, mas a técnica digital se instala num território já desigual. Para Ribeiro (2013, p. 267), “os processos atuais de comunicação inscrevem-se na constituição de novas desigualdades sociais e territoriais vinculadas à instalação [...] do meio técnico-científico-informacional”. Essas desigualdades são ainda mais agravadas, no caso brasileiro, pelo que Pasti (2018) identificou como “agendamento das pautas nacionais pelas agências [transnacionais]” (p. 105), carregado de significados alheios aos lugares e, assim, produtores de uma alienação do território.

De acordo com a economia política da comunicação proposta por McChesney (2013), foram quatro as grandes transformações históricas das comunicações: a emergência da linguagem; o advento da escrita; a invenção da imprensa; e, atualmente, o surgimento da internet. Sobre este último e atual período, sua assimilação está fundamentalmente orientada por um discurso de liberdade em várias dimensões – do Estado, das distâncias, do tempo. Foi assim que “o período das décadas de 1960 e 1970 assistiu à implantação de uma ‘forma canônica’ da rede, enquanto sistema sociotécnico que, ainda hoje, continua alimentando um ideal de liberdade, simultaneamente tecnológico e político” (Loveluck, 2018, p. 41). Como esse foi processo foi rapidamente capitaneado pelo papel desempenhado pelos Estados Unidos num tipo de regulação frouxa da rede de comunicação principal, a Internet, e pela conseqüente hegemonia das empresas estadunidenses de tecnologia da informação nesse mercado, “o Vale do Silício acabou dominando completamente nossa maneira de pensar sobre a tecnologia e a subversão” (Morozov, 2018, p. 16).

As técnicas digitais ampliam a produção de imaginários, um dos componentes da psicosfera. Como lembrou Nora (1995, p. 184), “a realidade propõe, o imaginário dispõe”. Quanto mais complexa se torna a nossa realidade, imersa na comunicação digital que nos traz instantaneamente o mundo, maior se torna a produção de imaginários de toda sorte.

Em trabalho recente, Bucci (2021, p. 24) propõe o termo “superindústria do imaginário” para se referir a um processo no qual

todas as imagens acessíveis em todas as telas e as linguagens que trafegam pelos meios de comunicação se tornaram mercadorias e são fabricadas industrialmente, ou, melhor, *superindustrialmente*. Impregnados de valor de troca, esses produtos atravessam a imaginação das pessoas. Por meio disso, o capital avança sobre as subjetividades e sobre as subjetivações.

Nesse período de “imaginário industrializado”, o autor advoga que o olhar trabalha para o capital, que daí consegue, de maneira sofisticada, extrair uma mais-valia, sendo que esse valor produzido mora na ordem do imaginário. Uma das consequências é aquilo que foi denominado por ele como “o lugar que não para no lugar”, tamanha a velocidade das transformações impostas pela psicosfera.

Se, para Bucci (2021), a palavra impressa não tinha meios de ultrapassar as fronteiras geográficas e linguísticas da sociedade, são as imagens que adquirem, atualmente, a primazia na produção de imaginários. É um período em que “a fotografia na sua modalidade digital se afirma como o reino das possibilidades”³⁷ (Hollman, 2020, p. 49, tradução nossa). Ocorre que a imagem digital, diferentemente da analógica, se “move” na tela e está dotada de uma efemeridade e, talvez o mais importante, produz metadados sobre seu uso (quanto tempo observamos, se compartilhamos ou descartamos etc.), de tal modo que esses metadados são matéria-prima para a produção de novas imagens e imaginários. É quando “o que vemos nos olha”, como bem traduziu Beiguelman

³⁷ No original, em espanhol: “En un período en el cual la fotografía en su modalidad digital se afirma como el reino de las posibilidades (...)”.

(2021, p. 51) recentemente. E como já nos havia alertado Raffestin (1993, p. 201-202) de que “o ideal do poder é ver sem ser visto” e ainda “o ideal do poder é agir em tempo real”, a técnica digital congrega essas duas possibilidades simultaneamente, para aqueles agentes que logram impor o uso praticamente monopolista de suas plataformas digitais.

Esse vínculo entre psicofera e linguagem necessita atenção. Há uma profusão recente da linguagem não-verbal, como no caso das imagens, mas também da linguagem verbal, seja a escrita, seja a falada, sendo que em muitos casos elas se superpõem. Para Virno (2003, p. 38, tradução nossa), “a principal novidade do pós-fordismo consiste em ter posto a linguagem para trabalhar”, já que o processo produtivo havia sido silencioso até então. “A comunicação social tornou-se a matéria prima, o instrumento e, muitas vezes, o resultado final da produção contemporânea”⁵⁸, assegura o linguista, de modo que o puro e simples “poder dizer” conta muito mais que o conteúdo do que se diz. Hoje, a bajulação tomou conta da comunicação no ambiente digital, e seu enorme poder de convencimento pode ser verificado na proliferação de vídeos, *podcasts* e influenciadores.

O texto escrito continua possuindo relevância, mas está associado à própria imagem e outras linguagens por meio da hipermídia. Sua circulação está diretamente associada ao conjunto de técnicas digitais, de tal modo que os “fluxos textuais” podem ser “vistos como percursos de produção de sentidos” (Salgado; Antas Jr., 2011, p. 261). Também a ideia de texto está alargada, pois envolve tanto a escrita dos códigos computacionais como a decifração de conteúdos. Como os termos passaram a circular isoladamente do contexto, como signos, a exemplo das *hashtags*, cada palavra individualmente é portadora de sentido. A vinculação direta entre imagem, palavra e sentido ocorre ainda na

⁵⁸ Na tradução em espanhol: “La principal novedad del postfordismo consiste en haber puesto el lenguaje a trabajar. La comunicación social se ha convertido en la materia prima, el instrumento y, a menudo, el resultado final de la producción contemporánea”.

máquina, como Beiguelman (2021, p. 119) nos explica: “como se sabe, os computadores não enxergam. Os conteúdos visuais são mapeados pelas palavras que os descrevem e pelo reconhecimento de alguns padrões, como linhas, densidades e formas.”

A problemática se complica ainda mais quando as emoções são diretamente mobilizadas. Em comunicação digital, a adoção dos *emoticons*, ícones utilizados para expressar estados emocionais do orador, mescla imagem, palavra e sentimentos, muitas vezes substituindo frases inteiras. Hoje os sentimentos estão postos a trabalhar (Virno, 2003), e os estímulos emocionais em circulação também são capturados, armazenados, analisados e processados, retornando na forma de imagens, publicidade e recomendação.

A utilização da técnica digital altera nossa percepção do tempo, o que nos parece fundamental na produção de consensos na psicosfera. Por tempo, refere-se a um meio de orientação social de caráter simbólico, e não a uma categoria universal absoluta (Elias, 1998). A tese de Hartmut Rosa (2019) sobre a aceleração do ritmo médio da vida desde o início da Modernidade é válida para os dias atuais, quando “os anos das revoluções digital e política em e após 1989 sejam marcados por um evidente impulso aceleratório” (Rosa, 2019, p. 256), o que gera um aumento do ritmo de vida e conseqüente escasseamento de recursos temporais. Para o autor, subjetivamente essa escassez reflete-se através de “um sentimento de passagem mais veloz do tempo, mas sobretudo na experiência da carência temporal e do estresse, bem como na sensação de não ‘ter’ tempo” (Rosa, 2019, p. 262). Nessa compulsão aceleratória na qual os sujeitos têm de viver mais rápido, a pressão temporal produz dois elementos fundamentais, que podem ser identificados nos imperativos presentes na psicosfera: o medo de perder oportunidades e a compulsão à adaptação. Num contexto retórico da promessa da aceleração, a adaptação ao digital aparece como uma panaceia para os problemas da escassez de tempo. E ainda que os agentes disponham de recursos temporais livres, “seu meio continua a se modificar em alta velocidade” (Rosa, 2019, p. 269).

No atual capitalismo tardio, “o não tempo 24/7 se insinua incessantemente em todos os aspectos da vida social e pessoal” (Crary, 2016, p. 40).

São valores veiculados pela psicosfera atual, a instantaneidade, a conectividade e a autoexposição. O primeiro corresponde à necessidade criada de comunicação em “tempo real”, que impõe adaptações a todos os agentes, mesmo àqueles do circuito inferior da economia urbana. O segundo diz respeito à nova condição de existência de todos os seres – aí incluídos o conjunto de objetos – de estarem em conexão permanente com os demais, isto é, *online*, acarretando um consumo exaustivo de energia e de dados móveis de internet, como requisito para o trabalho, o consumo, o lazer e as demais atividades cotidianas. O terceiro responde ao imperativo de compartilhamento de informações pessoais de toda ordem, na forma privilegiada de imagens, oferecendo às plataformas e aos demais usuários a sua própria intimidade em troca de atenção (visualizações, curtidas). Este último atinge tanto os indivíduos quanto as empresas.

Dentre os discursos em circulação na psicosfera, assinalamos: o digital, como redentor das desigualdades pretéritas e dimensão de oportunidade idêntica para todos; o fim das “barreiras” de distância e das fronteiras para as operações realizadas pela Internet; o digital como única maneira de alcançar a liberdade; e a maximização de vantagens e otimização das ações como função inexorável da técnica digital. “Adapte-se!” é um dos imperativos atuais, que diuturnamente é repetido para todos. “Conecte-se!” é outro desses imperativos, equivalente ao de existir no mercado e em segmentos hegemônicos da sociedade. Outros como “veja!”, “clique!” e “compartilhe!” compõem hoje o repertório comum.

Está pactuado, na psicosfera, o consenso sobre o “*online* é melhor”, que prepara as mentes para aceitar passivamente as atividades efetuadas nas plataformas como mais modernas e, logo, melhores que as tradicionais. Nesse

conjunto estão incluídas atividades diversas como transporte, educação, alimentação, e até saúde. Discursivamente, duas vantagens estariam sempre presentes, que são o tempo e o custo, levando o usuário a “ganhar” tempo, quando realmente se sente sua escassez, e economizar dinheiro. *Online* seria sinônimo de mais barato e mais rápido. Esse consenso está relacionado com outro, o do paradigma *smart*, que, dos aparelhos (*smartphone*, *smart TV*), alcança as cidades “inteligentes” (*smart cities*) (Morozov; Bria, 2019; Pasti; Cracco, 2022) e hoje produz, por meio da psicosfera, o indivíduo *smart*, aquele que está sempre conectado e pode monitorar o seu próprio desempenho, isto é, monitorar a si mesmo (Han, 2020; Morozov; Bria, 2019). O consumidor *smart* talvez seja sua maior expressão, pois está sempre atento e suscetível às vantagens, descontos e tendências.

Do novo consumo

Erigido sobre uma base técnica digital, um novo modo de consumo tem se desenvolvido rapidamente. Para tanto, tem sido fundamental a ancoragem numa psicosfera favorável à sua difusão. Ele pertence ao contexto daquilo que Ribeiro (2013, p. 20) chamou, certa vez, de “nova ordem tecnicocultural”, que pode chegar a gerar “formas mais sutis de desapropriação cultural e de alienação consumista”. Podemos pensar, então, na produção de uma psicosfera do consumo e suas características.

O comércio eletrônico ou *e-commerce* oferece um bom exemplo do novo consumo. Trata-se da versão atualizada do comércio no meio técnico-científico-informacional, hoje uma maneira de comercializar a distância. Sobre a introdução de novos hábitos de consumo, Ortigoza e Ramos (2003, p. 68) argumentam que “há que se alterar modos de pensar, de agir, de viver e é pela introdução dessas alterações no cotidiano que as novas formas de comércio conseguem se desenvolver: é isto que ocorre com o *e-commerce*”.

Na chamada “quarta revolução industrial” ou “indústria 4.0” (Schwab, 2016), as tecnologias fundem dimensões físicas, biológicas e mentais, de tal maneira que a captura de nossos sentidos e impulsos torna-se matéria-prima para a produção de mercadorias. Isso se dá com a produção sempre mais sofisticada de *softwares* como serviço, os aplicativos, que hoje nos rodeiam em diversas atividades e realizam também a mediação do consumo (Steda, 2021). Aliado a isso, nossos rastros geodigitais no uso desses sistemas permitem um conhecimento acurado do nosso comportamento e localização (Israel, 2020).

A plataforma permite também dar forma aos comportamentos. Para Muniz Sodré (2021, p. 126), a plataforma é “uma *exnominação* da real atividade publicitária que, apoiada na tecnologia digital, eleva o alcance do anúncio comercial a uma escala inédita na história das técnicas de propaganda, sejam políticas ou comerciais”. A constante sedução dos consumidores para realizar avaliações e reputação de produtos, vendedores e desempenho dos trabalhadores gera um ambiente que inclui também a chantagem e a punição, com suposto empoderamento dos consumidores em troca de *vouchers* de desconto e outras pequenas vantagens que produzem ainda mais engajamento.

Constitui-se uma “economia da atenção” (Davenport; Beck, 2001), centrada em garantir o maior tempo possível dos usuários conectados, produzindo e consumindo dados. Realizando de maneira mais sofisticada aquilo que Lipovestky (2017) chamou de “consumo emocional”, temos hoje um verdadeiro comércio e consumo de dados emocionais como estratégia de negócio. Mais ainda, produz-se aquilo que Bruno, Bentes e Faltay (2019) denominam de “economia psíquica dos algoritmos”, ao se referirem ao “investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais” (p. 5). Essa economia psíquica possibilita aos agentes hegemônicos estratégias para

prever e modificar o comportamento humano em tempo real, isto é, enquanto ele acontece.

O êxito que vem alcançando o comércio eletrônico e, em especial, o seu rápido crescimento na pandemia de Covid-19 em países até então com baixa digitalização da economia, como o Brasil, deve-se à produção de uma tecnosfera e psicosfera para o consumo, alicerçada nas técnicas digitais (Venceslau, 2020). Nesse sentido, o sucesso de campanhas como a *Black Friday* ampara-se, por um lado, na realidade objetiva da pobreza de parte da população brasileira, que tem na oferta de crédito e na busca por descontos a sua única possibilidade de consumir; e, por outro lado, na pactuação de um consenso geral de que é preciso buscar exaustivamente pelas vantagens oferecidas por empresas varejistas, e que os preços dos produtos nessa campanha são realmente menores, ainda que isso se verifique para a minoria dos casos. O resultado é um *frenesi* generalizado do consumo.

O novo consumo possui uma estética própria, condizente com os valores vigentes na psicosfera. Ser visto é condição primordial para fazer negócios, e o convencimento joga aí um papel central. Para as pequenas empresas, que não possuem as condições técnicas e o capital necessário para utilizar estratégias de marketing digital e o emprego de sistemas algorítmicos próprios, sua subordinação às grandes empresas se atualiza por meio dos *marketplaces*. Renovam-se os nexos entre os circuitos da economia urbana, sob mediação das plataformas (Montenegro, 2020). No Brasil, as empresas do circuito inferior adaptam as condições oferecidas pelas grandes plataformas, para serem vistas de alguma maneira, como a utilização de *feeds* como vitrines para seus produtos em aplicativos de mídia social (Fossaluzza, 2022).

Assim, estamos diante de transformações aceleradas e difusas, que podem ser compreendidas como um processo de “digitalização do território” (Arroyo, 2021). Tozi (2022) tem utilizado a expressão “uso algorítmico do território” para

qualificar o uso corporativo do território na atualidade, marcado pela mediação dos algoritmos na ação centralizada das grandes empresas globais, e em cada ação individualizada dos trabalhadores e consumidores em suas plataformas territoriais.

Para Éric Sadin, o advento de uma forma de superioridade cognitiva da técnica por meio do acoplamento humano-maquínico, ao que ele denominou “humanidade aumentada”, cria o indivíduo algorítmicamente assistido e instala uma “consciência de silício”. Essa é a condição para uma “administração digital do mundo” (Sadin, 2018) que assinala o período atual.

Na mesma direção, Byung-Chul Han adverte que estaríamos vivendo numa era de “psicopolítica digital”, que transforma a negatividade das ameaças numa positividade dos estímulos, buscando agradar em vez de oprimir. Capaz de intervir de maneira prospectiva nos processos psíquicos, essa forma atual de poder “se ocupa da emoção para influenciar ações sobre esse nível pré-reflexivo” (Han, 2020, p. 68), já que através da emoção as pessoas são profundamente atingidas. Podemos, então, pensar no telecomando e na teleação que alcança de maneira eficaz cada um dos sujeitos.

Considerações finais

O exame dos valores, discursos, imaginários e consensos da psicofera atual reclama o conhecimento do *modus operandi* da técnica digital. Sua relação é biunívoca, sendo que tanto a psicofera justifica a adoção da técnica digital quanto esta contribui para a proliferação e amplificação dos conteúdos circulantes naquela. O consumo é, talvez, o nível onde a manifestação da psicofera tenha sido mais emblemática.

Com urgência, há que disputar os sentidos da técnica digital, para além da difusão do novo modo de consumo e do controle mais eficaz das pessoas e das coisas. A esquecida discussão da soberania pode ser reavivada a partir dessa problemática, bem como a expansão das capacidades cognitivas, a liberação da

criatividade e o combate às desigualdades, temas que sempre perseguiram, ao logo do desenvolvimento tecnológico, as análises sociais no último século.

Superar a ideia ocidental de técnica como progresso linear, relativo à competição e ao avanço, é o convite de Hui (2016) em sua “cosmotécnica”. Encontrar a “tecnodiversidade” (Hui, 2020) como um caminho para as bifurcações do futuro pode ser uma alternativa de inserção ativa e consciente da América Latina e, em particular, do Brasil, no novíssimo mapa do mundo. Definitivamente, “*reinventar las conexiones*” (García Canclini, 2019). No horizonte, novas problemáticas da psicosfera emergem com o avanço da inteligência artificial e desafiam nossa própria capacidade de decifrar o presente e imaginar outros futuros possíveis.

Referências bibliográficas

ARROYO, Mónica. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. *In*: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (org.). **Urbanismo biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021. p. 143-156.

BAUDRILLARD, Jean. **Le système des objets**. Paris: Gallimard, 1968.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu, 2021.

BERTOLLO, Mait. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos**, v. 26, n. 3, p. 1-21, 2019.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CAIRNCROSS, Frances. **The death of distance: how the communications revolution will change our lives**. Boston: Harvard Business School Press, 2001.

CASTILLO, Ricardo. **Sistemas orbitais e uso do território**. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CHABERT, Jean Luc. **A history of algorithms: from the pebble to the microchip**. Berlin: Springer, 1999.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2016.

DAVENPORT, Thomas; BECK, John. **A economia da atenção - compreendendo o novo diferencial do valor dos negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DI FELICE, Massimo. O protagonismo datificado dos não humanos & a cidadania digital. In: SANTAELLA, Lucia (org.). **Simbioses do humano & tecnologias: impasses, dilemas e desafios**. São Paulo: Edusp, 2022, p. 77-88.

DOWBOR, Ladislau (org.). **Sociedade vigiada: como a invasão da privacidade por grandes corporações e Estados autoritários ameaça instalar uma nova distopia**. São Paulo: Autonomia Literária; Outras Palavras, 2020.

DREXLER, Kim Eric. **Nanosystems: molecular machinery, manufacturing, and computation**. Hoboken: Wiley, 1992.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ELLUL, Jacques. **Le système technicien**. Paris: Calmann-Lévy, 1977.

ELLUL, Jacques. **La technique: ou l'enjeu du siècle**. 2. ed. Paris: Économica, 1990.

FOSSALUZA, Maria Fernanda. O feed como vitrine: uma análise preliminar do comércio eletrônico nas mídias sociais da empresa Meta Platforms. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 207-223, 2022.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara: Calas, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

HARARI, Yuval. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007[1954].

HOLLMAN, Verónica. Entre impossibilidades y deseos: la fotografía, un dispositivo para aprehender e imaginar lo espacial. **Punto Sur**, n. 2, p. 48-63, 2020.

HUI, Yuk. **On the existence of digital objects**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2016a.

HUI, Yuk. **The question concerning technology in China**: an essay in cosmotechnics. UK: Urbanomic, 2016b.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.

ISRAEL, Carolina. Os rastros geodigitais enquanto processo de totalização da espacialidade algorítmica: sobre as verticalidades da Internet e do ciberespaço no período pandêmico. *In*: ARROYO, Mónica; ANTAS JR., Ricardo Mendes; CONTEL, Fabio (org.). **Usos do território e pandemia**: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico-informacional. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, p. 63-93.

KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

LÉVY, Pierre. A invenção do computador. *In*: SERRES, Michel (org.). **Elementos para uma história das ciências**. V. 3. Lisboa: Terramar, 1996, p. 157-183.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2017.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdades e controle**: uma genealogia política da internet. Petrópolis: Vozes, 2018.

MALECKI, Edward; MORISET, Bruno. **The digital economy**: business organization, production process, and regional developments. London; New York: Routledge, 2008.

McCHESNEY, Robert. **Digital disconnect**: how capitalism is turning the internet against democracy. New York; London: The New Press, 2013.

MONTENEGRO, Marina. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e economia**, v. 1, p. 1-17, 2020.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente** - tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu, 2019.

NEGROPONTE, Nicholas. **Being digital**. London: Hodder and Stoughton, 1995.

NORA, Pierre. O retorno do fato. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

OHMAE, Kenichi. **The borderless world**: power and strategy in the interlinked economy. New York: Harper Business, 1999.

ORTIGOZA, Silvia; RAMOS, Cristhiane. A geografia do comércio eletrônico (*e-commerce*) no Brasil: o exemplo do varejo. **Geografia (Rio Claro)**, vol. 28, n. 1, p. 63-81, 2003.

PASTI, André. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 30, n. 1, p. 80-109, 2018.

PASTI, André; CRACCO, Luís. Tecnopolíticas urbanas, informação e competitividade territorial: notas sobre um ranking de smart cities. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 107-123, 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Vol. 3**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SADIN, Éric. **La humanidad aumentada: la administración digital del mundo**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SALGADO, Luciana; ANTAS JR., Ricardo Mendes. A criação num “mundo sem fronteiras”: paratopia no período técnico-científico informacional. **Acta Scientarium**. Language and Culture, v. 33, n. 2, p. 259-270, 2011.

SANTAELLA, Lucia (org.). **Simbioses do humano & tecnologias: impasses, dilemas, desafios**. São Paulo: Edusp, 2022, p. 9-14.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008[1994].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012[1996].

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SILVEIRA, María Laura. Espacio geográfico y fenómeno técnico: cuestiones de método. **Punto Sur**, vol. 1, p. 6-20, 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org.). **A sociedade do controle**. Manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2019, p. 31-46.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d’existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1989[1958].

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças**. Petrópolis: Vozes, 2021.

- SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- STEDA, Melissa. **Território e informação**: produção e consumo de aplicativos na era da computação em nuvem. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- STIEGLER, Bernard. **La technique et le temps** (3 vol.). 2. ed. Paris: Fayard, 2018.
- SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada**: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão. São Paulo: Editora Senac, 2018.
- TOZI, Fabio. Digitalização do espaço e uso algorítmico do território. *In*: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022, p. 265-276.
- TURING, Alan. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, p. 433-460, 1950.
- VENCESLAU, Igor. O comércio eletrônico e a pandemia da Covid-19 no território brasileiro: tecnosfera e psicosfera na expansão do consumo. *In*: ARROYO, Mónica; ANTAS JR., Ricardo Mendes; CONTEL, Fabio (org.). **Usos do território e pandemia**: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico-informacional. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, p. 123-149.
- VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**: e as perspectivas do tempo real. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- VIRNO, Paolo. **Virtuosismo y revolución**, la acción política en la época del desencanto. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.
- WEST, Sarah Myers. Data capitalism: redefining the logics of surveillance and privacy. **Business & Society**, vol. 58, n. 1, p. 20-41, 2019.
- WIENER, Norbert. **Cybernetics**: or control and communication in the animal and the machine. 2. ed. Cambridge, MA: The MIT Press, 1985[1948].
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO E SEUS DISPOSITIVOS COMO DIFUSORES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL E DO DISCURSO DA COMPETITIVIDADE

Luciano Duarte

Introdução

Procuramos, com este texto, realizar um pequeno ensaio e uma reflexão de ordem teórica, que procurem provocar o alargamento da definição e operacionalização do conceito de círculos de cooperação no espaço³⁹, de modo a incorporar outras dimensões do espaço geográfico na análise das dinâmicas econômicas, com especial atenção aos estudos que lançam mão do conceito de circuitos espaciais produtivos (Barrios, 2015; Rofman, 2016; Santos, 1986). Com isso, não se tem o intuito de suprimir ou rebaixar os entendimentos que outros trabalhos já amplamente reconhecidos e consolidados apresentam sobre o conceito de círculos de cooperação no espaço (Castillo; Frederico, 2010; Moraes, 2017); pelo contrário, busca-se, a partir destas definições, desdobrá-las e alargá-las, dando ainda maior “globalidade” ao conceito, revelando não só sua maior extensão, mas também transversalidade em diversas outras dimensões sociais, espaciais e políticas. Desse modo, instâncias ligadas à esfera das ideias, dos afetos, dos imaginários e dos discursos, portanto, da psicosfera (Santos, 2013), possam ser consideradas e realmente incorporadas nessas análises, revelando

³⁹ O presente texto busca avançar em algumas reflexões que já foram iniciadas, ainda que timidamente, no contexto de minha tese de doutoramento (Duarte, 2019) e em outra publicação posterior (Duarte, 2021). Por esse motivo, alguns trechos e elementos empíricos derivados desses trabalhos podem ser mobilizados durante o texto, sobretudo em notas de rodapé, a fim de revelar análises realizadas durante pesquisas acadêmicas ou que já foram tratadas em outras publicações.

não só como elas são produto e efeito das estruturas e formas produtivas atuais, mas igualmente como elas são progressivamente condição e causa de suas transformações e de sua real efetivação nos lugares.

Sinteticamente, propomos que as definições e formas de operacionalização em pesquisas do conceito de círculos de cooperação no espaço não se restrinjam e não se limitem à dimensão técnica do espaço geográfico, ou seja, à transformação e refuncionalização dos objetos e sistemas técnicos e a difusão da tecnosfera que marca o novo meio geográfico. Pelo contrário, que esse conceito possa abarcar, atravessar e, talvez, até mesmo se vincular mais propriamente às dimensões imateriais, simbólicas, afetivas e discursivas do espaço geográfico, ou seja, à psicosfera. Ao passo que a dimensão material, tangível e técnica, em outras palavras, a tecnosfera, seja mais propriamente compreendida e analisada pelo conceito de circuito espacial produtivo. Em outras palavras, os círculos de cooperação no espaço estariam, para a psicosfera, tal qual o circuito espacial produtivo estaria para a tecnosfera.

Para além dessa discussão teórica mais propriamente do método geográfico, especialmente do arcabouço conceitual proposto por Milton Santos, este texto também busca mobilizar dois elementos constitutivos da política e da ideologia que legitima o pensamento único da globalização e o novo espírito do capitalismo: a racionalidade neoliberal e o discurso da competitividade (Kahil, 2010; Santos, 2012b). Esses elementos se mostram fundamentais não só para explicar as dinâmicas sociais e espaciais do atual período da história, mas igualmente para sustentar nosso argumento de que progressivamente a economia política do território exige uma psicosfera científica e estrategicamente constituída, de modo a produzir mentes, corpos e lugares aptos a integrarem circuitos da produção e do consumo (Dardot; Laval, 2016). Ou, ainda, de que a economia política não se resume ao transporte e deslocamento de bens, mercadorias, dinheiro e capitais, mas é igualmente constituída de verdadeiros circuitos em que circulam afetos, desejos e emoções que são

essenciais para o funcionamento de uma engenharia motivacional que transforma a cooperação, a comunicação e o reconhecimento em dispositivos da otimização da produtividade (Safatle, 2016).

A partir desses pressupostos, buscamos sustentar que um possível caminho metodológico para se realizar essa análise se dá pelo emprego dos conceitos de circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação no espaço. Para tanto, primeiramente apresentaremos algumas variáveis e características da produção capitalista e de seus circuitos no período atual da história. Em seguida, apontaremos as principais definições do conceito de círculo de cooperação no espaço e proporemos possíveis caminhos para o alargamento de seu entendimento, com o intuito de agregar a ideia de psicofera. Na terceira parte, buscaremos identificar alguns dispositivos e agentes produtores de discursos e que integram os círculos de cooperação no espaço. E, por fim, intentaremos revelar as características de um dos discursos mais significativos da psicofera da globalização e da racionalidade neoliberal, e que é intensamente difundido pelos círculos de cooperação no espaço: o da competitividade.

A emergência de variáveis imateriais e sensíveis nos circuitos produtivos

Antes de dar maior enfoque ao conceito de círculos de cooperação no espaço, é fundamental apresentar alguns elementos básicos do entendimento de seu par conceitual: o de circuito espacial produtivo, por vezes, circuito espacial da produção. As primeiras formulações desse conceito aparecem em trabalhos de pesquisadores latino-americanos, em especial Sonia Barrios (2015 [1980]) e Alejandro Rofman (2016 [1980]). Todavia, ele ganha delineamentos e entrecruzamentos teóricos mais amplos a partir de sua incorporação ao sistema conceitual proposto por Milton Santos para a análise da natureza e metamorfoses do espaço geográfico (2009a, 2012a), sobretudo quando fluxos de toda ordem se intensificam e se complexificam, e em que as particularidades dos

lugares e das regiões são colocadas em face de uma universalidade empírica, alcançada pelo atual estágio da globalização.

Apesar do enfoque dessa abordagem conceitual estar nas dinâmicas econômicas, ao revelar a “espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (Moraes, 2017, p. 27), a partir de um determinado ramo da produção que possui um produto específico como elemento central (Santos, 1986), é preciso sempre ter em mente que ela tem como objetivo revelar as adaptações dos lugares, regiões e territórios frente à dinâmica produtiva, e uma de suas potências explicativas está em explicitar o papel ativo do espaço geográfico em relação as lógicas econômicas (Castillo; Frederico, 2011). Esses pressupostos de método, a partir dos quais se orienta o conceito de circuito espacial produtivo, ajudam a evitar, antes de tudo, uma interpretação vulgar do espaço geográfico, que o resume às dimensões de localização e extensão geométrica, vazio de conteúdo e de processos (Silveira, 2006). Uma forma de interpretação muito difundida e ratificada pelas puras “cartografizações” das etapas da produção que compõem o circuito.

Superar tal estreiteza de interpretação do espaço geográfico passa, portanto, por reconhecer a dialética entre os “locais” de ação dos circuitos produtivos e de seus agentes hegemônicos; e o “lugar vivido”, o território usado e praticado por inúmeros outros agentes, indivíduos, grupos e empresas (Ribeiro, 2003a, 2003b). Evita-se, assim, reproduzir as análises puramente locacionais, tradicionais nos estudos de Economia Espacial e de Geografia Econômica, em que o espaço é visto unicamente como um fator da produção. Toma-se, portanto, como ponto de partida, a proposição teórica que considera o espaço geográfico uma instância social, uma inércia dinâmica (Santos, 2008).

A partir desse entendimento podemos estabelecer, do ponto de vista da lógica produtiva, uma tendência a reconhecer as determinações e constrangimentos dos objetos e recursos dispostos no “local” de atuação dos

agentes hegemônicos ligados ao circuito, onde, sob essa lógica, haveria uma maior preocupação com a dimensão material e técnica, portanto, da tecnosfera. Do ponto de vista do espaço habitado e praticado, todavia, é incontornável levar em conta outros sistemas de ações e de intencionalidades dos lugares, e que esses não se resumem ou são só reflexos das determinações tangíveis, pois elas são também atravessadas por um amplo conjunto de elementos imateriais, afetivos e discursivos, ou seja, da psicosfera. Ainda que a atual racionalidade que orienta as ações dos agentes hegemônicos vise progressivamente operar sobre essas duas dimensões do espaço, é fundamental reconhecer que ambas ora resistem, ora se adaptam, ora são rejeitadas, ora são chamadas a fazer parte das dinâmicas dos processos produtivos.

Ainda sobre o entendimento mais amplo da “espacialidade” da produção, é preciso frisar, novamente, a partir de Sonia Barrios (2015 [1980]) e Alejandro Rofman (2016 [1980]), que não é possível analisar uma determinada fração do espaço (ou subespaço) qualquer (lugar, região e território) unicamente a partir de si mesma, sem levar em consideração a totalidade maior de que ela faz parte, ou seja, o espaço geográfico. O mesmo ocorre com cada uma das etapas que compõem o processo produtivo e com as parcelas constitutivas da divisão territorial do trabalho (Santos; Silveira, 2001), o que é acentuado pela especialização produtiva dos lugares, pelas novas formas de organização interempresarial, e em razão do desenvolvimento significativo das redes de transporte e comunicação (Benko, 1999).

A coordenação e o controle dos lugares, etapas produtivas, empresas e sujeitos são reforçados com a emergência da globalização, quando, em um primeiro momento, novas formas de organização das empresas passaram a ser marcadas pela forte integração vertical do trabalho, baseada em um sistema orgânico de administração que possibilitou a racionalização da produção e maior incorporação dos progressos científicos (Hymer, 1978). Em um segundo momento, a partir do processo de desverticalização pelo qual passaram as

grandes empresas multinacionais, novas formas de coordenação se tornam ainda mais exigentes, agora capazes de controlar uma extensa, múltipla e heterogênea rede de empresas, lugares e sujeitos que são integrados aos processos produtivos (Dicken, 2003).

Esses aspectos justificam a centralidade que ganha o elemento “circulação” na análise espacial do atual período e na abordagem dos circuitos espaciais produtivos, como apontam Ricardo Castillo e Samuel Frederico (2011). Neste momento, os fluxos e a fluidez territorial dos lugares passam a ser essenciais para a maior coesão da totalidade do circuito, de forma a intensificarem as forças centrípetas que unem as atividades produtivas e os agentes separados no espaço (Mcnee, 1961). Contraditoriamente, essa mesma especialização produtiva, agora intensificada pelos discursos da competitividade e dos fluxos extravertidos e alienadores de bens, capitais e mercadorias (assim como de informações, afetos e imaginários), fazem com que ocorra a redução das forças de coesão no interior de determinados compartimentos do espaço (Gottmann, 1952). Desse modo, parcelas do espaço podem se tornar mais submissas às ordens e lógicas externas, mais alienadas em relação à totalidade do processo (Santos, 2004), assim como mais submetidas à racionalidade neoliberal, aos discursos da competitividade e de guerra dos lugares, e à tendencial fragmentação social e territorial.

Reconhecer essas características que a produção capitalista ganha no presente período da História, além de outras que ainda serão apontadas neste texto, mostra-se fundamental, pois, como atentou Karl Marx (2015 [1857]), apesar da produção em geral possuir características comuns a todas as épocas, esta se revela somente como uma abstração. Para que a produção (ou o modo de produção) ganhe real concretude, é fundamental identificar as condições históricas sobre as quais ela se dinamiza e que a condicionam, o que envolve reconhecer seus elementos materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, racionais e sensíveis; de modo a delimitar o horizonte de preocupações e os

instrumentos conceituais necessários para se compreender a divisão territorial do trabalho no período histórico atual (Moraes, 2017).

Este período da história, aqui nomeado de globalização, quando o meio técnico-científico e informacional se torna a expressão geográfica hegemônica sob as demais de períodos pretéritos, Milton Santos (2012b) reconhece alguns fatores que contribuem para explicar essas condições históricas sobre as quais a produção e a economia, assim como todas as demais instâncias sociais, se realizam. Dentre eles estão: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e o motor único, expresso na mais-valia globalizada. Tais fatores, todavia, só se tornam possíveis em razão das variáveis ascendentes do período, principalmente a informação e as finanças.

Ao reconhecer a ascensão dessas variáveis-chave torna-se possível analisar as principais formas que os agentes, lugares e etapas da produção “espacialmente” separados (ao menos em sua dimensão geométrica) se integram, são coordenados e passam a cooperar. Como afirma Michael Storper (2005), a história da geografia econômica é, de muitas maneiras, a história das formas de coordenação econômica no espaço. A cooperação econômica e produtiva agora é realizada sobretudo via fluxos imateriais, mediante mensagens, ordens, capitais e informações (adicionaríamos agora discursos, imaginários, crenças e afetos), formando verdadeiros círculos de cooperação no espaço (Santos; Silveira, 2001). No entanto, como lembra Claude Raffestin (1993), em toda transferência (e interligação) operam a circulação e a comunicação, duas faces do mesmo processo, mas que podem ser analiticamente diferenciadas pelo fluxo de seres e bens, e de informações, respectivamente.

Os círculos de cooperação no espaço como difusores da psicosfera

Assim como os circuitos espaciais produtivos, os círculos de cooperação no espaço possuem, como um dos principais focos de análise, os movimentos e fluxos criados pelo e para os processos produtivos. No entanto, enquanto o

primeiro se centra mais na circulação dos produtos centrais do ramo, o segundo na comunicação dos agentes e lugares.

Ao mesmo tempo, é importante notar, a partir das ideias de Jean Gottmann (1952), que os movimentos de circulação (dos circuitos produtivos) tendem à dispersão dos bens, objetos e mercadorias, enquanto os de comunicação (dos círculos de cooperação) à agregação dos lugares e dos agentes. Ou como aponta Maria Laura Silveira (2010, p. 78), que a moderna divisão territorial do trabalho “impõe certo centrifugismo e, a essa tendência, acrescenta-se a necessidade de uma cooperação [...] que demanda informação especializada nas diversas regiões”. Portanto, continua a geógrafa, “o centrifugismo da produção é paralelo ao centripetismo exercido por algumas grandes metrópoles, nas quais se realizam as principais tarefas de concepção técnica, informacional, mercadológica e a transformação dos instrumentos financeiros em outros”. Acrescentaríamos às funções das grandes metrópoles e da comunicação: a produção de discursos e imaginários hegemônicos, a gestão de afetos e emoções para atender a racionalidade neoliberal, e a modulação de crenças e desejos para serem mais afeitos ao pensamento único da globalização.

Não se trata de fazer uma separação entre circuitos produtivos e círculos de cooperação, muito pelo contrário, busca-se reforçar sua dialética, cada vez mais indissociável e igualmente tensa. Se as dinâmicas e sentidos dos circuitos espaciais produtivos são cada vez mais alterados de forma profunda e acelerada, isso não ocorre exclusivamente pelas mudanças nos regimes de acesso, capacidade de mobilização e uso dos recursos e instrumentos “materiais” da produção, ainda que estes sejam “naturais”, “*commodities*” e “não-renováveis”; mas sobretudo dos recursos “específicos⁴⁰” (Benko; Pecqueur, 2001) e

⁴⁰ Segundo Benko e Pecqueur (2001, p. 46), esses recursos são fundamentais nas novas dinâmicas de concorrência espacial e possuem como especificidades: aparecerem no momento das combinações das estratégias de atores para resolver um problema inédito; não são comensuráveis e transferíveis; e se originam fora do mercado e resultam de uma longa história.

“relacionais⁴¹” (Veltz, 2012), ou ainda, dos instrumentos de produção, gestão e mobilização de “imaginários⁴²” (Ribeiro, 2013), de “afetos⁴³” (Safatle, 2016) e até mesmo das “formas de sofrimento⁴⁴” (Dunker, 2015) e de “dados psíquicos e emocionais⁴⁵” (Bruno; Bentes; Faltay, 2019). Todos estes “recursos” e “instrumentos” são fundamentais para a constituição e dinamização dos círculos de cooperação no espaço e são importantes fatores de “competitividade” dos lugares e sujeitos.

Independentemente da natureza desses recursos e instrumentos, tangíveis ou intangíveis, energéticos ou informacionais, eles são invariavelmente territoriais, sempre se revelam como condição e efeito da produção, e assim se manifestam, pois são fruto do trabalho material e imaterial, do trabalho vivo,

⁴¹ Recursos diretamente ligados “à capacidade de *cooperação* entre todas as partes do sistema de produção, desde a montante até o cliente, passando pelos serviços funcionais, os fornecedores, etc. *A eficácia é relacional* [...] E isso não se aplica somente às ligações internas da firma, mas às ligações externas que a articula ao seu ambiente” (Veltz, 2012, p. 94 [grifos do autor]).

⁴² “Fenômeno coletivo, pleno de emoção e razão [...] se constituiria como matéria-prima de variadas práticas institucionais e discursos que elaboram a ideação da vida urbana [...] tais discursos e práticas são, em geral, altamente dissonantes e contraditórios. Trata-se de um conjunto de iniciativas e estratégias desenvolvidas, de forma privilegiada, nas esferas da política e, também, em processos voltados para a administração da cultura. Estes últimos processos significariam [...] a existência de vínculos, cada vez mais ativos, entre cultura e economia, como demonstram o marketing e a promoção cultural de lugares” (Ribeiro, 2013, p. 70).

⁴³ A “‘humanização’ da empresa capitalista, responsável pela criação de uma zona intermediária entre técnicas de gestão e regimes de intervenção terapêutica [...] permitiu uma mobilização afetiva no interior do mundo do trabalho [...] As relações de trabalho foram ‘psicologizadas’ para serem mais bem geridas [...] sem esse movimento prévio, não teria sido possível ao neoliberalismo reconstruir seus processos de socialização, em todas as esferas sociais de valores, através da internalização de um ideal empresarial de si [...] Há uma produção neoliberal da adesão social através da circulação do medo que não deve ser menosprezada [...] é do manejo conjunto do medo e da esperança, do temor e do desejo, que estruturas de poder se fundamentam” (Safatle, 2016, p. 200-201).

⁴⁴ “A globalização do capital gerou também uma globalização das maneiras de sofrer [...] A redução das modalidades de sofrimento a uma gramática normativa e a uniformização dos sintomas à sua forma ocidental contemporânea são processos ideológicos relevantes, tanto porque funcionam como neutralização do potencial crítico que os sintomas psicológicos trazem para a compreensão de determinado estado social quanto pelo papel que os sintomas sempre tiveram, de produzir novas modalidades de laços sociais” (Dunker, 2015, p. 23 e 35).

⁴⁵ “Os dados pessoais digitais e suas informações psíquicas e emocionais são simultaneamente: a principal ‘moeda’ do modelo de negócios que prevalece nas plataformas digitais; a fonte privilegiada de conhecimento de uma nova ciência de dados; um meio de controle do comportamento, orientado para diferentes fins, do consumo ao voto” (Bruno; Bentes; Faltay, 2019, p. 5).

socialmente constituído, e do trabalho morto, historicamente acumulado (Marx, 2015 [1987]). Desse modo, é importante lembrar que as possibilidades de realização do trabalho e da produção são diferencialmente distribuídas, de acordo com os lugares, segundo as sucessivas divisões do trabalho, que vão desigualmente distribuindo os recursos necessários para a produção (Santos, 2009). Trata-se de recursos e instrumentos que, portanto, não podem ser entendidos como absolutos, pois assim seriam puras abstrações, o que torna fundamental posicioná-los no interior das totalidades histórica e territorial que os comportam e frente aos múltiplos usos presentes que lhes dão significado e valor.

Além de uma distribuição desigual no espaço, tais recursos e instrumentos também não são usados de forma única e igualitária por todos os circuitos espaciais produtivos, muito menos por todos os agentes que compõem cada um destes. Os usos variam de acordo com a capacidade de cada qual em acessar os conteúdos técnicos (mas também simbólicos, discursivos e afetivos) presentes nos lugares; de ressignificar e incorporar ao processo produtivo os objetos e ações (assim como imaginários, crenças e desejos) de períodos históricos pretéritos (rugosidades) de determinadas frações do espaço (Santos, 2013). Variam, igualmente, de acordo com a capacidade deles de transformar em fluxos tais elementos e seus produtos, assim como de drenar de modo eficaz e veloz a mais-valia produzida nos diversos lugares, fazendo-as convergir para os principais pontos de acumulação do capital, geralmente as grandes metrópoles (Souza, 2002).

Nesse sentido, a partir do entendimento dado por Antonio Carlos Robert Moraes (2017), podemos compreender que os círculos de cooperação no espaço se conformam e operam, ao menos, em dois planos. No mundial, eles se conformam com o intuito de integrar diferentes lugares numa mesma circularidade; desenhar hierarquias, especializações e fluxos; delinear a divisão territorial do trabalho e no seu interior movimentar os processos de transferência

geográfica de valor. No plano local, eles indicam a capacidade dos lugares de internalizar as dinâmicas de acumulação dos circuitos, em muito expressa no volume e magnitude do capital fixado, que, ao seu turno, atua na atração de novos investimentos.

No plano local, especialmente nos espaços onde operam de forma mais intensa os círculos de cooperação do espaço, pode-se observar o fenômeno dos “impulsos globais”, como denominado por Ana Clara Torres Ribeiro e Cátia Antônia da Silva (2013, p. 157), os quais “instauram um espectro de consequências duradouras, estruturantes e transformadoras de segmentos dos espaços urbanos [dos lugares e das regiões], que alteram as condições objetivas e subjetivas da nova ação”. Ao focarem nas ações sociais e nas formas de sociabilidade dos agentes situados, as autoras mostram como os impulsos globais “são precedidos pela difusão de crenças e seguidos de investimentos que multiplicam seus efeitos”, ou seja, por elementos constitutivos da psicofera. Por essa razão, em outro texto, Ana Clara Torres Ribeiro, em coautoria com Rosélia Piquet (2013, p. 268), afirma que a psicofera, enquanto meio de adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais e de estímulo à individualidade e à sociedade de massas, apoia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico no território, ao menos a difusão de elementos que compõem sua dimensão técnica, ou seja, a tecnosfera.

Outra característica dos círculos de cooperação no espaço vem do fato deles imputarem ao processo produtivo não só um inter-relacionamento entre as empresas que participam do ramo econômico, mas igualmente destas com outras tantas que, mesmo não atuando diretamente na atividade dominante, participam ofertando serviços, equipamentos e capitais necessários ao seu desenvolvimento (Castillo; Frederico, 2011). Além disso, são os círculos de cooperação no espaço que estabelecem relações entre os agentes econômicos vinculados ao ramo produtivo, os poderes públicos e as instituições e organizações (*ibid.*). Por esse ângulo, pode-se dizer que os círculos de cooperação no espaço possuem o papel

de fazer com que uma miríade de agentes, que não necessariamente mantêm relações entre si no processo produtivo, aja de forma coordenada, de modo a comumente estimular e favorecer a ampliação das redes e do alcance dos circuitos espaciais produtivos (Antas Jr., 2013).

Nesse mesmo sentido, J. Rogers Hollingworth (1998) afirma que um dos grandes desafios analíticos do período em que emerge a globalização é a compreensão da natureza das ligações criadas pelos mecanismos de coordenação econômica e cooperação produtiva, que viabilizam simultaneamente a interligação de diversos espaços e níveis escalares, e criam uma coalescência de múltiplos agentes e instituições que se integram em um mesmo sistema social de produção. No entanto, é preciso reconhecer outros agentes e formas de cooperação que vão além das empresas e seus vínculos materiais. Por isso, argumentamos que os círculos de cooperação no espaço também acabam por mobilizar uma ampla rede de agentes e dispositivos que realizam uma difusão de imaginários, discursos, crenças, desejos e afetos que sejam atinentes aos circuitos espaciais produtivos. De modo estratégico e sistemático, os círculos de cooperação hegemônicos fazem imperar a psicofera do pensamento único da globalização e da racionalidade neoliberal nos lugares onde circuitos espaciais produtivos mundializados buscam se fazer presentes e operar de forma mais eficaz para a geração e extração da mais-valia.

Dispositivos e agentes produtores de discursos nos círculos de cooperação

Para realizar a difusão da psicofera em lugares e entre sujeito ainda pouco (ou não suficientemente) atinentes aos ditames da produção globalizada, os círculos de cooperação podem se valer de um grande conjunto de “dispositivos” que, em outro momento, de forma ensaística, chamaremos de “dispositivos de cooperação” (Duarte, 2021). Aqui empregamos o sentido dado ao termo por Michel Foucault (1994, p. 299–300), para quem o dispositivo pode ser compreendido como um conjunto elementos que incluem discursos, instituições,

planejamentos arquitetônicos, decisões normativas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais. As ligações entre tais elementos podem aparecer como o programa de uma instituição ou como elemento que permite justificar e esconder uma prática que dá acesso a um novo campo de racionalidade. O dispositivo tem por função maior responder a uma urgência, ou seja, uma função na estratégia dominante. Nesse processo de estabelecimento de um objetivo estratégico, num primeiro momento, o dispositivo tem o papel de sobredeterminação funcional e, posteriormente, o de perpetuar a substituição da estratégia.

No entendimento de Gilles Deleuze (1990), um dos principais desdobramentos dos dispositivos em Foucault está na dimensão da subjetividade, quando as linhas que o constituem se curvam, se fundem e se fazem subterrâneas, quando há a produção da subjetividade, um processo de individuação que se refere a grupos ou pessoas. Em Giorgio Agambem (2005, p. 13) encontramos outras derivações para o conceito foucaultiano, para quem o dispositivo seria “qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” ou das substâncias. Agambem (2005) ainda afirma que o momento atual do capitalismo pode ser entendido como uma ilimitada proliferação de dispositivos, que é igualmente acompanhada por uma proliferação de processos de subjetivação, ao ponto que seja difícil reconhecer um único momento da vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por um dispositivo.

A partir dessas definições de ordem mais teórica e abstrata podemos, por exemplo, reconhecer a existência de dispositivos na forma de instrumentos e ferramentas de gestão de empresas, de “recursos humanos”, de “fornecedores⁴⁶”,

⁴⁶ Um exemplo presente em nossa pesquisa (Duarte, 2019) são as plataformas digitais de fornecedores, como o Petronect (Cadastro de Fornecedores de Bens e Serviços da Petrobras) e o CadFor (Cadastro de Fornecedores, da Organização Nacional da Indústria do Petróleo, a ONIP), em que uma enormidade de empresas de todos os portes, até mesmo micro e individuais, são

de “financiamento⁴⁷” e etc. Esses aparatos sociotécnicos, para além de lidar com informações recolhidas, transformadas, formatadas e difundidas, são empregados precisamente com o objetivo de coordenar as interações humanas, prescrevendo formas de ação, construindo uma unidade de ação no trabalho coletivo, produzindo assim sistemas econômicos e produtivos (Chiapello; Gilbert, 2013, p. 29–30).

Segundo o entendimento dado por Michel Callon (2017, p. 397 [tradução livre]), esses dispositivos se assemelham a uma “máquina destinada a fabricar objetos homogêneos a partir de ingredientes heterogêneos⁴⁸” e contribuem para a construção de um verdadeiro mercado (Muniesa; Millo; Callon, 2007). Somente por meio desses dispositivos, como afirmam Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 324), é que se torna possível fazer “mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo”, desse modo, “a nova normatividade das sociedades capitalistas impôs-se por uma normatização subjetiva de um tipo particular”. E isso não é exclusivo para os indivíduos e sujeitos, mas também opera no espaço. Podemos tomar como exemplo, com base em Michel Lussault (2007, p. 201–207), a implementação de modelos

cadastradas a fim de integrá-las de modo mais eficiente, rígido e regrado, no circuito espacial produtivo do petróleo.

⁴⁷ Outro exemplo derivado de nossa pesquisa os instrumentos de antecipação de pagamentos dos contratos, como foi o Prominp Recebíveis, que se utilizava de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), ou o Progredir, da Petrobras, com linhas de crédito especiais em determinados bancos. Em outra oportunidade (Duarte; Nabarro, 2021) também demonstramos, a partir do caso da Petrobras, como novos instrumentos de financiamento próprios do mercado de capitais mobilizam uma rede ainda mais ampla de agentes, que envolvem desde empresas “alvo” dos investimentos e suas sociedades de propósito específico até fundos de pensão, bancos de investimentos e investidores de toda natureza.

⁴⁸ Um exemplo simples dessa produção “homogeneizada” que encontramos em nossa pesquisa seriam alguns cursos e consultoria em gestão financeira e jurídica (*accountability*), treinamentos para melhoria de produtos, processos e capacitação tecnológica para pequenas e médias empresas, como Sebraetec, ofertado pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), interessadas em se tornarem fornecedoras de grandes empresas petroleiras, em especial da Petrobras, e, portanto, se integrarem ao circuito espacial produtivo do petróleo, mesmo que de forma extremamente indireta.

hegemônicos de organização do espaço⁴⁹, portadores de discursos de “boas práticas sociais”, mas que, de fato, procuram efeitos de regulação do campo social e político para então organizar o espaço de modo a servir de quadro à ação de outros agentes (hegemônicos).

Assim como são diversos os dispositivos empregados também são agentes que constituem e operam os círculos de cooperação no espaço e que visam difundir discursos, imaginários, crenças e afetos nos lugares. De forma simplificada, é possível reconhecer ao menos três grupos de agentes hegemônicos: os que compõem a estrutura dos Estados; as corporações, que atuam e conformam um mercado de trocas de bens, serviços e capitais; e as organizações de solidariedade, que agregam toda sorte de organizações civis, de direito público, de profissionais e de corporações setoriais (Antas Jr., 2015). Apesar de cada um desses agentes possuírem interesses e formas de ações distintas, no interior dos círculos de cooperação no espaço, mesmo com tensões e conflitos, eles se articulam com o intuito de trazer novas formas e dinâmicas à economia política das cidades⁵⁰ (Santos, 2009b), e de reorganizar o espaço e viabilizar os territórios e regiões (Silveira, 2003) para os ditames e dinâmicas dos circuitos espaciais produtivos mais globalizados.

Um exemplo dessas articulações é a realização de grandes empreendimentos produtivos e/ou de infraestrutura, que, para além do amplo

⁴⁹ Mais à frente, no texto, serão citadas as estratégias de *city marketing* e a de “cidade-vitrine”. Mas, além, ou conjuntamente a elas, podemos citar como exemplo um conjunto de “modelos” urbanísticos difundidos por escritórios de arquitetura e empresas de consultoria e que são implementados por governos municipais. Um exemplo de nossa pesquisa é o projeto “Alegra Centro”. Este, assim como outros tantos casos de projetos de “revitalização” baseados em paisagens de “*waterfront*”, implementado pela prefeitura da cidade de Santos (SP) com fins “turísticos”, “culturais” e de “serviços”, acabou também por organizar parte do centro histórico da cidade para a instalação da nova Unidade de Operações da Petrobras.

⁵⁰ De modo sintético, Milton Santos (2009b, p. 114) define a economia política das cidades como “a forma como a cidade, ela própria, se organiza em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”. Por sua vez, Maria Laura Silveira (2011) complementa que esta economia política das cidades expressa as múltiplas divisões do trabalho que se fazem presente e se inter-relacionam no interior das cidades, resultando assim no reconhecimento das diversas feições dos circuitos da economia urbana.

conjunto de agentes mobilizados para seu financiamento, como foi citado, também exigem uma complexa coordenação política. Por vezes, para cumprir tal objetivo, esses círculos de cooperação criam verdadeiras “entidades comensais⁵¹”, onde agentes estatais (como consórcios municipais e/ou interfederativos) e mesmo organizações de solidariedade (como federações, associações ou sindicatos da indústria, do comércio, do agronegócio ou etc.) se coadunam para produzir uma espécie de “consenso e pensamento único” quanto aos empreendimentos ou intensas atividades produtivas (Barbosa; Sánchez, 2012). Nessas entidades, os debates estabelecidos quando muito visam “mitigar”, “reduzir” e “avaliar” os “impactos” ocasionados pelas atividades produtivas, mas pouco ou nada combater e resistir às ações das grandes empresas na região (*ibid.*), na cidade e nos territórios.

Outro meio empregado por esses círculos de cooperação para a difusão dos imaginários e discursos hegemônicos, aqui especialmente ligado às ideias de “inevitabilidade” e/ou de “oportunidade” de modernização e aderência dos espaços às lógicas dos circuitos produtivos globais, se dá pela produção de um conjunto amplo, intenso e recorrente de eventos⁵² (geográficos) que passam a se

⁵¹ Em nossa pesquisa, reconhecemos diversas dessas “entidades comensais” quanto aos grandes empreendimentos e investimentos relacionados ao circuito do petróleo na Região Metropolitana da Baixada Santista (SP). Dentre elas, figuram os fóruns que congregavam agentes estatais, como a Câmara de Petróleo e Gás do Conselho Metropolitano da Baixada Santista (Condesb); o Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural (CEPG), do governo de São Paulo; o Fórum Regional da Bacia de Santos, ligado ao Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (Prominp), do governo federal. Além dos agentes estatais, participavam diversas organizações de solidariedade, como a Associação do Comércio de Santos (ACS), a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Sebrae, além, é claro, de grandes empresas ligadas ao circuito do petróleo, com especial destaque da Petrobras.

⁵² Neste contexto, o termo “evento” possui basicamente dois sentidos: o primeiro, de ordem mais teórico-conceitual, se baseia na ideia de “evento geográfico”, como tratado por Milton Santos (2009a). Porém, o segundo sentido, que não se afasta do primeiro, é mais ligado ao sentido banal e empírico, da realização de uma atividade em determinado lugar e momento em que se vise o encontro de diversos agentes, com um determinado propósito e que possui uma durabilidade mais ou menos curta.

realizar nesses espaços. Um caso empírico desses eventos são as feiras⁵³, congressos, palestras e rodadas de negócios voltados a um ou vários ramos, setores ou circuitos produtivos. Longe de ser somente um local e um momento de “exposição” das empresas, seus serviços, equipamentos e tecnologias, tais feiras, congressos e eventos podem ser compreendidas como momentos de expansão e consolidação dos círculos de cooperação no espaço de um determinado circuito produtivo (Vendrusculo, 2016), notadamente os que se voltam aos fornecedores e desenvolvedores tecnológicos. Pois, ainda que profundamente poderosos, os agentes ligados aos circuitos produtivos mais globalizados também demandam uma significativa “densidade comunicacional” (SILVEIRA, 1997), como pode ser promovida por essas feiras de negócios e congressos setoriais.

Para além de promover a difusão de um ideário empresarial hegemônico entre os agentes econômicos do lugar, essa estratégia dos círculos de cooperação no espaço também se volta para a produção de um imaginário urbano e econômico para toda a cidade, região e território onde ela se realiza. Utiliza-se, para isso, uma ampla rede de meios de comunicação e de publicidade que envolve inclusive canais noticiosos, de modo a não só divulgar a realização dessas feiras e congressos em si, mas fazer com que essas manifestações dos circuitos mais globalizados se façam mais “presentes” na vida cotidiana dos lugares. Como aponta André Pasti (2018), o poder midiático das informações produzidas por agentes e meios hegemônicos de informações noticiosas possui papel poderoso na moldagem da repercussão de outros eventos como as transformações ou incorporação de novos circuitos espaciais produtivos em determinados lugares.

⁵³ Em nossa pesquisa reconhecemos a importância que teve a realização de algumas edições da feira de negócios intitulada *Santos Offshore*, que ocorreram na cidade de Santos entre os anos 2007 e 2015, mais especificamente em um importante centro de eventos, localizado na área de maior centralidade econômica e de serviços da cidade. Essa feira passou a integrar o calendário de outras de porte nacional, como a Rio Oil & Gas, realizada na cidade do Rio de Janeiro e considerada a principal do país; e a Brasil Offshore, realizada em Macaé (RJ).

Outros tantos casos concretos poderiam ser mobilizados para apresentar algumas formas de como os diversos agentes se articulam em círculos de cooperação no espaço, tanto em seus planos mais locais quanto nos mais globais. O propósito da formação desses círculos possui diversos sentidos, como apresentado por nós anteriormente em Duarte (2019). Porém, aqui focamos somente em dois casos, em que se visava agregar e condicionar os imaginários dos agentes sociais, seja como fornecedores ou mesmo a população em geral, e em que se procura viabilizar política e discursivamente grandes projetos de investimento e de infraestrutura para atender aos ditames dos circuitos produtivos mais globalizados. Nos deteremos somente nesses casos para podermos nos aprofundar um pouco mais em algumas características do discurso hegemônico que difunde esses círculos de cooperação nos determinados espaços onde operam.

O discurso da competitividade na racionalidade neoliberal

Dentre diversos outros elementos que constituem a psicosfera corporativa dominante na globalização, certamente a competitividade seria um dos principais “discursos”, uma das marcas do pensamento único que estrutura a política do período atual da história, como propõe Milton Santos (2012b). Um discurso que domina outros discursos mais tradicionais da economia política, como, por exemplo, o de desenvolvimento econômico e territorial, como afirma assertivamente Gillian Bristow (2010), e que, sob a dominância da racionalidade neoliberal, produz sujeitos e lugares como entidades de competição, impelindo-os a maximizar seus resultados, a expor-se aos riscos e, sempre que demandados (e geralmente desamparados), a assimilar inteiramente a responsabilidade por eventuais fracassos, como dizem Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Nesse contexto é que, ao mesmo tempo, observamos uma generalização da forma-empresa no interior do corpo social, por meio do ideal empresarial de si mesmo, assim como a “humanização” da empresa capitalista, em que um dado modelo “humanista” satura de afeto a esfera econômica (Safatle, 2016).

Nesses termos, a competitividade não é propriamente um modo de relação entre indivíduos e determinadas frações do espaço tal como uma disputa, um conflito ou, de modo mais preciso, uma “competição”. Ela se define, antes de tudo, como “atributo” e “qualidade” dos agentes e lugares que são, por sua vez, estabelecidos por um conjunto de “parâmetros” mundializados de desempenho econômico, de qualidade e custo de produção, como propõem Ricardo Castillo e Júlia Adão Bernardes (2019). Atributos e qualidades, todavia, que são sempre frutos de um discurso produzido, difundido e legitimado por uma ampla gama de agentes e dispositivos que visam reconhecer lugares e sujeitos (ou ainda destes se reconhecerem) como mais ou menos “competitivos”, impondo, de forma mais ou menos violenta, tal condição de existência.

Propomos, com base nessa reflexão, que a competitividade seja compreendida como um discurso imposto aos indivíduos e frações do espaço e, de igual modo, um discurso que os sujeitos e lugares produzem sobre si mesmos. Antes de ser um conjunto de atributos e qualidades “inerentes” (quase naturais) e “empiricamente” identificáveis mais ou menos adequados às exigências dos circuitos espaciais produtivos globalizados, a competitividade poderia ser uma permanente “excitação dos espíritos” que agentes e lugares procuram ter ou, ao menos de modo performático, expressam possuir para melhor e mais rapidamente responderem e se adaptarem aos imperativos da globalização, por meio da transformação de suas normas, formas e ações.

Nesses termos, a competitividade seria um estado de disposição constante para a competição e para a guerra, que, por vezes, não se manifesta precisamente “entre” lugares e “entre” indivíduos, mas, especialmente, “contra” si mesmos, uma “guerra dos lugares”, nos termos de Milton Santos (2012), e um “conflito intrassubjetivo”, como diz Christian Laval (2022). Isso pode se expressar na forma de uma violência absoluta contra outros discursos, imaginários, desejos e vontades que não sejam condizentes com os “atributos” econômicos e produtivos globalmente estabelecidos. Ou ainda, como uma violência constate contra

projetos e perspectivas que perturbam as adaptações materiais e de comportamento que atendam os mais exigentes níveis e parâmetros de qualidade definido pelos circuitos produtivos globais.

Isso acaba redundando em velozes e bruscas intervenções no espaço e nos comportamentos dos indivíduos, de modo que novos projetos e planos são provocados e/ou abortados, segundo os parâmetros e exigências de competitividade que imperam num determinado momento e que são a todo custo estipulados por determinados ramos produtivos e agentes hegemônicos, como dizem Ricardo Castillo e Júlia Adão Bernardes (2019). Ou seja, instala-se, na vida dos lugares e nos redime de subjetividade dos sujeitos, o princípio da superação contínua dos limites, que os obriga a fazer sempre mais, a nunca descansar, a se superar perpetuamente, o que se mostra como uma das particularidades da racionalidade neoliberal (Laval, 2022, p. 23-24).

Um modo como isso se expressa no espaço é por meio da elaboração e difusão de múltiplos projetos para a transformação do meio ambiente construído das cidades, ou pelo planejamento de modernização e implantação de novos sistemas técnicos. Todavia, para além de seus possíveis usos e funções propriamente produtivos, esses planos e projetos são de fundamental importância para o sustentar a maior competitividade dos agentes e lugares que deles se valem. Isso leva Pierre Veltz (1999, p. 167 [tradução livre]) a afirmar que a competitividade se expressa por uma organização sistemática, sobretudo da ordem interna dos agentes e espaços; por isso, “o bom funcionamento das infraestruturas coletivas materiais (transportes, telecomunicações, energia) é atualmente um pré-requisito da competitividade”. No entanto, este autor ainda atenta para o fato de que esta ordem interna também vem da gestão moderna dos comportamentos que, apesar de originalmente se voltar aos assalariados internos à empresa, cada vez mais se alastram para o mundo social circundante (onde atuam os circuitos produtivos globalizados), às vezes de formas mais ou menos explícitas de controle do entorno social, seja a partir de dispositivos de

segurança, de incrementos da escolarização e de competências cognitivas, e, acrescentaríamos agora, de dispositivos psicopolíticos, de “incrementos” de imaginários neocoloniais e de “competências” subjetivas.

Ainda na dimensão da produção de discursos sobre si mesmos, a competitividade também poderia ser compreendida como uma expressão da “ditadura da transparência”, como reconhece Byung Chul Han (2018) em sua análise sobre a psicopolítica contemporânea. Para este pensador, os agentes passam a retornar tudo para o exterior, de modo a converter-se, eles mesmos, em informação. Uma informação que circula sem contexto e carece de interioridade, ou seja, esvaziada de desejos, afetos e emoções que desviem da racionalidade pragmática e unidimensional dos usos corporativos do território. Desse modo, mais do que dados “coletados” e “mapeados” por técnicas e agentes externos a determinados compartimentos do espaço, que possuem uma ordem mais propriamente “produtiva” e que conformam círculos descendentes de informação, o discurso da competitividade exige a produção de informações que seriam fruto de uma “expressividade performática” de si próprio. Ainda que sejam de ordem “banal”, essas informações, assim produzidas, podem conformar círculos ascendentes de informação⁵⁴, como propõe Adriana Bernardes da Silva (2001, 2010), mas que, para isso, precisam subtrair ao máximo os múltiplos sentidos políticos e conteúdos da reprodução cotidiana da vida dos lugares. Sob essa lógica, torna-se imperativo que os sujeitos e lugares produzam “voluntariamente” informações sobre si com o único, ou ao menos quase único, propósito de alimentar bases de dados e centrais de cálculo de agentes hegemônicos de circuitos produtivos e de círculos de cooperação no espaço, de

⁵⁴ No sentido original dado pela geógrafa ao conceito de círculos informacionais, é proposta uma forma analítica de reconhecer seus sentidos: os ascendentes, que partem dos dinamismos mais arraigados ao lugar e da reprodução cotidiana; e os descendentes, que, em geral, são controlados pelas grandes empresas e pelo Estado, e atingem verticalmente os lugares. Ao mesmo tempo, os círculos de informação podem ser reconhecidos segundo seus destinos: os “de ordem banal”, voltados ao cotidiano; e os de “ordem produtiva”, controlados pelas grandes empresas, geralmente destinados às atividades produtivas desses agentes.

modo que esses agentes “melhor” orientem seus planos de investimentos e ações⁵⁵.

A produção dessas informações por parte dos agentes “locais” pode ser compreendida como uma “estratégia” de garantir maior destaque para investimentos e empresas, e atratividade para capitais e empreendimentos, o que ajuda a explicar a importância que ganham os *rankings*, os *benchmarks* e os mais variados métodos de classificação de empresas, espaços e sujeitos. Porém, ao invés de ser uma análise dos efeitos derivados de uma “ação”, como dos investimentos de uma empresa, essa “estratégia” é, antes de tudo, uma condição para orientar as ações dos agentes hegemônicos. A competitividade pode assim ser entendida como um “salto de fé” que os sujeitos e lugares, sobretudo os hegemônicos, são impelidos a realizar; uma expressão das “*práxis investidas*”⁵⁶ (Pereira, 2011; Santos, 2013) que se difundem na globalização. E estas são assim reconhecidas como “invertidas” pois, dentre outras razões, as “teorias”, “crenças” e “ideias” que orientam a ação são totalmente estranhas àqueles que a praticam,

⁵⁵ Novamente em nossa pesquisa, identificamos ao menos dois exemplos dessa produção de informações com base nessa lógica da “ditadura da transparência”. A primeira está no caso, aqui já relatado, das plataformas digitais de fornecedores geridas pela Petrobras e ONIP, onde as empresas cadastradas rotineiramente são exigidas a manter seus dados atualizados, mostrando competência técnica, financeira e jurídica para cumprir as exigências das petroleiras contratantes; assim como se manter sempre atentas às velozes demandas realizadas por meio desse ambiente virtual. A segunda vem do mapeamento realizado pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, que visava reconhecer áreas “adequadas” para a implementação de grandes empreendimentos corporativos ligados ao circuito espacial produtivo de petróleo, de modo a buscar atrair investimentos de importantes empresas desse ramo para seus territórios. Essas informações eram circuladas em eventos, feiras, congressos e câmaras de comércio nacionais e internacionais com auxílio de organizações como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a agência de fomento do governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP.

⁵⁶ Baseado na proposição de Milton Santos (2013), Mirlei Fachini Pereira (2011, p. 99-100) afirma que tais *práxis invertidas* se manifestam quando “parte significativa da sociedade e das políticas da nação se presta à realização do trabalho e de projetos que lhes são estranhos”. Ou ainda, quando agentes hegemônicos desses espaços e sociedades, como os que manipulam a política, o direito e a administração, de forma legítima ou não, optam “por induzir esforços que apresentam, com eloquência, tal discurso [da lógica corporativa, e da competitividade] como possibilidade única de gestão e como forma vantajosa de tornar viável a ação econômica pragmática no território”.

além de nunca serem, ou pouco serem questionadas ou ressignificadas pelos mesmos.

A competitividade seria ainda uma escolha “voluntária” pelo risco, quase uma “pulsão”, no sentido freudiano, que, em Geografia, talvez possamos pensar como um “impulso global”, como dizem Ana Clara Torres Ribeiro e Cátia Antonia da Silva (2013), ou seja, conjunto de “crenças, discursos e imaginários” que, quando seguidas de investimentos, multiplicam seus efeitos (e seus defeitos). Nesse sentido, seria uma verticalidade que opera nos lugares, mas não só de “fora para dentro”, mas de “dentro para fora”; seriam verticalidades que já se instalaram no reino das horizontalidades e que são replicadas e reproduzidas na própria vida dos lugares.

Sob o domínio da racionalidade neoliberal e do discurso da competitividade, podemos identificar a incorporação pelo capitalismo de alguns discursos e imaginários que em si estão além ou ao fundo da lógica econômica ou produtiva. Dentre diversos deles, poderíamos nos referir às manifestações culturais historicamente construídas na vida de relações das cidades que, em diversos casos, são capturadas pela lógica mercadológica do planejamento urbano baseado no *city marketing* (Ribeiro; Sánchez, 2013), em que, até mesmo os modos de sociabilidade e culturas periféricas e marginalizadas das grandes cidades são colonizados segundo a lógica hegemônica do mercado (Ribeiro, 2004).

Outros exemplos são as lutas relacionados à “defesa da natureza”, da “sustentabilidade” e/ou de “transições energéticas ou ecológicas”, que são hoje progressivamente capturadas por novos “consensos da descarbonização”, pactuados em fóruns internacionais e entre grandes empresas (Bringel; Svampa, 2023), onde reconhecemos uma verdadeira geopolítica que se articula para a produção e difusão da ideologia do desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2019). Esse mesmo fenômeno se expressa no mercado internacional de “cidades-

vitrine”, onde os atributos de “sustentabilidade” igualmente se transmutam em elemento de competitividade e de atratividade de novos capitais (Sánchez,2001).

Por fim, mas sem esgotar essa lista, destacamos a forma como as ações de responsabilidade social das empresas se transformaram em um capital que agrega valor à empresa e aos seus produtos, como bem apontado pela pesquisa de Evelyn Pereira (2013). Para isso, criam-se um conjunto de normas e parâmetros privados que passam a regular e definir o “sucesso ou fracasso” das ações de responsabilidade das empresas, que são “reconhecidas” por meio de prêmios e certificações e se valem de meios de comunicação em massa, como mídia impressa, televisiva e virtual, assim como consultorias internacionais e relações diretas com o sistema financeiro por meio de balanços corporativos. Talvez um dos principais símbolos atuais dessa psicofera corporativa seja o ESG (*Environmental, Social and Governance*). Ele tem se mostrado como um poderoso instrumento de regulação privada e corporativa das ações das empresas em relação à natureza, a sociedade e a governança; excluindo ou rebaixando outras formas de controle estatais, públicas e democráticas sobre essas interações entre empresas e espaço. O ESG torna-se assim mais uma fonte de valorização financeira dos ativos e mercadorias das grandes empresas, assim como instrumento dos agentes financeiros e produtivos para regular a vida de relações dos espaços onde operam, impondo-lhes tais parâmetros e normas corporativas.

Considerações finais

O neoliberalismo, enquanto uma “doutrina do choque” (Klein, 2008), não atinge só os corpos; ele alcança as mentes e corações, e não visa unicamente orientar os movimentos dos membros, mas as sinapses do cérebro. Nos termos de Milton Santos (2012), ele seria uma das fontes da confusão dos espíritos que vigora no atual período, sobretudo em razão de seu discurso da competitividade como imperativo aos indivíduos e frações do espaço. O neoliberalismo seria ainda um “gestor” do sofrimento psíquico (Safatle; Silva Jr.; Dunker, 2021), no sentido

de que ele ao mesmo tempo gere e gerencia, produz e regula essas formas de sofrimento. Ao invés de um problema à produção, como outrora foi identificado sob a racionalidade neoliberal, esse sofrimento é agora tido como possível fonte de mais produção. Revela-se assim, que, longe de ser uma “solução” aos desastres e crises do capitalismo, o neoliberalismo seria um instrumento de gestão e perpetuação da crise estrutural que o atinge e que marca a globalização (Santos, 2012).

Segundo Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009, p. 53), o “novo espírito do capitalismo” incorpora imaginários, crenças e discursos que vão para além daqueles mercantis e da acumulação de capital propriamente dita, passando a também se apropriar de produções culturais, sociais e de lutas contemporâneas, mas que servem para justificá-lo. Ainda segundo esses autores, este modo de produção dominante “supõe referência a construtos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro” (*ibid.*, p. 53). Em certa medida, tal interpretação encontra ressonância na ideia de que a produção capitalista necessita, para se reproduzir, de “condições de fundo” que não são constantemente, na história, pertencentes ao “reino econômico”, e que vão para além do “laboratório secreto da produção”, como apresentado por Nancy Fraser (2015). Ainda, segundo esta autora, a reprodução social, a natureza e a (geo)política estariam entre as principais “condições não-econômicas de fundo” que hoje são alvos da expropriação capitalista por mecanismos de “acumulação por despossessão” (e ao mesmo tempo campo de lutas).

Acrescentaríamos que outros aspectos, cada vez mais “íntimos” da experiência humana (e do espaço) são reivindicados como suprimentos de “matéria-prima” e de mais-valia no capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021) sob domínio neoliberal (Sztulwark, 2019), principalmente aqueles que circulam na dimensão mais sensível da vida e da psicosfera. Mas, assim como aponta Fraser (2015), apesar das contradições que derivam do fato dessas dimensões da vida e

do espaço serem, em alguma medida, incorporadas à lógica produtiva dominante e serem alvos da exploração capitalista, é necessário reconhecê-las como campo de lutas, buscando disputar imaginários, discursos, desejos e afetos que nelas circulam e que as constituem. Isso inclui encontrar meios de salvaguardar ou de minimamente limitar sua colonização por princípios da economia capitalista. Ou ainda, disputando-as por meio da proliferação e saturação de outros sentidos políticos de economia e de mercado, de circuitos e de formas de cooperação no espaço que sejam avessas ou rebeldes à orientação capitalista.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, v. 0, n. 5, p. 9–16, 1 jan. 2005.
- ANTAS JR., Ricardo Mendes. Complexos industriais, circuitos espaciais produtivos e direito reflexivo. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 53–71, 31 dez. 2015.
- ANTAS JR., Ricardo Mendes. Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro. *In*: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL). **Anais [...]**. Lima (Peru), 2013.
- BARBOSA, Douglas Montes; SÁNCHEZ, Fernanda. Região-emprego: planejamento, reorganização territorial e grandes projetos no Alto Paraopeba-MG. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, n. 122, p. 71–93, jun. 2012.
- BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 351–368, 24 jul. 2015.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32–50, 1 jan. 2001.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del «Consensus de los Commodities» al «Consensus de la Descarbonización». **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51–70, 2023.
- BRISTOW, Gillian. **Critical reflections on regional competitiveness: theory, policy, practice**. Routledge, 2010.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 3, p. e33095, dez. 2019.

CALLON, Michel. **L'emprise des marchés**. Paris: La Découverte, 2017.

CASTILLO, Ricardo Abid; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 461–474, 18 mar. 2011.

CASTILLO, Ricardo; BERNARDES, Júlia Adão. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo (org.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 9, n. 18, p. 17–26, abr. 2010.

CHIAPELLO, Ève; GILBERT, Patrick. **Sociologie des outils de gestion**. Paris: La Découverte, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: BARBIER, E. *et al.* **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

DICKEN, Peter. **Global Shift: Reshaping the Global Economic Map in the 21st Century**. London: SAGE Publications, 2003.

DUARTE, Luciano. Aproximações à noção de dispositivos de cooperação: como os circuitos espaciais produtivos se lugarizam. In: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; SÁ, Isabel (org.). **Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de iniciativas cidadãs, 2021.

DUARTE, Luciano. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2019. 414 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2019.

DUARTE, Luciano; NABARRO, Wagner. Círculos financeiros e circuito do petróleo: instrumentos financeiros para investimento em atividades e fornecedores da Petrobras. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 25, n. 3, dez. 2021.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Ecrits, 1954-1988**. Tome III : 1976-1979. Paris: Editions Gallimard, 1994.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx - por uma concepção expandida do capitalismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 1, p. 703–728, 11 mar. 2015.

GOTTMANN, Jean. **La politique des Etats et leur géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. São Paulo: Ayine, 2018.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. New perspectives on the spatial dimensions of economic coordination: tensions between globalization and social systems of production. **Review of International Political Economy**, v. 5, n. 3, p. 482–507, 1 jan. 1998.

HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 475–485, dez. 2010.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAVAL, Christian. Do empreendedor de si ao inimigo de si: neoliberalismo e conflito intrassubjetivo. *In*: SILVA, Silvana Cristina; RAMOS, Tatiana Tramontani; RODRIGUES, Glauco Bruce (org.). **Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

LUSSAULT, Michel. **L'Homme spatial. La construction sociale de l'espace humain**. Paris: Le Seuil, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MCNEE, Robert B. Centrifugal-centripetal forces in international petroleum company regions. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 51, n. 1, p. 124–138, mar. 1961.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. *In*: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica; CATAIA, Márcio (org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

MUNIESA, Fabian; MILLO, Yuval; CALLON, Michel. An introduction to market devices. **The Sociological Review**, v. 55, n. 2, p. 1–12, 2007.

OLIVEIRA, Leandro. **Geopolítica Ambiental**: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável [1945-1992]. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

PASTI, André. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 30, n. 1, p. 80–109, 2018.

PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. A nova psicosfera empresarial na globalização: questões sobre as ações sociais empresariais no território brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 34, p. 146–163, 30 ago. 2013.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 95–104, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**, v. 4. Rio Claro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Local - lugar: uma dialética latente, e muitas vezes, oculta**. 2003a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, n. Ano II, p. 97–107, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica sobre do espaço: território usado, território praticado. *In*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003b.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. **Por uma sociologia do presente – v. 3**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SÁNCHEZ, Fernanda. City marketing: a nova face da gestão da cidade no final de século. **Por uma sociologia do presente**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013v. Vol. 4.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – v. 5**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.

ROFMAN, Alejandro. Notas sobre subsistemas espaciais e circuitos de acumulação regional. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 1, p. 247–274, 10 nov. 2016.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009a.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: BARRIOS, Sonia (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: EDUSP, 2012a.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2009b.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012b.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SILVA, Adriana Bernardes da. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informação e novo uso do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

SILVA, Adriana Bernardes da. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. 2010, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Revista Experimental**, n. 2, p. 35–45, 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. *In*: SILVA, Cátia Antonia (org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 19, p. 81, 30 dez. 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e a invenção da viabilidade do território. *In*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 74–88, 2010.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Política e território: a geografia das desigualdades**. 2002

STORPER, Michael. O burburinho: a força econômica da cidade. *In*: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SZTULWARK, Diego. **La ofensiva sensible: neoliberalismo, populismo y el reverso de lo político**. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

VELTZ, Pierre. **Des lieux et des liens : Essai sur les politiques du territoire à l'heure de la mondialisation**. La Tour d'Aigues: Nouvelles éditions de l'Aube, 2012.

VELTZ, Pierre. **Mundializacion: ciudades y territorios**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

VENDRUSCULO, Flávio de Campos. **As feiras e congressos médicos como círculos de cooperação no espaço: a integração do complexo industrial da saúde e a inserção da lógica corporativa no hospital**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: TECNOSFERA, PSICOSFERA E O PODER DA INFORMAÇÃO

Mirlei Fachini Vicente Pereira

“Na mata, nos rios, nos marimbus, em cada palmo da terra, tentou reconhecer e recordar cada árvore. Sua memória se tornou um mapa das trilhas e caminhos que conformavam seu lugar. Precisava conhecer cada declive, cada cova aberta e fechada, cada movimento da terra...” - Itamar Vieira Junior (Torto Arado, 2019).

Introdução

Reconhecendo os limites da tradição descritiva e enumerativa de uma Geografia preocupada com uma análise formal e quase exclusiva de conteúdos materiais/físicos do espaço, Milton Santos (1977, 1996) insistentemente apontou a necessidade de pautarmos a avaliação dos fenômenos geográficos para além da análise dos objetos e formas por si mesmos, bem como de levarmos em conta os sistemas de objetos (cujo conteúdo é material) de modo indissociável dos sistemas de ações, que comportam as práticas sociais e políticas, oriundas do campo das subjetividades, das ideias e das ideologias.

A perspicácia de seu pensamento também exigiu reconhecermos, para além do fenômeno técnico e da ciência como elementos básicos na composição do meio geográfico, a centralidade da informação que, hoje, mais do que nunca, conduz não só os objetos técnicos e a ciência, mas também rege comportamentos e ações diversos.

Cunhada por Milton Santos (1994) há quase três décadas, a noção de meio técnico-científico-informacional, bem como a compreensão da centralidade da

informação, definindo a natureza do espaço contemporâneo, tomam hoje ainda mais força e atualidade. A emergência da chamada “era da digitalização”, em que a identidade dos seres humanos e o conteúdo geográfico dos lugares passa a tornar-se informação digital e “transparente”, passível de ser contabilizada e rastreada, permite a emergência de um novo tipo de gestão e governabilidade sobre as sociedades e territórios.

A informação estratégica e também a (aparentemente) banal, tornam-se elementos fundamentais à produção de mercadorias, ao uso e controle dos corpos e do espaço, assim como alicerçam e sustentam os mecanismos atualizados da acumulação e o poder da finança globalizada. Em outras palavras, a condição atual do meio técnico-científico-informacional, e o seu controle privilegiado por agentes hegemônicos da economia e da política (Santos, 1996), nos permitem reconhecer ainda mais que a informação se tornou o motor dinâmico do espaço geográfico, do processo de globalização e do capitalismo financeiro contemporâneos⁵⁷. O fato de se dispor de informação estratégica pode hoje ser compreendido como a ferramenta primeira e fundamental ao exercício do poder (Ribeiro, 2021), cada vez mais concentrado nas mãos daqueles que a acessam e a manipulam em função de interesses hegemônicos.

Ainda como nos ensina Milton Santos (1994, 1996), o meio técnico-científico-informacional existe, ao mesmo tempo, tanto como tecnosfera, quanto como psicosfera. A tecnosfera é própria da configuração territorial e consiste, portanto, na composição técnica e material do território, inclusive em sua “camada digital” (cuja adição hoje assistimos); mas, por si só, ela não tem autonomia de existência, visto que tal esfera técnica resulta das ações e intenções humanas, que lhe são imprescindíveis. Assim, é também pela

⁵⁷ Aqui, não se trata de desconsiderar ou relegar a segundo plano o papel da informação na condução de ações hegemônicas em outros períodos da história, mas de reconhecer que pela sua natureza atual, incluindo produção e circulação aceleradas, permite mecanismos absolutamente otimizados do seu emprego, conferindo-lhe uma nova potência e centralidade no espaço-tempo contemporâneo.

psicosfera, reino das crenças, dos desejos e paixões (Santos, 1994, p. 32; 1996, p. 204) que destinamos à esfera técnica (e à condução das condições materiais do espaço) sentidos e significados. “Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território” (Santos, 1996, p. 204).

A informação é hoje central, tanto no que diz respeito à tecnosfera quanto à psicosfera. O “peso” da informação no conjunto dos objetos é um dado essencial, seja por sua composição mesma, seja por suas possibilidades de uso, como emblematicamente revela a chamada Internet das Coisas (recebendo, recolhendo e transmitindo dados a um só tempo), orientando ações cada vez mais dependentes e calcadas na informação. Dito de outro modo, e como afirmou Milton Santos,

[...] a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação (Santos, 1996, p. 191).

Elaborada de modo estratégico, interesseiro e endereçado a projetos hegemônicos, é pela modernidade perversa da psicosfera que a constituição e o uso corporativos da esfera técnica do território podem ser realizados de modo facilitado, ancorados em narrativas e discursos legitimadores (Kahil, 1997, 2021), tal como parece ser o modo como o agronegócio atua no Brasil, revelando mecanismos ora evidentes, ora sutis, para o exercício do poder e manutenção de sua hegemonia no território⁵⁸. Neste período de globalização financeira e neoliberal (Pereira, 2021), é cada vez mais essa a função de uma psicosfera que, ancorada em ideologias que sustentam determinadas posições de classe, inverte as percepções do mundo e tantas vezes antecede, ampara e prepara espíritos

⁵⁸ Discutindo as manifestações do poder a partir de Maquiavel, Ana Clara Torres Ribeiro (2014, p. 73) indica que “[...] o poder, na primeira face, é visto como uma eterna luta pelo controle dos meios de poder, e pela conquista da capacidade de convencer. É preciso convencer. É a luta por hegemonia. A capacidade de exercer hegemonia política está relacionada à capacidade de convencer, de ser legítimo”.

(Ribeiro, 1991) para a expansão e legitimação das condições objetivas e materiais do espaço.

Nossa intenção, neste ensaio, é justamente avaliar o modo pelo qual, no atual período histórico, a informação estratégica é duplamente empregada para o exercício do poder e manutenção da hegemonia pelo que comumente denominamos por agronegócio.

Nos referimos, aqui, a um duplo emprego da informação por parte do agronegócio. De um lado, e em se tratando de termos técnicos e materiais, a informação é sem dúvida elemento central às modernas tarefas produtivas - o aumento da produtividade no campo (com recordes constantes de produção) e da competitividade, numa corrida sem fim pela diminuição dos custos (exigência para a permanência no mercado, especialmente o das *commodities*), não se perfazem hoje sem acesso e uso privilegiado de informação estratégica. Assim, tal como a técnica e a ciência, a produção, o controle e a manipulação da informação são ingredientes centrais às práticas do agronegócio globalizado (Elias, 2006, 2022), cuja manifestação mais recente e direta de tal processo pode ser encontrada naquilo que se convencionou denominar por “Agro 4.0”.

Por outro lado, e de forma indissociável, a informação é acionada, (re)elaborada e também manipulada de modo a afirmar uma esfera própria do campo das subjetividades, em que ideologias são afirmadas e absolutamente figuram como ingredientes necessários à imposição de práticas hegemônicas, a partir de narrativas de valoração que garantem consensos e certa legitimidade ao agronegócio no conjunto da nação e do território⁵⁹. Tal é o mecanismo, astuto e eficiente, para um acesso facilitado ao Estado (aspecto relevante do poder) e captura de recursos públicos, perpetuando sua hegemonia.

⁵⁹ Tal processo não é exclusivo ao Brasil e, mesmo, marca um conjunto de países periféricos e de forma particular a América Latina, em que a expansão da produção de *commodities* agrícolas e minerais se afirma a partir de um novo “consenso” imposto aos territórios nacionais, tal como reconheceu Maristella Svampa (2013).

Acompanhando tais argumentos e pressupostos, para além desta introdução e das considerações finais, o presente ensaio contém outras duas seções, as quais estão diretamente voltadas: 1) à análise da informação na modulação de uma tecnosfera produzida e usada de forma corporativa pelo agronegócio, especialmente a partir do que hoje se denomina agricultura digital e também o processo recente de digitalização da governança da terra; e, 2) à análise da centralidade da informação na elaboração de uma psicofera que garante certa legitimidade e mantém o poder e a hegemonia do agronegócio no Brasil contemporâneo.

Informação estratégica e tecnosfera do agronegócio em tempos de agricultura digital

Nas últimas décadas, em que pese a extensão e complexidade da situação geográfica que resulta do agronegócio globalizado no Brasil, cremos que os aspectos e contornos que definem suas bases materiais, como exemplificam os modernos *fronts* e regiões produtivas, redes e topologias agroindustriais complexas, sistemas de engenharia robustos (estradas, portos e outras condições de produção) etc., compõem uma tecnosfera precisamente adicionada ao território que permitiu a produção alcançar um volume extraordinário, especialmente para *commodities* agrícolas valorizadas no mercado externo (soja, milho, açúcar, dentre outras) e também para proteína animal (bovinos, aves e suínos). Tal dinâmica exigiu investimentos públicos imensos e elevou investimentos privados internos e externos a uma extensão territorial e apropriação muito significativas, no mais das vezes sob o comando de *tradings* globais e atendendo sobretudo demandas do mercado externo.

É assim que Delgado (2012, p. 92) reconhece, na virada do século atual, a organização de interesses hegemônicos a partir de um novo pacto de economia política do agronegócio, em que a participação e sustentação do Estado é mais uma vez fundamental aos interesses do capital financeiro na agricultura e da grande propriedade fundiária, inaugurando também uma nova condição ao

mercado de terras. Este novo pacto é economicamente sustentado pelas demandas externas por *commodities* (a China figurando como principal mercado) e, ainda que limitado para a absoluta garantia de saldos positivos na balança comercial, foi capaz de orientar uma especialização produtiva (econômica e do território) e atualizar o padrão de dependência e subordinação do país na divisão internacional do trabalho.

Assim, e de modo absolutamente resumido, em que pese a eloquência da tecnosfera que embasa tal condição, o outro lado da moeda é trágico – a quase ausência de reforma agrária (e mesmo uma versão orientada pelo mercado), o avanço da grilagem de terras e de formas outras de despossessão sobre os espaços da produção tradicional (indígenas, quilombolas e camponeses), a permanência do trabalho análogo ao escravo mesmo entre setores modernos e muito capitalizados (Sampaio; Pereira, 2021) etc., somado a uma conjuntura recente de aumento da pobreza e da fome (frente aos recordes de produção agrícola), conflitos fundiários e sérios danos ambientais (num contexto de emergência climática), são indicativos da complexidade e das contradições hoje presentes no campo brasileiro.

Em meio a tal quadro complexo, nossa opção aqui é voltada a tatear elementos relativamente novos e que, com importância, hoje compõem, poderíamos dizer, uma “camada” atualizada à tecnosfera do agronegócio, qual seja – a informação estratégica que se soma tanto à esfera técnica da produção, especialmente a partir do que hoje reconhecemos como agricultura digital, quanto aos processos de digitalização da governança da terra (Grain, 2020).

Iniciando pelas novas aplicações da informação à chamada agricultura digital ou Agro 4.0, vale sinalizarmos o quanto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é, hoje, uma entusiasta de tal modelo de agricultura, que pode ser tecnicamente definido da seguinte forma:

A Agro 4.0 emprega métodos computacionais de alto desempenho, rede de sensores, comunicação máquina para máquina (M2M), conectividade entre dispositivos móveis, computação em nuvem, métodos e soluções analíticas para processar grandes volumes de dados e construir sistemas de suporte à tomada de decisões de manejo. Além disso, contribuirá para elevar os índices de produtividade, da eficiência do uso de insumos, da redução de custos com mão de obra, melhorar a qualidade do trabalho e a segurança dos trabalhadores e diminuir os impactos ao meio ambiente. Engloba a agricultura e pecuária de precisão, a automação e a robótica agrícola, além de técnicas de bigdata e a Internet das Coisas (Massruhá; Leite, 2017, p. 29).

O emprego generalizado da informação via internet, sistemas informatizados, e acesso a dados digitais precisos armazenados em grande volume e dispostos às operações algorítmicas, figuram como as ferramentas necessárias à sustentação da agricultura digital.

Em que pese ganhar muito mais expressão a partir de uma gama recente de aplicações, inaugurada no início do século XXI, a informação digital aplicada à agricultura no Brasil tem gênese pelo menos desde os anos 1980, quando o emprego de imagens de satélite foi inserido no campo moderno. É por uma interpretação ou leitura sistemática e matematizada da paisagem (Castillo, 2009) que o emprego de imagens de satélite, sistemas de informação geográfica (SIG) e de tecnologias a elas associadas contribuem de forma significativa, primeiro para a organização dos espaços de cultivo, avançando, depois, com o uso da internet, como ferramenta para a gestão otimizada, calculada e absolutamente racionalizada, em termos mercantis estratégicos, da produção realizada pelo agronegócio globalizado⁶⁰.

⁶⁰ No Brasil, é sobretudo o Estado, também a partir da Embrapa (criada no início dos anos 1970), quem inicia e viabiliza o emprego de tais tecnologias no campo. Na década de 1980, cria-se um laboratório de teledetecção espacial (Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite), com a missão de apoiar a gestão territorial da agricultura brasileira (ESTEVEZ, 2021). Tal núcleo dá origem ao que mais tarde se tornaria uma nova unidade da empresa, a Embrapa Monitoramento por Satélite, atualmente denominada Embrapa Territorial, localizada no município de Campinas-SP. Tal unidade é responsável pela formulação, dentre outras proposições técnicas, de ferramentas como a de Inteligência Territorial Estratégica, gigantesco banco integrado de dados ambientais, fundiários e de produção que permite e embasa a definição de estratégias políticas para a afirmação de regiões produtivas, como fora o caso do MATOPIBA (SOUZA; PEREIRA, 2019). Outra unidade da Embrapa dedica-se ao emprego da informação no campo (também localizada em Campinas e oriunda de iniciativas da década de

A expressão direta da adição e do uso da informação digital a uma esfera técnica voltada para a produção propriamente dita no campo pode ser reconhecida no modo como hoje a internet, e especialmente a Internet das Coisas⁶¹ (Bertollo, Castillo, Busca, 2022), demais sistemas integrados de informação e mesmo o uso de algoritmos da inteligência artificial (IA), são somados aos objetos e sistemas técnicos agrícolas empregados pelo agronegócio, para o acompanhamento de safras, aplicação racionalizada de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) em diferentes talhões nos campos de cultivo, cálculos precisos para a irrigação, colheita e gestão digital e otimizada da produtividade, etc. conteúdo técnico de ponta que em muito se revela na imagem da Agricultura 4.0.

Em que pese figurar como uma “paisagem futurista” para o campo⁶² e afirmar-se de modo espacialmente desigual, é sob este terreno que o agronegócio globalizado já caminha e se afirma, no Brasil e no mundo⁶³. Esta parece ser a nova

1980); trata-se da Embrapa Informática Agropecuária, criada em 1996, e que, conforme informação em sua página na internet, a partir de 2021, e em função de um “reposicionamento de mercado”, passa a denominar-se Embrapa Agricultura Digital.

⁶¹ “Através da IoT, podemos realizar a detecção e monitoramento da produção, analisar o desenvolvimento de culturas, realizar o controle de desempenho zootécnico animal, avaliar o processamento de alimentos, prever variáveis meteorológicas, controlar pragas, e muitas outras funções, aperfeiçoando o conhecimento para a gestão agropecuária com operações remotas, para assegurar uma padronização e rastreabilidade dos produtos, utilizando a microeletrônica, a telemática, o sensoriamento remoto orbital e o GPS (Sistema de Posicionamento Global) (Castillo, 1999). A informação que é coletada, armazenada, processada, comercializada e compartilhada por esses equipamentos torna-se uma nova força produtiva e participa da constituição do meio técnico-científico e informacional (Santos, 1994), o que demanda ações cada vez mais racionais e velozes, e objetos técnicos eficazes e encadeados num funcionamento integrado, envolvendo desde a conexão à internet na escala das fazendas, até os serviços de armazenamento de dados oferecidos pelos *data centers* na escala mundial” (Bertollo; Castillo; Busca, 2022).

⁶² Massuruhá e Leite (2017, p.33) apontam o seguinte cenário para a agricultura digital: “A busca pela otimização no uso dos recursos naturais e insumos fará com que a fazenda do futuro seja massivamente monitorada e automatizada. Sensores dispersos por toda a propriedade e interligados à Internet (Internet das Coisas) gerarão dados em grande volume (Big Data) que necessitarão ser filtrados, armazenados (computação em nuvem) e analisados. A força de trabalho humana não será capaz de gerenciar essa quantidade de dados e necessitará de algoritmos cada vez mais aprimorados por meio de técnicas de inteligência computacional e computação cognitiva para auxiliá-los no processo de análise”.

⁶³ As *startups* do agronegócio, chamadas AgTechs (em português, Agrotechs), são o signo atual da transformação digital no campo e os principais agentes que viabilizam a chamada Agricultura

“face” ou a “camada” atual de uma tecnosfera em muito sustentada pela informação digital e estrategicamente elaborada para o agronegócio globalizado, tendo em vista que, pela intencionalidade técnica que carrega e pelo caráter intenso em capital, torna-se ferramenta poderosa e restrita a determinados agentes e mesmo aos espaços tecnicamente mais densos e preparados para o emprego de tais tecnologias.

A densidade da informação é, ainda, responsável por adicionar uma nova camada digital ao território em função de outros interesses e estratégias de poder do agronegócio, como pode ser observado no processo de digitalização da governança da terra, que, no Brasil, avançou através de políticas públicas de regulação ambiental, especialmente via Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O CAR parece ser exemplo emblemático de como uma camada de informação digital somada ao território pode ser apropriada por interesses fundiários e de poder do agronegócio. Definido pelo artigo 29 da Lei 12.651/12 (Novo Código Florestal), o CAR é registro público e obrigatório para todas as propriedades rurais no território brasileiro, que integra informações ambientais de propriedades e posses rurais georreferenciadas para fins de monitoramento e planejamento ambiental e econômico, bem como de combate ao desmatamento (Korting, 2018).

Exigindo esforços técnicos e financeiros consideráveis, e mobilizando uma infinidade de informações digitais sobre o território, o CAR, no entanto, resultou em um mecanismo frágil e de fácil manipulação, visto que se apoia em autodeclaração dos informantes⁶⁴, teve por diversas vezes prazos de cadastro

4.0. A “Agrofy, empresa argentina e maior agrotech da América Latina, já possui moeda digital própria, o AgroPay, e sistema de crédito. Entre seus acionistas estão fundos de capital de risco de grandes corporações como a Yara, Bunge, Syngenta, Cresud e Brasil Agro” (Grain, 2022, tradução nossa). Um levantamento e atuação das agtechs brasileiras pode ser encontrado em Bertollo, Castillo e Busca (2022).

⁶⁴ “[...] o cadastrante necessita da identificação do proprietário/possuidor rural, da comprovação da posse ou propriedade e da identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas

adiados e resultou em um volume de informações de difícil averiguação por parte da sociedade ou mesmo do Estado brasileiro⁶⁵.

Ao georreferenciar e ter facilmente um documento provisório do Estado sobre determinada área sem a efetiva cobrança para ingresso no sistema fundiário ou prova robusta da posse, como já se viu ocorrer em alguns estados, o instrumento do CAR, que deveria cumprir uma importante finalidade de regularização ambiental, acaba sendo uma oportunidade de grilagem de terras públicas, viabilizando indevidamente a venda de terras públicas, ocupação de terras indígenas e UCs, entre outras ilegalidades, passando a ser usado como um importante instrumento para fraudes fundiárias e ambientais (CNMP, 2022, p. 25-26).

Assim, e com a publicização de dados digitais georreferenciados, abre-se margem para que proprietários de terras manipulem informações acerca das áreas de reserva, criando uma imagem de que o agronegócio preserva um volume imenso de áreas (reservas legais) no interior de propriedades agrícolas, além de declarações de posse sobrepostas a áreas ocupadas por comunidades tradicionais, terras indígenas, unidades de conservação ou terras devolutas (Korting, 2018; Grain, 2019; 2020)⁶⁶. Figurando, a princípio, como ameaça ao avanço da produção agrícola moderna, a apropriação e uso do CAR (e do próprio Código Florestal) pelos interesses fundiários, via uso e manipulação da informação digital, constitui uma verdadeira “revanche do agronegócio” frente às tentativas do Estado para uma regulação ambiental das propriedades rurais no país, como bem avalia o trabalho de Bühler *et al.* (2022).

de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas, e, caso existente, também da Reserva Legal” (Korting, 2018, p.10).

⁶⁵ Apenas para ilustrar tal situação, em publicação do Conselho Nacional do Ministério Público, foram identificados cerca de quarenta tipos de documentos empregados e aceitos para registro de propriedades no CAR, sendo que, no Brasil, apenas a Certidão de Registro da Propriedade Imobiliária (emitida por Cartório de Registro de Imóveis) é apta à comprovação de direitos de propriedade, revelando, portanto, a fragilidade do sistema. O documento ainda aponta que, em determinadas unidades da federação, há dispensa de autenticação de documentos, o que torna o CAR irregularmente uma pretensa forma de comprovação de direitos fundiários (CNMP, 2022, p.18).

⁶⁶ As propriedades rurais registradas no CAR e sobrepostas a Terras Indígenas, por exemplo, podem ser conferidas em: <https://deolhonosruralistas.com.br/car-indigenas/>. Acesso em: 31 maio 2023.

Por fim, somaríamos ao fenômeno de digitalização que caracteriza esta nova tecnosfera do agronegócio, um importante desdobramento com evidentes implicações sociais, qual seja, os esforços em tratar a terra como ativo financeiro, questão que fora levantada por Harvey (2013, p. 470) e bem trabalhada, inclusive, em seus aspectos controversos, por Fix e Paulani (2019). No atual contexto de crise de acumulação, é pela força e aceleração do processo de financeirização da economia e da extensão do capital portador de juros a todos os setores produtivos (Chesnais, 2005), que mecanismos complexos são hoje operados por grupos de capital aberto, produzindo uma corrida pelo controle de vastas extensões de terras com potencial de valorização (exigindo acesso a informações estratégicas e esquemas típicos de especulação), em geral lançando mão de práticas ilícitas, ainda que assentadas na transparência da informação digital.

Tal processo, atrelado a mecanismos que permitem vincular e extrair da terra ganhos na esfera financeira (empresas especializadas na compra e venda de terras, com capital aberto, por exemplo), deriva comumente de práticas que em geral foram conceituadas como *land grabbing* (Borras Jr. *et al.*, 2012). Tornando a informação fundiária um dado “transparente” a investidores diversos (distantes e sem compromisso algum com o território), o processo de digitalização da terra (largamente estimulado e financiado mundo a fora por instituições como o Banco Mundial) leva à valorização, cercamento e, mesmo, ao “apagamento” de territórios historicamente ocupados por comunidades tradicionais, a partir do “redesenho digital da terra” como propriedade privada (Grain, 2020)⁶⁷.

⁶⁷ Conforme relatório da Grain, mais uma vez os mecanismos de digitalização da governança da terra pelo CAR exemplificam potenciais prejuízos à nação: “[...] até março de 2019, apenas 6% do território cadastrável ou 34,5 milhões de hectares foram declarados como terras indígenas, territórios quilombolas e territórios de povos e comunidades tradicionais no Sistema de Informações do CAR (SICAR), embora dados oficiais indiquem que apenas a área de territórios indígenas compreenda 117 milhões de ha, o que equivale a 13,7% do território nacional (FUNAI/2020). Por outro lado, embora as bases de dados oficiais do governo apontem que cerca de 43% do território do país seja constituído por áreas privadas, foram declarados como *imóvel rural particular* no cadastro de terra do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), uma área que corresponde a 91% do território nacional” (Grain, 2020, tradução nossa), nítido esforço do maior processo de grilagem de terras públicas, devolutas ou de comunidades tradicionais no país.

Assim, é pela adição de uma camada digital de informação ao território que o mesmo é passível de um novo poder de governo, e cada vez mais passa a ser controlado de modo a manter interesses do agronegócio. Mas, mesmo a transparência e eficácia da informação digital requer, a seu lado, narrativas convincentes à manutenção das formas de ação e da hegemonia do agronegócio, exigindo a elaboração de uma psicofera também eficiente.

Poder da informação e psicofera: Frentes e táticas na construção da hegemonia do agronegócio

No Brasil contemporâneo, não é novidade o modo como setores produtivos ligados à agricultura e pecuária são lidos como fundamentais à sustentação da economia, destinando ao chamado agronegócio uma importância e um peso na condução de políticas, que viabilizam sua competitividade, inclusive em detrimento de outras atividades econômicas. É assim que normas são formuladas, isentando a produção agropecuária de uma série de impostos e taxas, que planos safra robustos viabilizam custeio a juros baixos (subsidiados pelo Estado, a partir de esforços conjuntos da nação), além de uma captura sistemática de fundos públicos voltados à construção de caras infraestruturas que corrigem gargalos e conferem competitividade ao campo moderno.

Caberia ainda reconhecer o papel de uma robusta bancada ruralista, que viabiliza por dentro do aparelho de Estado tal suporte, e que, diretamente oriunda de classes arraigadas ao rentismo do latifúndio ou das classes que operam o moderno agronegócio, defende e legisla em proveito próprio. Tal condição revela, para além de estruturas e amarras históricas ligadas à própria conformação da sociedade e do território nacionais, o poder com que o agronegócio hoje manipula a informação e, tecendo táticas e estratégias em diferentes frentes de ação, elabora narrativas convincentes e eficazes quanto a seus propósitos de acumulação e manutenção de hegemonia.

A própria noção de agronegócio aciona narrativas que portam intenções em nada neutras. Sua gênese é localizada nos EUA, a partir das elaborações de

Davis e Goldberg que, em 1957, empregaram pela primeira vez o termo “*agribusiness*” para descrever “[...] operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma nova espécie de setor de atividade econômica” (Delgado, 2012, p. 89), avaliando, ainda, o desempenho integrado de tais operações e visando propor “[...] soluções sistêmicas para o setor como um todo” (Barros, 2022, p. 4).

Frente à defesa de um conceito “puramente técnico” e alinhado às possibilidades de alavancar e proteger os negócios no campo, Delgado (2012) nos oferece uma conceituação outra, capaz de captar mais precisamente os significados sociais e políticos do fenômeno no Brasil contemporâneo: “[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2012, p. 94).

A intenção de afirmação do agronegócio como “setor” no Brasil não pode ser outra senão a de fortalecer tais atividades em bloco, costurando no interior do “setor” interesses comuns de agentes por vezes muito diversos, produzindo consensos passíveis de serem encenados (Pompeia, 2020b, p. 10)⁶⁸.

Ao evidenciarem a participação do *agribusiness* (como noção) na economia nacional, muito superior àquela da agricultura tomada separadamente, esses atores têm conseguido angariar credibilidade perante parte da opinião pública, e, com isso, obter maior potencial de convencimento e pressão sobre o Estado (Pompeia, 2020a, p. 208).

⁶⁸ O extenso trabalho de pesquisa de Caio Pompeia (2020b) aponta para a formação de uma nova concertação política em torno da defesa do “agro”, ganhando contornos atuais e mais força a partir da década de 2010, para o enfrentamento de temas que figuram como ameaças ao agronegócio, como a agenda ambiental (especialmente em torno do Novo Código Florestal) e indígena (como explícito na ideia de um marco temporal para as demarcações). O autor aponta que tal representatividade econômica “ampla” do agronegócio resulta, ainda, de uma ação orquestrada por um grupo político muito menor, capaz de articular-se estrategicamente ao Estado em defesa de seus interesses.

No entanto, como os ganhos materiais do “setor” não são diretamente endereçados ao conjunto da nação, a ideologia é ingrediente fundamental para a afirmação de uma imagem outra do “agro”, constituindo narrativas que corroboram e sustentam suas práticas hegemônicas. É assim que “[...] a ideologia também funciona como forma de regular uma certa distância com o encontro, sustentando exatamente aquilo que quer evitar no nível da realidade” (Kahil, 2021, p. 25)⁶⁹. Nosso argumento, talvez, reste mais “palpável” a partir de um conjunto de evidências empíricas, ainda que não exatamente materiais (Santos, 1994), reveladoras de diferentes frentes de ação da psicosfera do agronegócio no Brasil contemporâneo.

Uma primeira frente de ação resulta exatamente da produção de informações e da sua manipulação, sobrestimando, por exemplo, a importância do agronegócio no conjunto da economia. No Brasil, tal exercício se assenta na legitimidade e no prestígio acumulados na academia, e é realizado pelo CEPEA/USP, desde 1996, com apoio e recursos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O cálculo difere da metodologia do IBGE, e reconhece e divulga que, desde a última virada de século, o agronegócio (assumido como “setor”) é, em média, responsável por cerca de 25% do Produto Interno Bruto nacional⁷⁰. O cálculo não resulta exatamente de preocupações de investigação científica totalizantes, mas sobretudo é elaborado para subsidiar (além da

⁶⁹ Cabe aqui fazermos referência à tese levantada por L. Althusser, nos anos 1960, pela qual o autor aponta que “[...] toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras delas derivadas), mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas” (Althusser, 2022, p. 97-98). O autor também aponta que toda a ideologia se expressa, ora ou outra, de forma material, ou seja, ganha contornos materiais, inscritos em práticas sociais e individuais. Daí o conteúdo ideológico que a psicosfera carrega, ao estender-se, como uma esfera relativamente “autônoma”, ao próprio conteúdo do território (Santos, 1994, 1996).

⁷⁰ Para o ano de 2022, por exemplo, o “PIB do agronegócio” corresponderia, no cálculo do CEPEA, a 24,8% do PIB brasileiro (CEPEA/Esalp/USP, 2023). Na metodologia do IBGE, que calcula exclusivamente o produto a partir do conjunto de gêneros oriundos da agropecuária (agricultura e criação de animais), o PIB do setor agropecuário, para o mesmo ano de 2022, corresponderia a cerca de 6,8% do PIB nacional (IBGE, 2023). A diferença, portanto, é imensa, o que revela a forma como as narrativas do agro ganham lugar, seja na academia, seja na mídia e também dentre parlamentares aliados.

própria CNA, como entidade de classe) a defesa de interesses e a legitimidade de tais agentes frente a qualquer de suas exigências ao Estado, e comumente é acionado pela bancada ruralista em seus discursos e argumentos.

A metodologia adotada soma o produto de instâncias produtivas que antecedem a produção agropecuária (o que denominam de “antes da porteira”), a produção agropecuária propriamente dita (o “dentro da porteira”), os resultados da agroindústria, e, parcialmente, as atividades de distribuição, consumo e também uma infinidade de “agrosserviços” associados (compondo um imenso “depois da porteira”). Com o argumento de que este é o raciocínio necessário para caracterizar integralmente o agronegócio como “setor”, o que se alcança, em termos de volume, é uma “multiplicação dos pães e peixes”, como apontaram Mitidiero Junior e Goldfarb (2021, p. 12). Se o resultado de tal exercício é muito ou pouco preciso, isso é o que menos importa, tendo em vista que o chamado “PIB do agronegócio” é sistematicamente divulgado e afirmado pela classe do agro e pela mídia por ela financiada. Assim, tal feito ainda sustenta mecanismos que permitem um superdimensionamento de sua representatividade política junto à opinião pública e ao Estado (Pompeia, 2020a, p. 3).

Outra frente explora o mesmo mecanismo de razão científica e, também ancorada no prestígio de instituições reconhecidas, presta-se a elaborar narrativas convincentes a partir de exercícios controversos de interpretação da realidade, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento das questões ambientais (Rajão *et al.* 2021). Este é o caso de pelo menos de parte da Embrapa Territorial, que atuou frente à elaboração de narrativas que sustentam interesses do agronegócio, revelando a emergência de “*personas*”⁷¹ absolutamente

⁷¹ “[...] o ente mercado manifesta-se através de *personas*, isto é, de defensores dos seus interesses inseridos em diferentes entidades da sociedade civil (como exemplificam alguns órgãos da imprensa e associações de classe) e no Estado. Diferentemente de porta-vozes, estas *personas* formulam o ente que defendem, fazendo dos interesses atribuídos a este ente uma espécie de plataforma legitimadora dos interesses de terceiros e dos seus próprios. Afinal, a reflexividade exacerbada constitui uma das características centrais do novo economicismo, cada vez mais

engajadas em tal propósito, como parece ser o caso de Evaristo de Miranda (Esteves, 2021). Compondo o quadro técnico da Embrapa Territorial (da qual foi diretor por diversos mandatos), Miranda encarna tal tipo de tarefa. Aqui, podemos encontrar uma correspondência direta entre o trabalho técnico que subsidia a produção, e os usos e resultados de tais esforços também para a elaboração de uma psicosfera de valoração e de legitimação do agronegócio.

A partir de extenso levantamento de informações nos registros públicos de sessões da Câmara e do Senado (entre 2005 e 2020), o estudo de Rajão *et al.* (2021) aponta, por exemplo, referências frequentes e numerosas, em sua maioria concordantes, às afirmações de Evaristo de Miranda por parte dos parlamentares brasileiros da bancada ruralista que, assim, e pretensamente ancorados em dados seguros, prestam-se a defesas intransigentes de interesses do agronegócio no país, especialmente na ocasião em que se debatia o novo Código Florestal Brasileiro (2009)⁷².

O caso da Embrapa Territorial é emblemático para pensarmos a mobilização de um sofisticado aparato técnico digital para estratégias de ordenamento territorial (como é o caso do Sistema de Inteligência Territorial Estratégico – SITE), que delimitou tecnicamente a região do Matopiba⁷³,

apresentado como substituto do discurso político e dos enunciados das instituições sociais” (Ribeiro, 2013, p. 304).

⁷² Apenas como exemplo, apoiando-se em dados autodeclaratórios do CAR para elaborar uma narrativa de preservação ambiental pelo agronegócio, Evaristo de Miranda (que compôs a equipe de transição e chegou a ser convidado para assumir o Ministério do Meio Ambiente, no governo Bolsonaro), defendeu, em diferentes ocasiões, que o país possui excesso de áreas protegidas no Código Florestal, excesso de terras indígenas e quilombolas, sugerindo que a legislação que sustenta a preservação do patrimônio ambiental e sociocultural implica em prejuízos à expansão da agropecuária. Publicações não exatamente científicas, vídeos divulgados na internet, palestras e opiniões polêmicas emitidas em diversas ocasiões são algumas das táticas para a afirmação de narrativas convincentes e poderosas (Esteves, 2021; Rajão *et al.*, 2022), capazes de orientar e “legitimar” decisões parlamentares. Várias afirmações e argumentos de Evaristo de Miranda foram checadas e desmentidas, por exemplo, pelo Observatório do Clima (disponível em: <https://www.oc.eco.br/agromitometro-evaristo-de-miranda/>).

⁷³ Em que pese aparecerem para as diversas porções do país, o Matopiba é espaço emblemático no que diz respeito a elaboração de narrativas de modernização. Espaço marcado por processos de valorização e especulação fundiária, há esforços contínuos em criar uma imagem da região como “última fronteira do agronegócio nacional”, ao mesmo tempo em que a agricultura moderna é

afirmando-a como “espaço estratégico” de desenvolvimento do agronegócio no país (Souza; Pereira, 2019), esforços a que Evaristo de Miranda esteve diretamente ligado. É assim que, “com a difusão dos interesses do ente mercado, estes defensores adquirem uma relevância política e econômica que de outra forma não teriam. Tornam-se convincentes, ‘modernos’, racionais e eficazes” (Ribeiro, 2013, p. 304).

Se instituições de Estado e *personas* efetivamente se voltam à elaboração de tais narrativas, a veiculação de tais ideias pela grande mídia (aparelho ideológico por excelência) constitui outra frente de ação. Apoiadas em fartos recursos bancados por empresas do setor, proliferam-se nas últimas décadas campanhas em defesa do agronegócio em canais de TV aberta, cujo alcance e capilaridade são imensos no território.

De forma continuada, a mais evidente é a campanha da Rede Globo (“Agro – A indústria-riqueza do Brasil”), veiculada desde 2016 (Mitidiero Jr.; Goldfarb, 2021) e que se presta a afirmar a “pujança e importância do agro” no conjunto da sociedade e da economia nacional, incluindo desde os elementos da paisagem *high-tech* do campo moderno, bem como novas táticas que ultimamente incluem (sob uma esfera romantizada e também sob certo corte de gênero) a chamada agricultura familiar e, inclusive, supostas práticas quilombolas, como se tudo fosse e compusesse o agronegócio, como podemos constatar em propagandas veiculadas em 2023. Outra emissora de canal aberto, a Rede Bandeirantes (que também controla canais fechados com conteúdo exclusivo do agronegócio), lançou em 2017 uma campanha própria (a “Somos Agro”). A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que encarna a bancada ruralista, homenageou em 2022 a TV Bandeirantes (na “categoria veículo”), a CNN (“imprensa política”) e o Valor Econômico (“destaque FPA na mídia”), reconhecendo a importância de veículos

exaltada e problemas sociais e ambientais omitidos. Os trabalhos de Souza (2018) e Coguetto (2019) avaliam aspectos da psicosfera do agronegócio na região.

e jornalistas “parceiros”⁷⁴ (Ramos, 2022). Trata-se, dentre tantos outros exemplos, de ações capazes de manipular subjetividades e elaborar consensos, revelando a opção e participação da grande mídia no projeto hegemônico do agronegócio.

Elias (2022, p. 127) reconhece as fabulações em torno do agronegócio como “nós a serem desatados” para a construção de uma sociedade democrática. A tais tipos de elaborações da mídia, a autora soma à psicofera do “agro”, situações recentes a que a educação brasileira fora exposta, a partir, por exemplo, de certos movimentos (como o chamado “Mães do Agro”), que, “vigiando” conteúdos minimamente críticos ao agronegócio em materiais didáticos, ganharam evidência no governo de extrema direita de Bolsonaro (2019-2022). Trata-se de outra frente acionada pelo agronegócio que, criticando o que afirma ser ideológico, e visando censurar qualquer crítica ao setor em materiais de ensino, defende uma imagem de afirmação do “agro” como riqueza e necessidade de toda a nação, buscando produzir consensos de valoração.

Ainda no plano de ações voltadas à elaboração direta de narrativas de defesa do agronegócio, e visando sustentar com informações e argumentos a atuação dos parlamentares da bancada ruralista, cabe destacarmos a atuação de instituições muito mais robustas, como é o caso do Instituto Pensar Agro (IPA),

⁷⁴ “Se a indústria e o comércio tivessem a eficiência e a pujança do agro, nosso país seria muito melhor”, opinou o vice presidente do grupo Bandeirantes e pecuarista Paulo Saad, na cerimônia organizada pela FPA para a entrega da homenagem, em Brasília, evento que contou com a presença da então ministra da agricultura. “Segundo Saad, a defesa das pautas do agronegócio é mesmo um ‘compromisso’ desde a origem da empresa, há 85 anos. Entre os assuntos de convergência, ele citou a propriedade privada, o acesso ao crédito e a ‘garantia de segurança’ [...] ‘Mobilizamos nossas câmeras e microfones’, admitiu o empresário, antes de afirmar que o grupo ajudou a levantar bandeiras, como a da aprovação do Código Florestal, e de agradecer outros ‘parceiros’: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Embrapa e Confederação Nacional da Indústria (CNI). ‘Todos os veículos do Grupo Band estarão ao lado de vocês [FPA]. Podem contar conosco sempre’” (Ramos, 2022). As investidas do jornalismo da Bandeirantes em favor do agronegócio também são evidentes para a afirmação da tese do “marco temporal” para a demarcação de terras indígenas, propondo limitar as demarcações apenas às áreas ocupadas até o ano de 1988 (promulgação da Constituição Federal). Tal situação pode ser conferidas, por exemplo, em: <https://www.intercept.com.br/2021/09/05/indigenas-band-ruralistas-marco-temporal/>.

mantido por quarenta e oito entidades do “setor” no país (da ABAG, a associações de segmentos específicos, como a APROSOJA e ABCZ). Se o trabalho de instrumentalizar parlamentares é a tática direta, a afirmação de consensos sobre o que é de interesse do agronegócio no conjunto da sociedade também figura como intenção declarada de tal instituição⁷⁵. Mais uma vez, a elaboração interesseira de informações e o acionamento ideológico em tais posturas ganha contornos cínicos, como indicou Kahil (2021).

Considerações finais

Vale a pena insistirmos: se a tecnosfera, do modo como é hoje composta, por si só é reveladora das manifestações de poder, por que a necessidade de considerarmos também a psicosfera?

A informação hoje “colada” ao território e convertida em uma camada atualizada da tecnosfera, é cada vez mais digital, veloz e transparente. Ela desnuda conteúdos do território, convertendo-o potencialmente em uma “mercadoria padrão” (quase uma espécie de “*commodity*”), equiparando-o ao sinônimo absoluto de “negócio”, expondo-o à espoliação e dominação sistemáticas por parte de agentes hegemônicos. É assim que, hoje, a tecnosfera

⁷⁵ Instituições representativas dos interesses do agronegócio no Brasil não são recentes. Vale a pena lembrarmos que a CNA, por exemplo, foi criada em 1951. Já manifestando a defesa do *agribusiness* como “setor”, a ABAG é fundada em 1993, agrupando sobretudo empresas do agro. Criado em 2011, o IPA é hoje a principal entidade articuladora dos interesses do agronegócio e organicamente atrelada à Frente Parlamentar da Agropecuária, e encarna o novo momento da concertação política do “agro”- “[...] Por um lado, porque com o Instituto se avançou na construção de consensos entre os atores heterogêneos do campo do agronegócio, permitindo a agregação de representatividade; por outro, porque com ele se reestruturaram as conexões público-privadas nesse campo, fortalecendo a FPA” (Pompeia, 2020b, p.10). Recentemente, a instituição tem trabalhado para instruir parlamentares no enfrentamento de questões como a demarcação de terras indígenas, elaborando inclusive cartilhas em que tais estratégias são evidentes (vide o documento: <https://www.documentcloud.org/documents/23830579-fpa-marco-temporal-pl-490?responsive=1&title=1>). Como divulgado na página da instituição na internet, “[...] o IPA cumpre o propósito de representar a cadeia agropecuária brasileira junto às três esferas do poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), sendo responsável por divulgar informações do que é interesse do setor com transparência e alcance social, para que dessa forma, o entendimento do processo seja compreendido pela sociedade” (vide demais elementos em: <https://www.pensaragro.org.br/>).

permite potencialmente um movimento de disponibilidade imediata e absoluta da informação, ainda que isso ocorra de forma desigual no espaço.

O conteúdo do território é, ao extremo, orientado a tornar-se informacional e digital, para que também possa ser acessível, vigiável e passível de dominação por determinados agentes. O modo como a informação é hoje acionada e mobilizada revela-se eficiente sobretudo para um exercício de quantificação de conteúdos materiais, ou seja, se presta a captar e instrumentalizar a face numérica (digital) dos conteúdos e fenômenos no espaço, visando, em última instância, disponibilizá-los a exercícios de operação algorítmica. Mas só as informações qualitativas, traduzidas na linguagem típica das narrativas, são capazes de elaborar um sentido (ainda que interesseiro e enviesado) e tecer um enredo que capture subjetividades. Deste modo, a psicosfera traduz-se em instrumento capaz de elaborar um sentido e de prender de modo eficiente as subjetividades humanas. São estas narrativas que justamente tecem os mecanismos e táticas capazes não só de garantir o exercício do poder e da dominação, mas sobretudo de sustentá-los no tempo, assegurando assim a manutenção de hegemonias⁷⁶.

Foi isso o que aqui tentamos demonstrar, avaliando o modo como o agronegócio estabelece hegemonia frente à sociedade e ao território brasileiros neste início do século, através daquilo que cremos ser um meio e mecanismo fundamental ao exercício do poder: o controle e manipulação da informação estratégica, tanto nos aspectos que dizem respeito à dimensão material e

⁷⁶ A partir do raciocínio de Gramsci, Ana Clara Torres Ribeiro afirma: “A diferença entre dominação e hegemonia é que a dominação está vinculada às condições objetivas e a hegemonia inclui o controle das condições subjetivas, ou seja, é a condição objetiva mais a condição subjetiva. A hegemonia inclui a tecnoesfera e a psicosfera. Somente a tecnoesfera pela tecnoesfera não permite o controle e a reprodução da dominação e, portanto, o exercício da hegemonia, que é o que garante a reprodução da dominação. Desse modo, o que garante a reprodução da dominação e o exercício da hegemonia são as condições objetivas mais as condições subjetivas: não se consegue imaginar outro projeto para a vida social, ou acreditar que existam outros valores além daqueles que já estão sendo difundidos na sociedade neste momento” (Ribeiro, 2014, p. 185).

objetiva do território, a tecnosfera, quanto ao que concerne à elaboração de narrativas e ao acionamento de ideologias para a afirmação de uma psicofera. Temos claro que outros aspectos poderiam ser elencados e explorados, mas cremos que, com tal exercício, a situação geográfica (imbricada entre tecnosfera e psicofera) e as implicações sociais e políticas dela resultantes, puderam ser apontadas a partir de uma visão de conjunto, fundamental à compreensão da totalidade do processo.

A tecnosfera do campo moderno, orientada hoje pela informação, ansiada e exigida pela agricultura digital, bem como a digitalização da terra e do conteúdo geográfico dos lugares, força certo “alisamento” do território. Ela, de certo modo, vence constrangimentos da produção no campo e mesmo rugosidades próprias do espaço herdado, tornando-o, por vezes, invisibilizado aos olhos de investidores (tarefa nada difícil de ser completada, em tempos de prevalência das finanças). Ainda, em se tratando do uso técnico e interesseiro da informação, voltado à afirmação da própria tecnosfera, podemos hoje reconhecer mutuamente que, de algum modo, ele também produz resultados que nutrem a psicofera, ao mesmo tempo em que o emprego e a manipulação da informação usados para destacar a “grandiosidade e importância” do agronegócio por instituições do Estado e pela grande mídia, é também acionado para convencer e elaborar consensos. Assim, é importante pensarmos e combatermos as táticas que produzem e difundem a informação enviesada pela psicofera. Mesmo imprecisa, falsa ou manipulada, tal informação cumpre funções precisas e estratégicas, atendendo interesses corporativos. É assim que se estabelece o *modus operandi* dos agentes do agronegócio no Brasil hoje.

Em que pese constituírem-se ferramentas significativas e mesmo uma força produtiva tecnicamente elaborada, o amontoado de dados e a camada fria da informação digital, agora sobreposta ao território, por si só não têm inteligência ou poder algum de ação e são, portanto, incapazes de formular um futuro verdadeiramente novo. Assim, as novas técnicas apenas reconhecem

padrões e fazem correlações em função daquilo que fora predeterminado, atendendo a razões e intenções políticas pré-estabelecidas, quase sempre ancoradas em horizontes interesseiros e mesquinhos. Inverter as narrativas de poder que garantem e sustentam a ação hegemônica é, portanto, tarefa possível e indispensável, ainda que nada fácil.

Só aqueles que historicamente sobrevivem em situações adversas no campo, portando na memória experiências capazes de compreender a terra (e o trabalho na terra) em suas minúcias e com significados muito mais amplos, assim como aqueles que destinam ao alimento e à vida um ângulo de leitura não restrito a sinônimo de “negócio” (incluindo a produção de um conhecimento científico socialmente comprometido), podem de fato iluminar futuros verdadeiramente novos, capazes de trazer à sociedade narrativas outras, mapas e caminhos capazes de permitir outro “encontro com o real”.

Temos, portanto, no horizonte imediato, a necessidade de afirmarmos narrativas reveladoras do rosto humano do campo e da agricultura, que comportem e ofereçam uma leitura de cuidado com a terra e com a vida. O esforço político para tal é tamanho, e exige boa dose de ação para alcançarmos um outro plano de ideias e outro destino para a terra e seus usos.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022 [1983].

BARROS, G. S. de C. **Agronegócio: conceito e evolução**. Piracicaba: CEPEA-Esalq/USP, 2022.

BERTOLLO, M.; CASTILLO, R.; BUSCA, M. D. Internet das coisas (IoT) e novas dinâmicas da produção agrícola no campo brasileiro. **Confin**, 56, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confin.47229>. Acesso em: 4 maio 2023.

BORRAS Jr., S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02255189.2012.745394>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BÜHLER, È. A.; GAUTREAU, P.; OLIVEIRA, V. L. de. La revanche de l'agrobusiness brésilien: Usages et paradoxes de la régulation environnementale par le numérique. **Études Rurales**, v. 1, n. 209, 2022, p. 40-60. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etudesrurales.29568>. Acesso em: 2 maio 2023.

CASTILLO, Ricardo. **Sistemas Orbitais e Uso do Território**: Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro. 1999. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH-USP, São Paulo, 1999.

CASTILLO, R. A imagem de satélite: do técnico ao político na construção do conhecimento geográfico. **Pro-Posições**. v. 20, n. 3 (60), 2009, p. 61-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072009000300005>. Acesso em: 4 maio 2023.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Econômica Aplicada). **PIB do agronegócio brasileiro**. CEPEA-Esalq/USP, 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 17 maio 2023.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.

CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). **Cadastro Ambiental Rural**: Diretrizes para atuação do Ministério Público. Brasília: CNMP/GNDH/ABRAMPA, 2022.

COGUETO, J. V. **Território, finanças e land grabbing**: tecnoesfera e psicoesfera na tentativa de transformação da terra agrícola em ativo financeiro e a expansão da fronteira agrícola brasileira. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE, Unesp, Rio Claro, 2019.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, v. X, n. 218 (03), 2006, Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em: 19 maio 2023.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 113-135.

EMBRAPA. **Embrapa Agricultura Digital** (sítio na internet). Disponível em: <https://www.embrapa.br/agricultura-digital/historia>. Acesso em: 5 maio 2023.

ESTEVEVES, B. O fabulador oculto. **Piauí**. Ed. 174, março de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fabulador-oculto/>. Acesso em: 10 maio 2023.

FIX, M.; PAULANI, L. M. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 4 (157), p. 638-657, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954>. Acesso em: 3 maio 2023.

GRAIN. Digital fences: the financial enclosure of farmlands in South America. **Grain**. 21, set. 2020. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6529-digital-fences-the-financial-enclosure-of-farmlands-in-south-america>. Acesso em: 28 abr. 2023.

GRAIN. The digitalisation of land: more data, less land. **Grain**. 15, abr. 2022. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6832-the-digitalisation-of-land-more-data-less-land>. Acesso em: 28 abr. 2023.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R\$ 9,9 trilhões. **Agência IBGE Notícias**. Publicado em 02/03/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes>. Acesso em: 17 maio 2023.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: a modernidade perversa. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, n. 11, p. 217-220, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1997.0011.0016>. Acesso em: 19 maio 2023.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. In: KAHIL, S. P. (org.). **O tamanho do Brasil: território de quem?** São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 19-34. Disponível em: <http://nuclamb.geografia.ufrj.br/divulgacao-da-coletanea-o-tamanho-do-brasil-territorio-de-quem/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KORTING, M. S. O Cadastro Ambiental Rural e seus efeitos: política pública de regularização ambiental no território. **6º International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies**. Brasília: UnB, novembro, 2018. 26 p.

MASSRUHÁ, S. M. F. S.; LEITE, M. A. de A. Agro 4.0 – Rumo à Agricultura Digital. *Embrapa Publicações*. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1073150/agro-40---rumo-a-agricultura-digital>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MITIDIÉRO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tec, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária/Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

PEREIRA, M. F. V. Território e psicosfera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal. *In*: KAHIL, S. P. (org.). **O tamanho do Brasil**: território de quem? São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 271-285.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horiz. antropol.**, ano 26, n. 56, p. 195-224, 2020a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>. Acesso em: 4 abr. 2023.

POMPEIA, C. Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, 35 (104), p.1-17, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RAJÃO, R. *et al.* The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. *Biological Conservation*, Volume 266, February 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109447>. Acesso em: 10 maio 2023.

RAMOS, M. F. Band, CNN e Valor recebem “prêmios de imprensa” da bancada ruralista. **De olho nos ruralistas**. 01 de junho de 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/06/01/band-cnn-e-valor-recebem-premios-de-imprensa-da-bancada-ruralista/>. Acesso em: 18 maio 2023.

RIBEIRO, A. C. T. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. *In*: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (org.). **Brasil**: território da desigualdade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 44-55.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. (Volume 4). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p.293-310.

RIBEIRO, A. C. T. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, A. C. T. A voracidade do poder: dimensões do território usado. *In*: KAHIL, S. P. (org.). **O tamanho do Brasil**: território de quem? São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 57-67.

SAMPAIO, M. de A. P.; PEREIRA, M. F. V. Trabalho escravo: a barbárie que o agro esconde. **Outras Palavras**. 12 de maio de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/trabalhoescravo-a-barbarie-que-o-agro-esconde/>. Acesso em: 24 maio 2023.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: Como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. **Economia espacial**: Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 31-43.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, G. V. A. de. Agronegócio, cotidiano e a elaboração de uma psicofera modernizadora na região do Matopiba. **ACTA Geográfica**, v. 12, n. 30, set./dez. de 2018, p. 16-34. Disponível em: <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v12i30.4833>. Acesso em: 1 abr. de 2023.

SOUZA, G. V. A.; PEREIRA, M. F. V. MATOPIBA: A inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta. **Revista NERA**, n. 47, 2019, p. 22–45. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6264> . Acesso em: 25 maio 2023.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PSICOSFERA NO CAMPO MODERNIZADO E NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO E CIRCUITOS DA ECONOMIA AGRÁRIA

Heloísa Santos Molina Lopes

Introdução

Para Milton Santos (1996), o espaço geográfico é um híbrido, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, mediados por normas. Com a unicidade técnica promovida pela globalização, o mundo pode ser compreendido por meio de duas dimensões também indissociáveis: a tecnosfera e a psicosfera, que funcionam de modo unitário (Santos, 1996, p. 257). Tecnosfera e psicosfera são dependentes da ciência e da tecnologia, mas enquanto a tecnosfera está mais diretamente ligada à esfera dos objetos, a psicosfera está mais diretamente ligada à esfera da ação (*ibid.*, p. 257).

Assim como a tecnosfera não é sinônimo de sistema de objetos, da mesma forma, psicosfera não é sinônimo de sistema de ações, mas poderia ser definida como um conjunto de ideários, discursos, ideologias e imaginários responsável por conformar o pensamento hegemônico, viabilizando a difusão do meio técnico-científico e informacional e embasando política e socialmente a globalização (*ibid.*, p. 256). Compreendida dessa forma, a psicosfera é parte intrínseca das dinâmicas territoriais, além de uma dimensão indispensável para as reflexões socioespaciais. Por isso, este capítulo busca explorar o papel da psicosfera no processo de modernização do campo e da produção de alimentos.

Entende-se por modernização, o processo de substituição de um modelo tradicional por meio da assimilação de progressos tecnológicos, ainda que sua difusão seja restrita, e que não haja generalização desse padrão ao conjunto das atividades produtivas ou a todos os agentes de um mesmo setor.

No contexto brasileiro, o processo de modernização que marcou a segunda metade do século XX teve características excludentes e, por isso, convencionou-se denominá-lo de modernização conservadora (1965-1985),⁷⁷ pois manteve a economia nacional dependente de dinâmicas externas e das economias dos países centrais, o que, no campo, significou a manutenção dos incentivos às culturas de exportação, cada vez mais integradas aos sistemas agroalimentares mundiais.

Como tentativa de aprofundar o debate acerca do papel da psicosfera nos processos de modernização do território e, principalmente, do campo brasileiro, o presente capítulo foi organizado em três partes, além dessa introdução. Na primeira parte, é apresentada a relação entre psicosfera e ideologia da modernização no campo brasileiro; em seguida, discorre-se sobre como este processo de modernização alterou todo o circuito espacial de produção de alimentos, influenciando os padrões alimentares brasileiros. Por fim, nas considerações finais, é apresentada a discussão sobre o papel das políticas públicas e do planejamento territorial na estruturação de uma tecnosfera e de uma psicosfera que alteraram profundamente o sistema alimentar brasileiro.

⁷⁷ A expressão faz referência ao “pacto político conservador tecido entre a burguesia nascente e os oligarcas terratenentes, fenômeno político que aconteceu originalmente na Alemanha e Japão para edificarem uma sociedade capitalista, mas totalitária e autocrática” (Pires; Ramos, 2009, p. 412). Quando utilizada no contexto brasileiro, refere-se ao pacto que “condicionou a formação de uma burguesia dependente, que não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática” e “[...] responsável por criar obstáculos ao acesso democrático à terra por parte das classes inferiores, concentrando-se, assim, ao longo da formação e da evolução econômica brasileira, nas mãos de médios e grandes proprietários rurais” (*ibid*, p. 412).

Psicosfera e ideologia da modernização no campo brasileiro

Ainda que o campo seja comumente tomado como símbolo de atraso, o Estado brasileiro atuou como incentivador de processos de modernização da agricultura em vários momentos ao longo da história. Mas, a partir do golpe militar de 1964, o governo teve papel central no estímulo à modernização conservadora da agricultura, garantindo a manutenção da estrutura fundiária, estimulando a adesão aos métodos produtivos ligados à Revolução Verde e garantindo crédito agrícola a setores específicos, geralmente ligados aos Complexos Agroindustriais e integrados ao comércio internacional de produtos agrícolas (Elias, 2003; Delgado, 2012). Este modelo, fortemente financiado pelo Estado, entrou em declínio com a crise econômica da década de 1980, que abriu as portas para as políticas neoliberais do período subsequente.

A década de 1990 foi marcada pelo avanço do neoliberalismo. A integração entre setores agrícolas, agroindustriais e bancários estava relacionada tanto à necessidade de financiamento das atividades agropecuárias, que não contavam mais com crédito estatal abundante quanto com o interesse financeiro de grandes bancos na produção agrícola e no mercado de terras (Delgado, 2012). Nesta época, verificou-se também o crescimento da atuação de transnacionais e *tradings* agrícolas no país. Nesse contexto, somente os agentes mais capitalizados foram capazes de se adaptar, superando o modelo tradicional de produção baseado no uso intensivo da terra e da força de trabalho, para o novo padrão produtivo, próprio do período técnico-científico e informacional, baseado em capital intensivo, tecnologia e informação (Elias, 2003). Ou seja, a modernização conservadora da agricultura e do campo brasileiros foi seletiva e profundamente excludente.

Na atualidade, a ideologia da modernização se expressa de modo mais completo nas regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2011), que são as formas hegemônicas da economia agrária, identificadas com o que Milton Santos (1978) denominou de circuito superior da economia. As RPAs são regiões que

concentram os maiores investimentos, sejam eles públicos ou privados, com o objetivo de garantir o atendimento às exigências dos capitais hegemônicos, sempre sedentos de infraestruturas, pois essas infraestruturas são fundamentais para a manutenção da competitividade do agronegócio globalizado.

Entretanto, como a modernização do campo brasileiro foi territorial e socialmente seletiva e excludente, as agriculturas tradicionais e a agricultura familiar foram inseridas de maneira subordinada nesse processo de modernização, com possibilidades restritas de acessar aquelas infraestruturas, sejam elas voltadas à produção, à comunicação ou ao transporte. Essas formas menos modernizadas de agricultura compõem o circuito inferior da economia agrária.

A psicossfera dominante, que trata a modernização conservadora do campo como única alternativa viável ao desenvolvimento de amplas regiões do país, e tão bem representada pela campanha publicitária “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, da Rede Globo de Comunicação,⁷⁸ faz com que qualquer questionamento ao modelo produtivo adotado pelo agronegócio seja uma tarefa delicada. A associação direta entre o agronegócio e a produção de alimentos e de matérias-primas, bem como à abundância alimentar e ao abastecimento de um setor industrial pujante, mascaram um cenário de crescimento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, assim como de desindustrialização no país (Lamoso, 2013).

⁷⁸ A campanha publicitária “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo” é veiculada desde 2016. “A Rede Globo, por meio dessas peças publicitárias, oculta informações aos consumidores/telespectadores sobre como e por quem são realmente produzidos os diversos produtos agropecuários que chegam às mesas da população e, sobretudo, sobre as demais relações socioprodutivas que existem além do rural como espaço produtivo” (Santos; Silva; Maciel, 2019, p. 57). “A campanha aqui analisada conta com grande poder de mercado, a audiência e o processo de constituição de formação de opinião de massa da Rede Globo de Televisão, que consegue construir uma imagem positiva de sistema produtivo, sendo o agronegócio propagado como a única saída para o dinamismo do campo e modelo de negócio de sucesso – não só para o rural, já que, em meio a reflexos de uma crise econômica, ‘manteria o crescimento do Brasil’ a partir da ‘indústria-riqueza do Brasil’” (*ibid.*, p. 59).

Os imperativos da competitividade tratados por Mait Bertollo em outro capítulo desta obra (A capilarização da informação nas cidades e no campo no Brasil e a emergência de uma psicosfera no planejamento e desenvolvimento territorial) fazem com que os investimentos públicos sejam direcionados ao atendimento das demandas do circuito superior da economia agrária, em detrimento das demandas do circuito inferior, reforçando processos de exclusão e de disparidades regionais historicamente presentes no território brasileiro. Assim, enquanto o país bate recordes de produção e exportação agrícolas, o índice de inflação dos alimentos supera a inflação geral, e a insegurança alimentar, a fome e a desnutrição infantil aumentam de forma alarmante. Mas, verificamos que juntamente a esse crescimento da fome e da insegurança alimentar, cresce também o consumo de alimentos ultraprocessados⁷⁹ e de baixo valor nutricional.

Circuitos espaciais de produção de alimentos e a modernização que chega à mesa

Presenciamos uma alteração nos padrões alimentares da população brasileira, pois a ideologia da modernização chega também à mesa. Embora historicamente os alimentos *in natura* ou minimamente processados fossem mais acessíveis às camadas mais pobres da população, sendo os alimentos processados mais comumente consumidos pelas classes médias e altas, verificamos que hoje toda a população tem acesso aos alimentos ultraprocessados, e em quantidades cada vez maiores. Ao mesmo tempo, o

⁷⁹ Segundo o sistema de classificação NOVA (Monteiro, *et al.*, 2010), alimentos e bebidas ultraprocessados (agrupados no Grupo 4) “não são propriamente alimentos, mas, sim, formulações de substâncias obtidas por meio do fracionamento de alimentos do primeiro grupo [alimentos *in natura* ou minimamente processados]. Essas substâncias incluem açúcar, óleos e gorduras de uso doméstico, mas também isolados ou concentrados proteicos, óleos interesterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivamente industrial. Alimentos ultraprocessados são frequentemente adicionados de corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos” (NUPENS, 2020).

encarecimento dos alimentos *in natura* faz com que as classes populares vejam seu acesso a esses alimentos cada vez mais restringido.

O acesso aos alimentos, quando há a possibilidade de escolha, está ligado a uma série de fatores, que vão desde a palatabilidade até o preço, passando por aspectos sociais e culturais.⁸⁰ Walter Belik (2020, p. 7-8) chama a atenção para a baixa diversidade presente no consumo alimentar da população brasileira ao destacar que apenas 10 produtos concentram mais de 45% do consumo alimentar per capita no país. Nesses 10 produtos encontramos apenas uma fruta, a banana, e nenhuma verdura ou legume. Esses alimentos são, em ordem decrescente: o arroz, o feijão, o pão francês, a carne bovina, o frango, a banana, o leite, os refrigerantes, as cervejas e o açúcar cristal (*Ibid.*, p. 8).

Essa baixa diversidade alimentar, aliada a uma padronização dos alimentos nas diferentes regiões geográficas e também em áreas rurais e urbanas, foi chamada pelo autor de “monotonia alimentar” (*ibid.*, p. 09), e contraria todas as orientações quanto a uma alimentação saudável, como as apresentadas no Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) e no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos (Brasil, 2019).

Esses documentos recomendam que a alimentação seja baseada em grande variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados, e prioritariamente de origem vegetal (Brasil, 2014, p. 30-31). Quanto à alimentação infantil, além dessa recomendação, agrega-se a de amamentar as crianças até os dois anos ou mais, sendo que nos primeiros seis meses a recomendação é de amamentação exclusiva, ou seja, não havendo a necessidade de oferecimento de nenhum outro alimento ou bebida às crianças (Brasil, 2019, p. 23). Após os seis meses, recomenda-se a introdução de alimentos *in natura* e minimamente

⁸⁰ “A escolha dos alimentos está relacionada com características ligadas ao paladar da população e com aspectos sociais, culturais e econômicos de consumo. E o aumento ou a diminuição na demanda dos alimentos estão associados a fatores como mudança de hábitos (induzidos ou não pela publicidade), questões demográficas, preços praticados e renda dos consumidores” (Belik, 2020, p. 7).

processados, sendo possível a oferta de alguns alimentos processados, desde que “em pequenas quantidades e eventualmente”, como pães e queijos, enquanto os alimentos ultraprocessados não devem ser oferecidos a crianças menores de 2 anos (*Ibid.*, p. 68-69).

Mas essas recomendações não são garantia de acesso à alimentação saudável. O Atlas das Situações Alimentares no Brasil destaca, a partir de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambas realizadas pelo IBGE, que, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2018, duas tendências distintas se evidenciaram em relação ao acesso aos alimentos: no período de 2004 a 2013 “houve redução tanto da quantidade quanto da proporção de domicílios em situação de fome e risco de fome no Brasil”, mas, “no período seguinte, entre 2013 e 2018, essa tendência se inverteu, havendo aumento da quantidade e da proporção de domicílios em ambas as situações” (Ribeiro Jr. *et al.*, 2021, p. 88). A fome no Brasil é registrada também pela Organização das Nações Unidas. Se em 2014 o Brasil comemorou a saída do Mapa da Fome, em 2015 voltou a figurar nele (FAO, 2014; 2015). Ou seja, para uma parcela da população, a questão do acesso aos alimentos não é apenas uma questão de alimentação saudável ou não, mas de falta de garantia à alimentação e convivência com a fome.

A situação se agravou com a pandemia de COVID-19. O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil ressaltou que o empobrecimento progressivo pelo qual passava a população brasileira antes da pandemia, somado à falta de suporte adequado do Estado, contribuíram para a composição de um quadro no qual “entre o final de 2021 e início de 2022, os moradores de pouco mais de 40% dos domicílios tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em SA [Segurança Alimentar]” (Rede PENSSAN, 2022, p. 36). A pesquisa mostra ainda que o consumo de frutas e hortaliças/vegetais vem diminuindo em todo o país, principalmente entre a população mais pobre, nos lares onde a pessoa de

referência é preta ou parda, ou nos quais essa pessoa é mulher, em domicílios com crianças, nas regiões norte e nordeste e também no campo. Ou seja, mesmo em domicílios onde não há fome, o acesso à alimentação saudável pode não ser uma escolha possível.

Isso se deve, em parte, à associação entre a queda da renda das famílias e um relativo barateamento dos alimentos processados e ultraprocessados. Esse relativo barateamento está relacionado à otimização de processos industriais e, principalmente, a um barateamento relativo de matérias-primas da indústria alimentícia, como soja, milho e cana-de-açúcar, devido ao apoio governamental a essas culturas e ao agronegócio (Maia, *et al.*, 2020), muito superior ao oferecido pelas políticas públicas destinadas à produção de alimentos pela agricultura familiar, segmento que historicamente é responsável pela produção de frutas, verduras e alimentos minimamente processados, como o arroz e o feijão (ainda que a produção desses últimos venha sofrendo processos de concentração e produção por outros segmentos agrícolas).

Nos últimos anos, os brasileiros têm comprado mais refeições prontas ou produtos processados e ultraprocessados. Em 16 anos, enquanto o consumo de alimentos in natura teve queda de 7%, os alimentos ultraprocessados subiram 46% [...] Fatores como falta de tempo, preço atrativo e exposição à propaganda influenciam nessa mudança de hábito alimentar (Belik, 2020, p. 16).

O papel da propaganda ganha destaque na pesquisa de Valter Palmieri Jr. (2017), que evidencia a forma como a indústria de alimentos se aproveita da necessidade de diferenciação social pelo consumo, investindo em determinados produtos ditos “de alta qualidade” ou *gourmet*. Esse processo de diferenciação social é tributário da ideologia da modernização, pois “aderir aos novos padrões alimentares que se desenvolviam no Brasil com a industrialização e urbanização significava associar-se aos valores modernos” (Palmieri Jr., 2017, p. 168).

Ainda que muitas vezes os maiores investimentos das indústrias de alimentos se concentrem em embalagens e marketing, esses produtos tornam-se objeto de desejo, criando novas valorações para seu consumo, a partir da

segmentação do mercado. O efeito demonstração, entendido como a capacidade que o padrão de consumo das classes dominantes possui de tornar-se hegemônico, ou de, ao menos, se tornar o padrão almejado pelas classes mais baixas, gera demanda através da imitação e garante o crescimento do consumo desses alimentos.

Em uma sociedade desigual como a brasileira, onde o consumo conspícuo ou ostentatório (Baudrillard, 1995, 2008; Bourdieu, 2007) contribui para a segmentação do mercado de alimentos e para a gourmetização, entendida como “o processo intencional de sofisticação e exclusividade de um produto, uma forma de diferenciar o que é preparado de modo tradicional, relacionando um produto com a ideia requinte” (Palmieri Jr., 2017, p. 216-217), observamos dois processos concomitantes: de um lado, a gourmetização em relação a produtos industrializados; de outro uma tendência de encarecimento de produtos *in natura* e produzidos de forma tradicional. A ocorrência desses dois processos concomitantes poderia reforçar a segmentação de mercados.

Se o acesso à alimentação saudável mostra-se evidentemente ligado à renda, e os alimentos não industrializados e produzidos de forma tradicional mostram-se propensos à gourmetização pela tendência de se tornarem um nicho de mercado e mais um fator de diferenciação social, seria admissível considerar que o direito à alimentação saudável se torne restrito a um segmento “diferenciado”⁸¹ da população que pode pagar por ele?

No período compreendido entre 2016 e 2022, o desmonte de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à agricultura familiar, como o

⁸¹ Embora não haja consenso sobre a origem da expressão “gente diferenciada”, ela foi atribuída a uma moradora do bairro paulistano de Higienópolis, no ano de 2010, para se referir a “pessoas indesejáveis, como mendigos e usuários de drogas”, que poderiam ser atraídos para a região com a construção de uma estação de metrô naquele bairro, considerado nobre (Cimino, 2010). A fala preconceituosa não foi a única, e gerou manifestações contrárias e em favor do transporte público, sendo a mais conhecida o “Churrascão da gente diferenciada” (Aguirra, 2011). A expressão passou a ter teor inverso e fazer referência a pessoas que possuem alto poder aquisitivo.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que haviam criado garantias mínimas de acesso a alimentos saudáveis às populações de baixa renda e de compra da produção e, conseqüentemente, de renda aos agricultores familiares, criou ainda mais obstáculos ao acesso regular à alimentação saudável, inclusive para a população rural.

Isso ocorreu porque

A alta de preços dos alimentos, que chegou rapidamente aos consumidores brasileiros, não foi refletida na mesma proporção em termos de valoração da produção de alimentos entre os produtores, de forma que a queda nos preços dos produtos da agricultura familiar resultou em maiores proporções de IA [Insegurança Alimentar] nestas famílias (Rede Penssan, 2022, p. 43).

Assim, o questionamento acerca do preço de alimentos *in natura* e minimamente processados não se aparta do questionamento acerca da remuneração justa aos produtores desses alimentos.

Considerações finais: a quem serve o planejamento territorial do campo brasileiro?

Considerando que os incentivos governamentais relacionados à produção propriamente dita se direcionam prioritariamente ao circuito superior da economia agrária, e que os investimentos logísticos, principalmente em grandes obras de infraestrutura ligadas aos sistemas de circulação do território, também se destinam ao atendimento das demandas dos agentes do circuito superior, pode-se afirmar que o planejamento territorial do Estado brasileiro foi garantidor de infraestruturas que viabilizam a logística do circuito superior. Mas, ao mesmo tempo, pode-se questionar: o que foi feito pela logística do circuito inferior?

Se não basta apenas produzir, sendo necessário que o ciclo se complete no consumo das mercadorias, é fundamental garantirmos sua circulação para que,

como salienta Soraia Ramos (2018, p. 82), a função social do uso da terra ligada à produção de alimentos se realize.

A proposta feita por Bertha Becker (2007), quanto às questões logísticas, quando chamou a atenção para as especificidades da logística de alimentos, ao levantar a necessidade de uma “logística do pequeno” capaz de garantir que pequenos produtores agrícolas tivessem acesso a mercados e inserção econômica, o que seria uma forma de garantir também o fornecimento de alimentos à população urbana, mostra-se cada vez mais necessária.

A logística do pequeno, assim como o mercado socialmente necessário, preconizado por Ana Clara Torres Ribeiro (2005, p. 11) como forma de resistência à tendência de transformação de direitos em mercadoria, mostram potencial correlação com o circuito inferior (Santos, 1978). O mercado socialmente necessário, compreendido pela autora “como memória e projeto”, por abarcar “formas sociais sobreviventes das sucessivas modernizações” e também “formas mais modernas que tiveram, historicamente, a capacidade de interagir com práticas ancestrais, como aquelas de produção e comércios em que a negociação predominava sobre a conquista ou a destruição do Outro” (Ribeiro, 2005, p. 11), parece um conceito bastante adequado para abarcar setores do circuito inferior da economia agrária, preocupados com a produção de alimentos saudáveis, mas também com o acesso democrático a esses alimentos, e a remuneração justa aos agricultores.

Desta forma, a menos que a psicosfera dominante, a serviço dos ditames dos padrões de produtividade e competitividade do mercado global, e a ideologia da modernização prevalentes no processo de desenvolvimento do campo brasileiro sejam alteradas, sendo possível que o planejamento territorial e as políticas públicas se voltem também às necessidades específicas dos agentes do circuito inferior da economia agrária, a função social da terra e o direito à

alimentação adequada, ambos previstos na Constituição Federal, bem como a segurança e soberania alimentares, continuarão ameaçados em nosso país.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa, Edições 70, 2008.

BECKER, Bertha. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? *In*: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília, Ministério da Integração – IICA, Editora da Universidade de Brasília, 2007.

BELIK, Walter. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Imaflora, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília, Ministério da Saúde, 2019.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo, Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 18 maio 2023.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World**. Roma, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World**. Roma, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: a modernidade perversa. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 11, p. 217-220, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53728>. Acesso em: 3 jun. 2023.

LAMOSO, Lisandra. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 3, p. 408-429, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2495>. Acesso em: 1 maio 2023.

MAIA, Emanuella G. *et al.* What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public Health Nutrition**, n. 23(4), p. 579-588, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/what-to-expect-from-the-price-of-healthy-and-unhealthy-foods-over-time-the-case-from-brazil/98FE380C358CCD2B25E99FFC7A4A8B9F>. Acesso em: 1 maio 2023.

MONTEIRO, Carlos A. *et al.* A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos De Saúde Pública**, n. 26(11), p. 2039-2049, nov. 2010. DOI: 10.1590/S0102-311X2010001100005.

NUPENS, Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde. **A Classificação NOVA**. Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PALMIERI Jr, Valter. **A gourmetização de uma sociedade desigual**: um estudo sobre a diferenciação no consumo de alimentos industrializados no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2017.

PIRES, Murilo J. de S.; RAMOS, Pedro. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, p. 411-424, jul-set/2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/367>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RAMOS, Soraia. **Agricultura familiar e mercados institucionais**: horizontalidades no uso do território à produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2020.tde-27082019-144418>. Acesso em: 12 abr. 2024.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN**: relatório final. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 18 maio 2023.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Território usado e humanismo concreto:** o mercado socialmente necessário. *In:* X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais [...]**. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo S. *et al.* **Atlas das situações alimentares no Brasil:** a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 2021.

SANTOS, Anderson D. G. dos; SILVA, Danielle V. da; MACIEL, Kleciane N. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**, v. 21, n. 1, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10910/8460>. Acesso em: 1 jun. 2023

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo, Edusp, 2004 [1978].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Edusp, 2002 [1996].

DESIGUALDADE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DA PSICOSFERA NO *MAINSTREAM* BRASILEIRO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

Introdução

No Brasil, o tema do desenvolvimento econômico é objeto recorrente de preocupações de estudiosos, acadêmicos e políticos, entre outras parcelas da sociedade. Desenvolver economicamente um território teoricamente faz parte das atribuições do Estado e, na prática, acaba sendo induzido pontualmente e de maneira irregular nos territórios, principalmente em países de economia periférica como o Brasil. Em países sem muito poder de mando no que se refere à divisão internacional territorial do trabalho, o Estado planeja e executa investimentos geralmente tentando conferir maior fluidez às atividades econômicas de grupos econômicos majoritários e já bem estabelecidos; assim, quem deveria garantir uma certa igualdade de condições, para pequenos e grandes, acaba formulando políticas públicas que visam servir e dinamizar atividades de elites produtivas pouco interessadas em contribuir para desenvolver internamente o país diminuindo desigualdades locais/regionais com suas atividades, ou aumentando oportunidades, gerando efeitos multiplicadores na economia.

Deste ponto de partida, concordamos com Toledo (2023, p. 272) acerca das disparidades e desequilíbrios espaciais face às ações de desenvolvimento econômico, onde:

A dinâmica de desenvolvimento econômico ocorre de modo desigual e não simultânea no espaço. Histórica e geograficamente, é um processo irregular no território, pois, no decorrer do tempo, locais e regiões se tornam mais dinâmicos e demonstram maior capacidade de crescimento e diferenciação econômica. Com tal característica, o processo de desenvolvimento econômico local/regional torna-se um campo de estudo e atuação cheios de nuances e discussões complexas.

Nesse contexto, identificamos no Brasil dos últimos anos, particularmente nos estados profundamente devotados ao agronegócio para fins exclusivos para exportação de *commodities*, uma situação que nos remete aos conceitos de tecnosfera e psicofera (Santos, 1996).

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno de vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (Santos, 1996, p. 256).

Como bem definido por Pereira e Kahil (2010, p. 293), “o território modernizado pela agricultura científica ganha verdadeiro status de espaço ‘modelo’, signo do progresso e do crescimento econômico, realimentando a psicofera legitimadora da atualização corporativa e hierárquica” (Santos, 1996). Há, nesses espaços, em resumo, uma certa expulsão ideológica de sistemas de crença e culturas que não estejam alinhados com a lógica corporativa do agronegócio (Pereira; Kahil, 2010). A maioria da população não se beneficia das atividades realizadas pelas grandes empresas do agro, mas acabam, por influência de propagandas e influenciadores, além de políticos financiados por essas organizações, defendendo essa ideologia como sendo a vencedora e detentora de resolução de problemas típicos de países que têm um passado

colonial. Tal fato se torna motor de situações de desigualdade em vários aspectos na vida da população brasileira.

Classificamos esse cenário como sendo uma situação de “psicosfera do agronegócio” no território brasileiro. Em uma tentativa de contribuir com uma maior operacionalização do conceito, apresentaremos, nesse capítulo, uma série de reflexões entrelaçadas com referências e leituras acerca da flagrante desigualdade brasileira, assim como discutiremos os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil utilizando exemplos práticos que demonstram como a influência dos setores produtivos dominantes do país chega na população por diversos meios, alterando percepções gerais, podendo até mesmo ameaçar processos democráticos por todo o território.

A psicosfera como ferramenta da manutenção e do aprofundamento da desigualdade

Nossa situação de desigualdade é tão profunda que se revela no espaço. É uma situação basilar, um eixo importante de nossa formação socioespacial (Santos; Silveira, 2001), como nos relembra Brandão (2023, p. 2):

A América Latina pode ser considerada a maior e mais contrastante porção territorial de desenvolvimento desigual (e combinado) do planeta. Lugar de extremos e paradoxos, de heterogeneidades estruturais, de discrepâncias e distanciamentos salientes entre desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e precarizações, riqueza e pobreza, e de recombinações ativas e passivas entre formas retrógradas e contemporâneas. Terreno concreto de temporalidades e espacialidades diversas e de múltiplas contradições em processo.

Temos, assim, uma formação complexa e contraditória que, longe de resolver seus dilemas raciais e de desigualdade brutal, procura sempre aprofundar esse quadro para a manutenção de lucros exorbitantes em prol de um seleto grupo de milionários e novos bilionários brasileiros (FORBES, 2023).

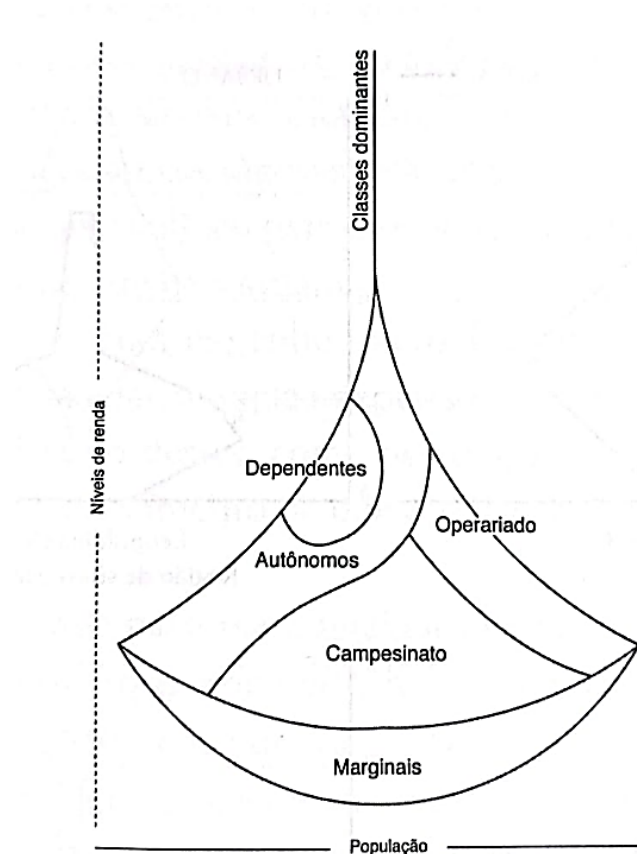
No sentido de nossa reflexão, entende-se a psicosfera como um ambiente imaterial de pensamento, cujas bases são reforçadas por meio de propagandas, posições ideológicas propagandeadas de maneira indireta por conjuntos de

celebridades e influenciadores digitais, cujo ideário de bem-estar e de (redução do) Estado se tornam modelos de comportamento e aspiração de quem jamais alcançará os mesmos níveis de renda e consumo de luxo.

Temos no nosso país uma tipologia de classes (Figura 1) muito bem definida por Ribeiro (2015, p. 157), onde podemos observar que:

Nossa tipologia das classes sociais vê na cúpula dois corpos conflitantes, mas mutuamente complementares. O patronato de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica, e o patriciado, cujo mando decorre do desempenho de cargos, tal como o general, o deputado, o bispo, o líder sindical e tantíssimos outros. Naturalmente que cada patricio enriquecido quer ser patrão e cada patrão aspira às glórias de um mandato que lhe dê, além de riqueza, o poder de determinar o destino alheio.

Figura 1 - Representação das classes sociais por níveis de renda, por Darcy Ribeiro.



Fonte: Ribeiro (2015, p. 161).

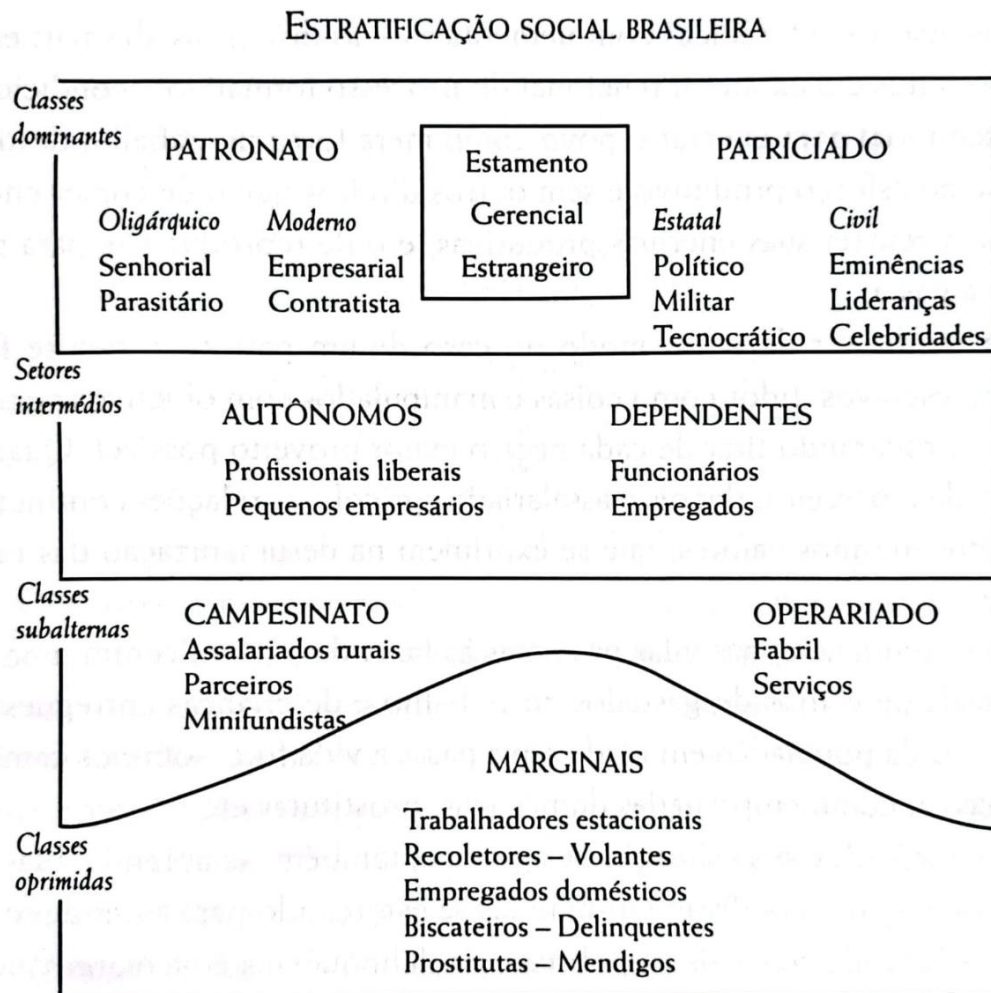
Sem perder correspondência em relação ao tempo mais recente, temos a indicação do controle externo em nossa política, economia e até mesmo

referencial cultural, conforme ainda nos ensina Ribeiro (2015, p. 157), que observa que:

Nas últimas décadas surgiu e se expandiu um corpo estranho nessa cúpula. É o estamento gerencial das empresas estrangeiras, que passou a constituir o setor predominante das classes dominantes. Ele emprega os tecnocratas mais competentes e controla a mídia, conformando a opinião pública. Ele elege parlamentares e governantes. Ele manda, enfim, com desfaçatez cada vez mais desabrida.

Na Figura 2 podemos observar a estratificação social brasileira, conforme Ribeiro (2015).

Figura 2 - Estratificação social brasileira, por Darcy Ribeiro.



Fonte: Ribeiro (2015, p. 159).

Os tempos mudam, mas a pouca distribuição de renda não muda a situação da população brasileira através das décadas. As diferenças étnico-raciais acabam

por gerar situações diárias de intolerância e racismo com parcelas da população identificadas como pretos e pardos, ao mesmo passo em que a classe média, média alta, sonha que participa de círculos exclusivos, nem que seja, ao menos, pela pele mais clara. Discutindo o “pacto antipopular da elite com a classe média”, Souza (2019, p. 114) mais recentemente nos afirma que:

No contexto das quatro grandes classes sociais e suas diversas frações que marcam a sociedade brasileira contemporânea – a saber: a elite dos proprietários, a classe média, a classe trabalhadora semiqualficada e a ralé dos escravos – a mais estratégica para o padrão de dominação social que foi instaurado no Brasil é a classe média. Ainda que a classe trabalhadora tenha, em diversas fases históricas, forçado os limites estreitos previstos na estratégia excludente que marcou a história política brasileira, para compreendermos o pacto de dominação reacionário que prevaleceu no Brasil de ontem e de hoje é necessário, antes de tudo, compreender o comportamento da classe média.

Ao passo que ocorre essa dominação social, cultural, religiosa e por outros aspectos, essa classe média e a classe pobre, com acesso às mídias sociais e propagandas, onde o discurso meritocrático neoliberal é a regra, cede à racionalizações de que a pobreza e a má distribuição de renda estrutural seriam curadas como doenças, por meio de rejeição estimulada aos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo trabalho “independente”, via aplicativos de mobilidade urbana, entre outros serviços da nova economia virtual.

Hoje em dia, o capitalismo financeiro começa a criar sua própria classe trabalhadora crescentemente precarizada e ameaçada pelo desemprego e por cortes de direitos. Pior ainda. Parte dela se identifica com os opressores e se imagina “empresária de si mesma”. A competição tende a superar a solidariedade de classe como efeito de vários fatores. A conquista dessa nova classe trabalhadora precarizada - que um marketing míope e pouco inteligente do próprio PT chamou de “nova classe média” será o principal desafio para qualquer perspectiva crítica no espectro político do futuro (Souza, 2019, p. 115).

Seja por meio de termos como precarização ou até mesmo “uberização”, essa massa de trabalhadores cede inadvertidamente a uma psicofera de exploração sem limites, onde o descanso e horas de lazer só são permitidos para quem tem renda média a alta e em fluxo contínuo. Calejon (2023), discutindo a

desigualdade em diferentes sociedades ocidentais, aponta a existência de uma “teoria das elites”, sendo essa baseada em uma série de erros reducionistas e deterministas, elemento importante do característico elitismo histórico-cultural da sociedade brasileira, segundo o referido autor. Temos, nos últimos anos, a noção geral nas redes e mídias sociais de que políticas públicas voltadas aos mais necessitados é algo a ser repellido, enquanto essa mesma psicofera não apregoa nenhuma polêmica dessas elites realizarem grandes financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para multiplicação de seus negócios no território brasileiro e no exterior.

Esse elitismo histórico-cultural da sociedade brasileira encontra terreno fértil no âmbito do agronegócio, gerando situações de grande violência no campo e a um quadro complexo, similar ao que desenvolvemos ao analisarmos o agronegócio no estado de Mato Grosso do Sul (Faccin, 2019).

Figura 3 - Psicofera do agronegócio em Mato Grosso do Sul, 2017.

PSICOSFERA DO AGRONEGÓCIO		
Mato Grosso do Sul		
AGENTES	População/nações tradicionais (indígenas, quilombolas), Trabalhadores sem-terra, agricultores familiares.	Agricultores modernos, “gaúchos”, “paulistas”, comerciantes do setor agro, <i>tradings</i> agrícolas
REPRESENTAÇÃO/ IMAGINÁRIO SOCIAL	Cultura atrasada, indolentes, bárbaros, vetor de miséria e violência; Imagem de fracasso.	Produtor rural que “alimenta o Brasil”, “o Brasil que deu certo”, “celeiro do mundo”, vetor de desenvolvimento e civilidade; Imagem de sucesso.
MODO DE VIDA	Agricultura familiar, pequena produção voltada à subsistência, diversificação produtiva, mercado local	Agricultura empresarial, lógica corporativa, produção extravertida, demanda internacional.
APOIO POLÍTICO/IDEOLÓGICO EXTERNO	FUNAI, poucos representantes políticos a favor de projetos de demarcação de terras e reforma agrária; Apoio popular restrito, em geral, oriundo do ambiente acadêmico.	Bancada ruralista, apoio midiático (campanhas e reportagens); Apoio governamental/político e popular quase irrestrito (adesivos em carros e faixas*)

Fonte: FACCIN (2019).

Sobre o poder da mídia e criminalização de lutas e movimentos sociais, Braun e Nogueira (2020, p. 47.431) apontam que “quando falamos de poder da mídia, estamos efetivamente mencionando seu papel fundamental na formação

de opinião de uma sociedade, opiniões estas que estão carregadas de intencionalidades que objetivam produzir e/ou conduzir o pensamento das massas sociais”.

Concordamos com Bezerra (2009, p. 115), que resgata o debate do entendimento da sociedade brasileira por suas diferenças de classes:

Nesse ínterim, a concepção de ideologia assume, de uma vez por todas, a função de conduzir à falsa compreensão da realidade. Trata-se mesmo de invertê-la por meio das ideias. Esta dimensão nefasta da ideologia só encontra êxito quando entendemos a sociedade a partir da sua divisão composta por classes. Nesse contexto a ideologia teria como função exprimir uma posição de classe a partir de mecanismos ilusórios para com o seu oponente, ou mesmo para aquele a quem se quer dominar.

A psicofera do crescimento econômico que não é desenvolvimento econômico

Segundo Toledo (2023, p. 272), podemos definir crescimento econômico como sendo “o aumento do valor nominal da economia (elevação da riqueza nacional (PIB) de um período para o outro)”. Já o desenvolvimento econômico seria definido por um conjunto de fatores, configurando uma

dinâmica mais completa, pois envolve distribuição de renda, difusão de direitos econômicos, robustecimento de setores da economia, universalização dos recursos socioeconômicos básicos, equilíbrio da utilização de recursos ambientais e incorporação de mais qualidade de vida para a população (Toledo, 2023, p. 273).

O papel protagonista do Estado neste último conceito é inegável, como ainda nos ensina Toledo (2023, p. 273):

Entre os séculos 18 e 19, o crescimento e o desenvolvimento eram vistos como sinônimos; todavia, no século 20, passaram a ser vistos separadamente e com metodologias diferenciadas. Dessa forma, ferramentas epistemológicas, políticas e econômicas foram incorporadas aos estudos acadêmicos, aos setores governamentais e às estratégias empresariais. Novamente, é bom destacar que por todo o século 20, o Estado ganhou espaço relevante nas discussões socioeconômicas, alternando períodos de maior e menor participação explícita, uma vez que, implicitamente, o Estado se tornou a maior força nos territórios nacionais.

O Brasil, desde 1500, foi organizado territorialmente em “ilhas econômicas” nos séculos seguintes e regionalmente via ciclos econômicos altamente especializados, cujo objetivo era atender o consumo exterior. O período de 1930 a 1980 apresentou maior participação da indústria na pauta exportadora e também grande produção para o mercado interno e, de meados de 1990 até os dias atuais, conhecemos um período de desindustrialização. Nesse ínterim, o carro chefe de nossa produção é a soja, seguida de produtos de elevado interesse comercial no âmbito global, como açúcar, carne de gado, pasta de celulose, entre outros produtos agropecuários.

Sobre esse cenário mais recente, Gala (2016, *online*) define que:

A agricultura em geral, e a soja em particular, não desenvolve elos produtivos nem dentro dela mesma nem com outros setores. O agronegócio como um todo não pode ser considerado agricultura, o agronegócio poderia sim ser caracterizado como “processamento de commodities” (peito de frango, suco de laranja, açúcar); permite, portanto, uma “complexificação” parcial por assim dizer da produção. O mesmo vale para processamento de recursos naturais, no limite o aço é isso. Ou seja, não basta uma atividade produtiva ser mecanizável e ter divisão do trabalho que geram ganhos de produtividade [*sic*]. Para contribuir com o desenvolvimento econômico uma atividade produtiva precisa ter elos, muitos elos, para aumentar o potencial de mecanização e divisão do trabalho; isso a agricultura simples e mineração simples não têm.

O que se apresenta como situação geográfica é o aprofundamento da reprimarização da economia brasileira (Pochmann, 2023), com aumento de violência e conflitos nas áreas de cultivo, por todo o Brasil (Figura 4).

O agronegócio e empresas de monocultivos, grandes motores da exploração do trabalho no Brasil, por mais um ano assumiram a liderança como os principais responsáveis por essa gravíssima violação aos direitos humanos. O setor sucroalcooleiro foi o campeão, com 523 pessoas resgatadas. Conforme destaca a assessora da Campanha da CPT, Carolina Motoki, em artigo publicado no relatório Conflitos no Campo Brasil 2022, “62% dos resgatados estavam trabalhando principalmente em monoculturas: cana (MG, GO e MS); outras lavouras temporárias (com destaque para a soja em GO, MA, MT, PI e RO, e o alho em MG e no RS); lavouras permanentes (com destaque para as colheitas de café em MG e de maçã em SC e RS), e monocultivos de árvores (GO, MA, SP e MS). Tomando também os casos na pecuária, os números não mentem: é o agro quem mais escraviza no Brasil. Em 2021 não havia sido diferente: 90% das pessoas foram escravizadas em

atividades rurais, e 64% em monoculturas”. Contudo esses dados não representam o total de pessoas que trabalham em condições sub-humanas no campo brasileiro, uma vez que nem todas as ocorrências são notificadas ou mesmo descobertas (Comissão Pastoral da Terra, 2022, *online*).

Figura 4 - Conflitos no Campo – Brasil (2013-2022).



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2022).

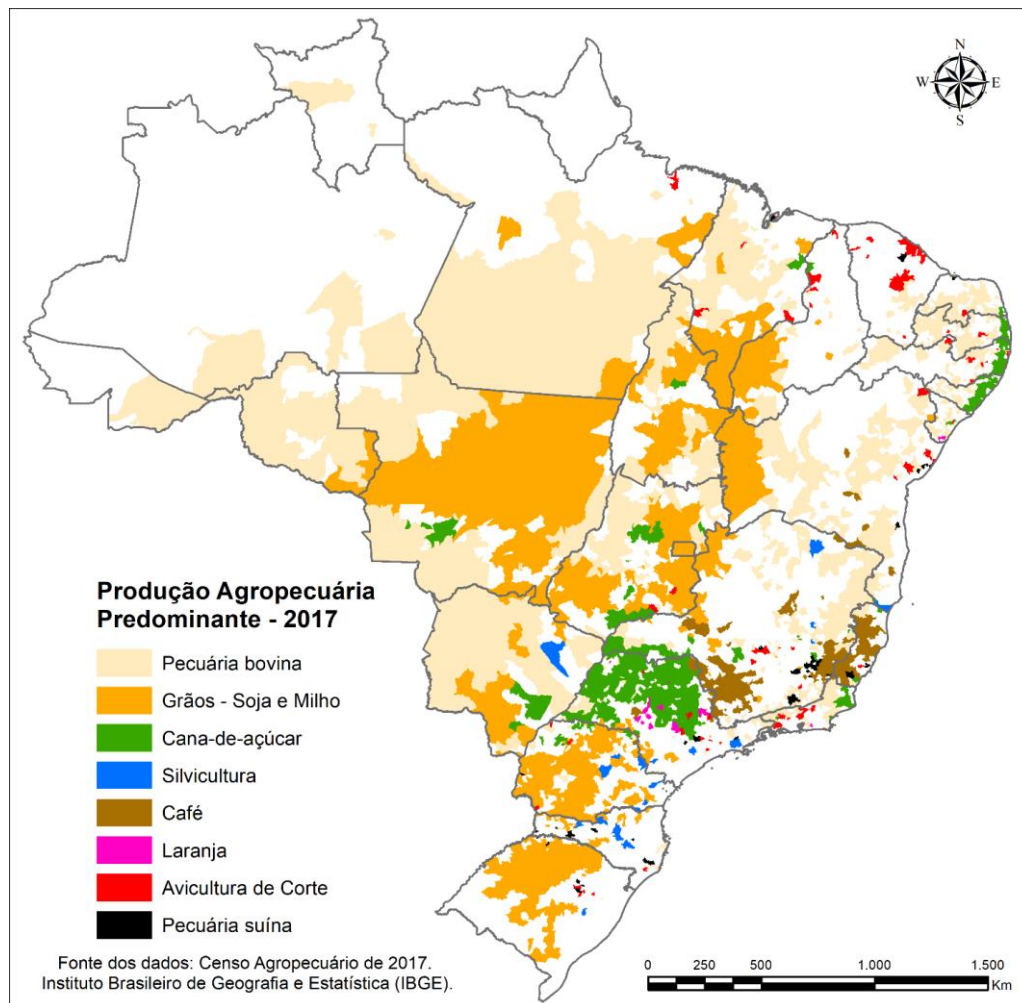
Assumindo “o agronegócio como fábula”, concordamos com Souza (2019, p. 20) quando este afirma que

propagam-se discursos que evidenciam apenas o crescimento econômico promovido pelo agronegócio globalizado, negligenciando a outra face dessa relação que é a produção da desigualdade e da pobreza. Assim, alimenta-se uma psicofera da globalização como fábula (Santos, 2001), onde são apresentadas as “vantagens” que o agronegócio pode oferecer, bem como o encantamento que o crescimento econômico pode trazer para alguns, omitindo a faceta perversa desse processo que envolve a intensificação de conflitos por terra e água no campo, a superexploração dos recursos naturais e do trabalho, entre outros.

Souza (2019) afirma que o Estado tem papel ativo na “elaboração da psicofera modernizadora”. De maneira efetiva, o Estado promove e apoia o aprofundamento da desigualdade, privilegiando nas últimas décadas um crescimento econômico calcado em ideais neoliberais que visam exterminar

políticas de promoção de melhores condições de vida, educação, saúde e desenvolvimento humano para toda a população. Toda essa situação de protagonismo do agro no Brasil nos permite regionalizar e cartografar as áreas de produção agropecuária predominante (Figura 5).

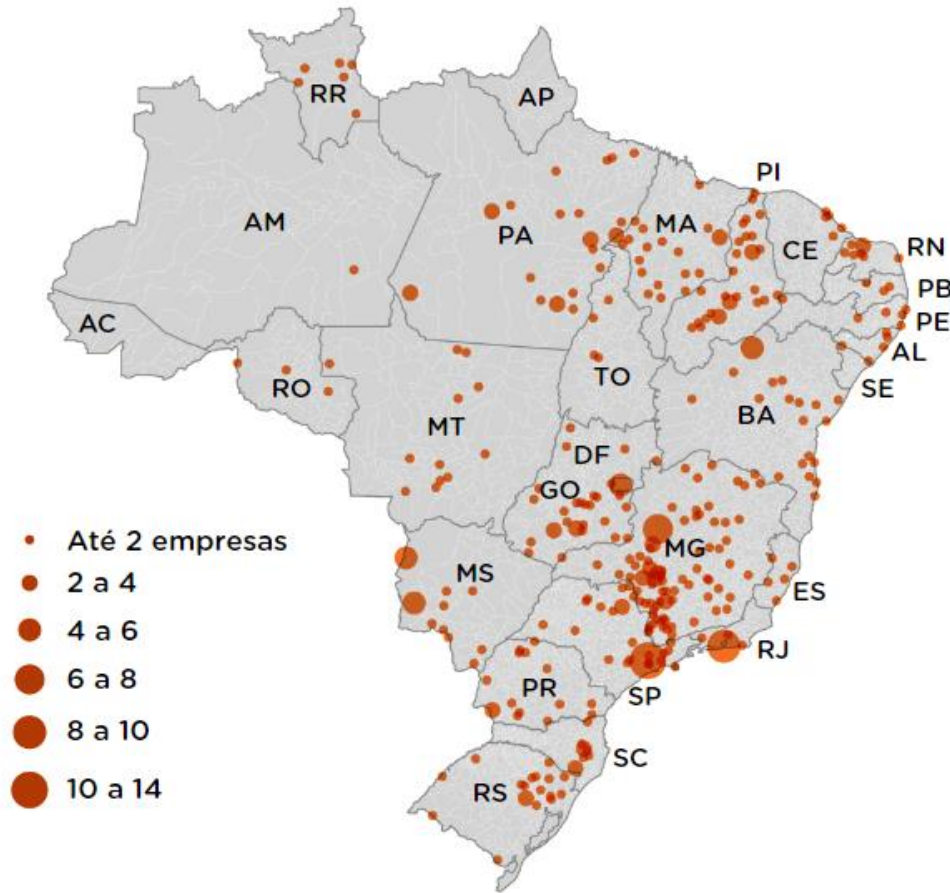
Figura 5 - Regionalização do Brasil pela produção agropecuária predominante, 2017.



Fonte: André Rodrigo Farias (2019).

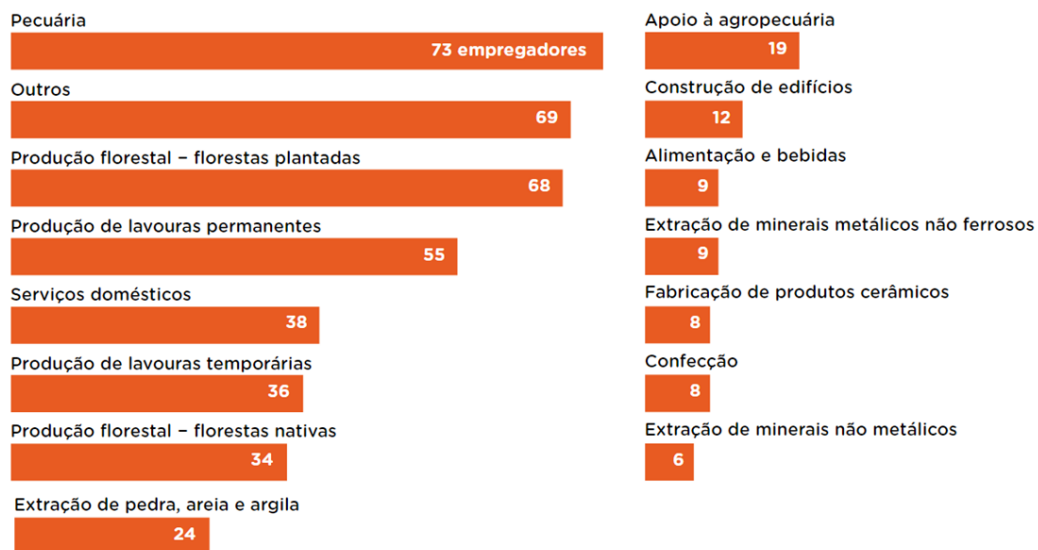
Essas áreas de excelência agrícola são palcos de conflitos agrários que envolvem camponeses, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Em razão da natureza das atividades, nessas áreas ocorrem denúncias, multas e prisões por condições precárias de trabalho, muitas vezes envolvendo situações de trabalho análogo à escravidão, gerando listas sujas por município e por ramo de atividade (figuras 6 e 7).

Figura 6 - Distribuição dos empregadores na lista suja por município (outubro de 2023). Total de 319 municípios com empresas na lista suja.



Fonte: Fonseca & Hemerly (2023), com base em Ministério do Trabalho e Emprego.

Figura 7 - Distribuição das categorias dos empregadores por ramo de atividade (outubro de 2023).



Fonte: Fonseca & Hemerly (2023), com base em Ministério do Trabalho e Emprego.

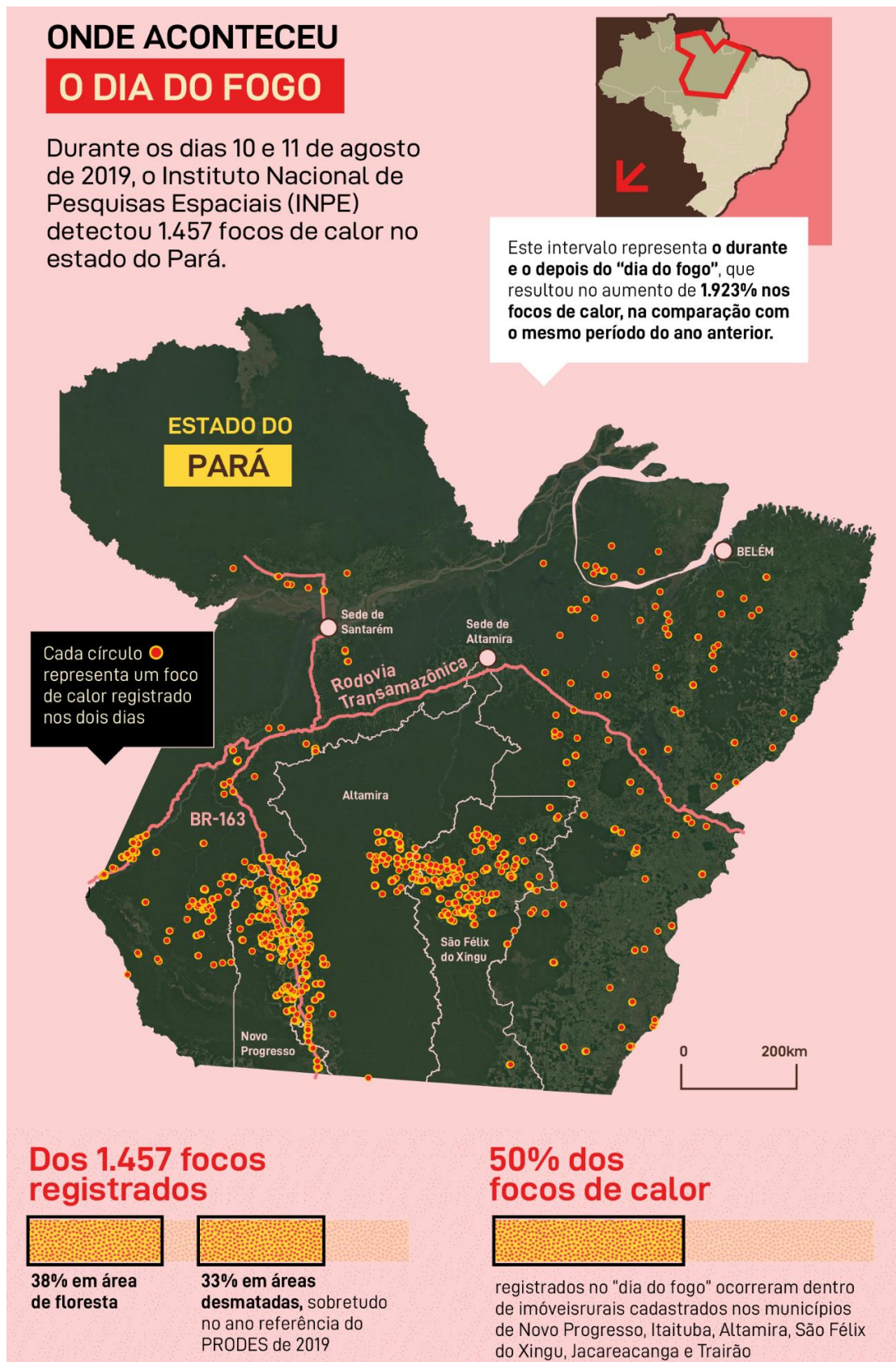
Não obstante, a psicosfera do agro produziu movimentos organizados de desmatamento em massa, com total conivência do então Governo Federal (gestão Bolsonaro), como foi o famigerado “Dia do Fogo”, no ano de 2021, gerando uma cadeia de eventos catastróficos (figuras 8 e 9).

Figura 8 - Cadeia de acontecimentos do evento conhecido como “Dia do Fogo”, 2019.



Fonte: Greenpeace (2023).

Figura 9 - Mapeamento e informações do “Dia do Fogo”, 10 e 11 de agosto de 2019.



Fonte: Greenpeace (2023).

Segundo Saraiva (2023, p. 215):

Sempre que o Poder Executivo federal ataca publicamente as próprias instituições, manda também um recado à sociedade. Poucos dias depois do embate com o INPE, ocorreria, entre 10 e 11 de agosto de 2019, uma ação criminosa orquestrada por grileiros no Norte, sobretudo no sudoeste do Pará, em áreas florestais cruzadas pela BR163, especialmente nos municípios de Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingu. Amplamente coberta pela imprensa, a ação ficou conhecida como Dia do Fogo. Os 101 focos de incêndio localizados na região no dia 9 de agosto, véspera da ação, subiram para 715 no dia seguinte – um aumento de 607%.

As ações do governo federal (gestão 2018-2021), sob uma forte influência neoliberal, operou uma política de terra arrasada, trazendo inúmeros prejuízos ambientais com o pretexto de se alcançar desenvolvimento econômico. Na realidade, forjou-se toda uma psicofera, usando a máquina estatal para financiar e dinamizar setores já dinâmicos que pouco empregam e nada desenvolvem, para um uso mais democrático dos recursos e do território. Houve prática de crimes e um Estado maior para poucos, deixando os mais pobres à deriva, convencidos de que o são por questões meritocráticas, clamando por um Estado mínimo, na promessa de que só assim se alcança progresso e renda para possibilitar o consumo e a reprodução da vida social.

Considerações finais

Esse capítulo mescla definições e reflexões sobre a operacionalidade do conceito de psicofera, no sentido de entendermos o Brasil dos últimos anos. Vivemos situações sociais, econômicas e políticas que aprofundam de maneira inegável a desigualdade de oportunidades, e de oferta de serviços públicos de qualidade. Tal conjunto de medidas, em poucas décadas, gerou um abismo socioeconômico, fruto que uma má distribuição de renda em uma sociedade que se forjou com base no tripé: população escravizada, latifúndio, e produção de *commodities* agrícolas para exportação.

No Brasil desta segunda década do século XXI, pudemos constatar o cenário de uma verdadeira ofensiva ideológica ligada à extrema direita política, reflexo de um movimento global de igual conteúdo, que tomou força nos últimos anos em alguns países como os Estados Unidos, e países europeus como a Polônia, a Hungria e, mais recentemente, a Itália. Tal movimento, apregoador de políticas ultraliberais e relaxamentos normativos que oneram a classe trabalhadora, encontra apoio político e financiamento nos setores mais abastados da sociedade, cujos representantes sempre trabalharam, discretamente ou não, em prol da manutenção das desigualdades de acesso à renda, algo inerente a qualquer economia capitalista. O movimento derivado dessa corrente no âmbito do agronegócio pode ser chamado de psicofera do agro, em uma tentativa de operacionalização e aplicação de um conceito tão certo e singular da obra de Milton Santos.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Juscelino Eudâminas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista Nera**. Ano 12, n. 14. Janeiro/junho de 2009.

BRANDÃO, Carlos. A condição latino-americana periférica-dependente e seus espaços. **Redes (Santa Cruz Sul, online)**, v. 28, 2023.

BRAUN, Julio Cesar; NOGUEIRA, Francis Mary Guimaraes M. G. A criminalização dos movimentos sociais do campo e o papel da mídia na manutenção dos interesses capitais. **Brazilian Journal of Development**, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13284>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CALEJON, Cesar. **Esfarrapados: como o elitismo histórico-cultural moldou as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6354-conflitos-no-campo-brasil-2022>. Acesso em: 2 set. 2023.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini. **Complexo Soja no Mato Grosso do Sul: Competitividade Regional e Vulnerabilidade Territorial**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2019.

FONSECA, Amanda; HEMERLY, Giovanna. Como funciona a lista suja de trabalho escravo no Brasil. **Nexo Jornal**, 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>

com.br/grafico/2023/11/30/como-funciona-a-lista-suja-de-trabalho-escravo-no-brasil. Acesso em: 10 dez. 2023.

FORBES. Lista Forbes 2023: Quem são os 10 maiores bilionários self-made do Brasil, 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/09/lista-forbes-2023-quem-sao-os-bilionarios-brasileiros-self-made>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FRONER, Mariana; PRETTO, Nicholas. Amazônia Legal concentra 80% do valor de multas ambientais. **Nexo Jornal**, 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2023/03/21/amazonia-legal-concentra-80-do-valor-de-multas-ambientais>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GALA, Paulo. A soja não salva. **Economia & Finanças**, 2016. Disponível em: https://www.paulogala.com.br/a-soja-nao-salva/?fbclid=IwAR0qbbRhmQ-5awHB02tuQeLAcZ9J5iZDp_FTYQtIYdZXOl-lmSTxVU66u5c. Acesso em: 12 out. 2023.

GREENPEACE. **Dia do fogo completa um ano com legado de impunidade.** Florestas. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 475–485, dez. 2010.

MORAES, Katarina; BASSI, Bruno; FIALHO, Tonsk. Condenado por trabalho escravo financiou presidente da CPI do MST. **Observatório De Olho nos Ruralistas**, 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/05/24/condenado-por-trabalho-escravo-financiou-presidente-da-cpi-do-mst/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

POCHMANN, Marcio. A cara do Brasil que se reprimariza. **Portal Outras Palavras**, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cara-do-brasil-que-se-reprimariza/>. Acesso em 1 ago. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SARAIVA, Alexandre. **Selva.** Madeireiros, garimpeiros e corruptos na Amazônia sem lei. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2023.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes Souza. Agronegócio, cotidiano e a elaboração de uma psicosfera modernizadora na região do MATOPIBA. **Acta Geográfica**, v. 12, p. 16-34, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TOLEDO, Eli Fernando **Tavano**. **Geografia econômica: permanência e rupturas na análise da atividade econômica em sua relação com o espaço geográfico**. Curitiba: Appris, 2023.

A CAPILARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CIDADES E NO CAMPO NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DE UMA PSICOESFERA NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Mait Bertollo

Introdução

Os temas informação, planejamento e desenvolvimento territorial têm sido debatidos com muito dinamismo pelas ciências sociais, sobretudo pela ciência geográfica, trazida neste texto por meio de uma análise espacial com o objetivo de explorar um conceito importante: a psicofera, “tecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento modal da história” (Kahil, 2010, p. 477).

Este conceito foi desenvolvido por Milton Santos em algumas publicações com especial destaque aos livros “Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional” e “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, e aprofundado por importantes nomes das ciências sociais como Samira Kahil (1997; 2008; 2010) e Ana Clara Torres Ribeiro (1991; 2005), para quem a psicofera deve ser apreendida de modo inseparável de uma tecnosfera, para efetivamente colaborar para uma perspectiva de uma teoria crítica da geografia. Buscamos explorar como o par de conceitos psicofera/tecnosfera pode ser operacionalizado para compreender o movimento de intensa implementação e uso das redes informacionais no território brasileiro no presente período, e discutir as implicações espaciais destas novas tecnologias conectadas via internet. A nossa expectativa, aqui, é de entender quais são os

novos objetos e ações que transformam a realidade em movimento e qual é o “comportamento sistêmico das variáveis novas que dão significação nova à totalidade” (Santos, 1994).

Tal abordagem exige considerar alguns pressupostos que serão explorados neste texto, particularmente a relação psicofera/sistemas de ações; tecnosfera/sistemas de objetos que embasam tais proposições. O intento aqui é de incentivar o exercício de pensamento sobre o mundo no período presente, incorporando novas variáveis na fase atual de globalização, baseada numa coerência teórico-metodológica sobre as relações técnicas e informacionais, no que Santos (2006 [1996], p. 174) explica:

As relações técnicas e informacionais não podem ser ‘indiferentes’ ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são, ao contrário, uma resultante desse meio social ambiente. As duas primeiras são mais dependentes da esfera da materialidade, da tecnosfera; as últimas o são mais da psicosfera, mesmo se, em todos os casos, tecnosfera e psicosfera interagem. Mas as relações comunicacionais geradas no lugar, têm, mais que as outras, um “geographic flavour”, a despeito da origem, porventura distante, dos objetos, dos homens e das ordens que os movem.

Partimos do entendimento do espaço geográfico como uma “*acumulação desigual de tempos*” (Santos, 1996) e de interações espaciais que variam segundo o período e o lugar onde ocorrem. Também consideramos o período atual como “*um capítulo em uma longa história das interações espaciais, da espacialidade humana, envolvendo o permanente esforço de superação do espaço pelo tempo*” (Corrêa, 2016, p. 125).

Isto posto, o meio técnico-científico-informacional (Santos, 1989, 1994, 1999, 2011 [1986]), a multinacionalização das firmas, a internacionalização da produção e dos produtos, a circulação como fator essencial da acumulação e a revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, estão inteiramente submetidos ao desenvolvimento técnico da telemática e, por conseguinte, à capilarização da informação pelo território. Quando o autor

propôs o conceito, os *smartphones* ainda não existiam, e, por isso, a urgência em pensar a incorporação destes objetos contemporâneos no planejamento.

Novas variáveis tecnológicas e implicações no planejamento territorial

A telemática tem papel fundamental neste processo, pois somente com sistemas técnicos encadeados é possível armazenar, organizar, processar rapidamente grande quantidade informação e transmiti-la em escala global, em forma de voz, texto, imagens e dados. Esses sistemas técnicos funcionam por meio da mediação de todas as infraestruturas de telefonia, como as antenas (estações rádio base), os satélites, os cabos de fibras óticas, a computação em nuvem, os computadores, os servidores, os softwares, os *smartphones*, os *tablets*, as *smart TVs*, os equipamentos que perfazem a Internet das Coisas (IoT), a rede complexa de energia elétrica, etc.

Os objetos técnicos sistêmicos definem e potencializam a percepção da simultaneidade, em que eventos estão num mesmo sistema de relações, como, por exemplo, os satélites que dão visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra, num contexto em que “*as tecnologias da informação e comunicação passaram a conectar eventos simultâneos, [...] [e] abriu-se a possibilidade de usar temporalidades deliberadamente para fins de ganho de competitividade*” (Antas Jr., 2020).

Ressaltamos ainda que a integração deste sistema é seletiva e a conexão à internet é parcial no território brasileiro, com grandes desigualdades estruturais, sociais e econômicas no enfoque da capilarização da informação por meio do *smartphone* e dos novos usos do território (Bertollo, 2019). E, dessa forma, “*os lugares se diferenciam pelo fato de que são diversamente alcançados, seja qualitativa, seja quantitativamente, pelos sistemas de ações e sistemas de objetos*” (Kahil, 2010, p. 477).

Este movimento de capilarização ocorre nas cidades e no campo, e já é uma realidade em vários espectros sociais, visto que, desde o ano de 2014, este aparelho individual para conexão à internet ultrapassou o uso de computadores (IBGE, 2018).

Assim, a banalização do uso do *smartphone* traz mudanças significativas no uso do território, abrindo novas possibilidades na vida cotidiana das pessoas, empresas, governos, Estado e corporações, com a conexão à internet de uma maneira intuitiva e personalizada.

Começam a existir novas formas interescares de interação e novas relações espaço-temporais na vida social (Corrêa, 2016) que acompanham, ao mesmo tempo, as novas atividades de extração de dados pessoais e sua manipulação para várias finalidades pelas *big tech*, e que influenciam sobremaneira no planejamento e transformação do espaço geográfico, pois a informação, gradativamente, adiciona uma variedade de intencionalidades na organização do território (Bertollo, 2019).

Para compreender os principais agentes deste período, destacamos, primeiramente, a fundamental relação entre informação e território que remonta à história das redes, isto é, à história do desenvolvimento das técnicas, da disseminação das inovações concretizadas no território, dadas pelo poder do Estado, com influência cultural, simbólica, e nas relações econômicas, pois o “*território é uma fonte de recursos e/ou produto da divisão territorial do trabalho*” (Haesbaert, 2004, p. 77).

O território é instrumentalizado para usos privilegiados das corporações econômicas, num mecanismo para o exercício do poder, “*um poder de dispor de pessoas, de extensões territoriais, de bens e conhecimento, da técnica e de estruturas administrativas*” (Ribeiro, 2005, p. 12), com o comando da produção e circulação de informações que conduzem discursos e visões de mundo hegemônicas,

acrescido de um sistema técnico sofisticado para a vigilância e coleta incessante de dados de toda a população.

Em segundo lugar, apontamos a informação como o principal agente para controle e gestão de atividades dispersas e “*vetor fundamental do processo social*” (Santos, 1996, p. 66), visto que regula a vida humana, mediada por objetos que obedecem a imposições tecnológicas e financeiras, pilares da globalização (Santos, 2000), em que “*o imediato foi substituído pelo imediato instantâneo, pela intermediação de objetos técnicos, e a informação ganha uma nova dimensão, tornando-se hierárquica*” (Castillo, p. 199, 1999). Isto significa que ela opera como uma verticalidade no território, como vetor da modernidade e transportadora de uma racionalidade superior, sendo veículo do discurso pragmático dos setores hegemônicos (Santos, 2000).

Por último, o *smartphone* é um objeto de comunicação e informação, individual, privado e subjetivo, e é, ao mesmo tempo, um veículo contemporâneo da cultura de massas, com interações que partem do global ao local e atingem vários estratos sociais da população brasileira. Nesse sentido, o conceito de psicofera, que se refere “*ao reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido que fornece regras à racionalidade e estimula o imaginário*” (Santos, 1994, p. 128), é operacional no estudo do espaço geográfico como variável analítica do período atual, ao tratar dos temas informação, planejamento e desenvolvimento territorial, como veremos a seguir.

O *Smartphone* e a psicofera

A escalada do desenvolvimento técnico-científico e informacional desembocou num aumento da densidade das relações entre a informação e o cotidiano a partir do começo dos anos 2000, em virtude da intensificação das inovações tecnológicas e do potencial de conexão de qualquer ponto do território aos centros de decisão.

Com a sofisticação tecnológica caminhando para um uso cada vez mais banal da internet, o início dos anos 2000 foi marcado por um funcionamento mais eficaz dos sistemas computacionais segundo a intencionalidade das corporações, dos Estados e governos, aliados ao evento das privatizações principalmente do sistema de telefonia, a partir do fim dos anos 1990 (Bertollo, 2019).

Neste período, se potencializa o crescimento da intermediação técnica da produção, o tratamento, e a transmissão de informação de forma mais veloz e simultânea, com grande reforço e sofisticação da vigilância e do condicionamento dos comportamentos, em consequência do uso banalizado dos celulares e, depois, a partir de 2008/2009, dos *smartphones*, aplicativos e redes sociais com uso crescente desde este período.

Ao mesmo tempo, a demanda sucessiva por fluidez e velocidade na troca de informações, tanto dos usuários individuais da internet como de empresas, Estado, instituições não-estatais, e determinados movimentos sociais, exigiu e ainda exige o desenvolvimento e a implantação de equipamentos, redes e objetos técnicos no território, que portam e impõem normas para garantir sua eficiência.

Estes equipamentos são imprescindíveis cada vez que um *smartphone* é conectado à internet, pois o usuário tem acesso a um conjunto de linhas e nós para receber ou transmitir informações e contatar pessoas que estão em outro lugar. Logo, abrem-se possibilidades de conexão e localização, acompanhando a topologia dessa rede que inclui e exclui indivíduos de determinados serviços, seja porque não existem redes implantadas, seja pela qualidade de conexão e, principalmente, pelo custo alto para o acesso à internet.

Nesta conjuntura, as interações entre agentes e território (Corrêa, 2016) são motivadas e sustentadas pelas redes, que são conjuntos de localizações geográficas interconectadas por certo número de ligações. Ao mesmo tempo, as formas dessa rede para as interações espaciais cumprem ordens que são

determinadas tecnicamente, para cada uma de suas funções. As redes são imprescindíveis para a divisão territorial do trabalho ter a atual escala global e funcionar segundo as normas inerentes. Assim, são capazes de unir etapas separadas globalmente, como, por exemplo, pudemos constatar na produção de vacinas (Bertollo, 2013).

Pensar nas redes, no território e na capilarização das informações pelo *smartphone* remete à oferta e à qualidade dos serviços de internet, à instalação dessas infraestruturas e às desigualdades espaciais nas densidades de redes, principalmente numa lógica em que as empresas fornecedoras de serviços de internet buscam o retorno dos investimentos onde há maior demanda e renda dos consumidores (Bertollo, 2020).

Simultaneamente, há um importante crescimento do consumo de serviços, tecnologias e conteúdos informacionais, que potencializam a produção de novos conhecimentos criados individualmente ou coletivamente por meio das redes. Portanto, os sistemas técnicos responsáveis pelo funcionamento e uso da internet são concebidos como espaço onde se supõe trabalho:

o espaço não é apenas material ou físico, está sempre ganhando novas definições substantivas com as mudanças históricas e que permite comunicar o resultado de um trabalho real, multidimensional. O espaço virtual se apoia no espaço real, ambos úteis à construção cotidiana da história, cuja aceleração autoriza, como é o caso do espaço virtual (Santos, 2000a, p. 2).

Um exemplo disso são as gigantescas redes de servidores do Google, Apple e Facebook que, para gerenciar as informações e dados dos seus bilhões de usuários e prover todos os seus produtos e serviços, implementam infraestruturas gigantescas nos Estados Unidos e em lugares de clima frio para resfriar os equipamentos. Estes fixos se localizam geralmente próximos ao círculo polar ártico para economizar energia, num contexto em que os atributos naturais de um território são transformados em elementos de competição espacial, isto é, a apropriação corporativa do território (Santos, 2003).

O uso corporativo do território explicita as normas que conduzem o ordenamento dos sistemas de objetos e das ações corporativas, isto é, “*a forma hegemônica de compartilhar o espaço no capitalismo contemporâneo [...] [que] tem a força de determinar a tendência das demais formas de desenvolvimento do processo de produção material da vida na fase atual do capitalismo*” (Kahil, 2010, p. 478).

O uso cotidiano do *smartphone* e a coleta de dados sob a regulação de agentes públicos e privados consolida “*a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais [...] e apoia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico*” (Ribeiro, 1991, p. 48).

Como afirma Kahil (1997, p. 218), “*se na esfera técnica o espaço se organiza de modo descontínuo, como psicofera o espaço se mundializa, internacionalizando crenças, desejos, hábitos e comportamentos*”. A psicofera é, então, dominada por um modelo de capitalismo dadocêntrico elaborado pelo Vale do Silício (Califórnia, Estados Unidos), que converte em ativo rentável os aspectos da existência cotidiana, isto é, “*tudo aquilo que costumava ser o nosso refúgio contra os caprichos do trabalho e as ansiedades do mercado [...] nossos relacionamentos, nossa vida familiar, nossas férias e até nosso sono*” (Morozov, 2018, p. 33).

Logo, a capilarização dos *smartphones* na homogeneização de comportamentos também influencia as políticas de desenvolvimento e planejamento territorial, que utilizam dados e informações produzidas ininterruptamente tanto pelos cidadãos, como por instituições, Estado e empresas. Alguns exemplos são o uso e a comercialização dos processos judiciais do estado de São Paulo e dados do SISU⁸², vendidos e/ou entregues à nuvem da Microsoft (Silveira, 2021).

⁸² Sistema de Seleção Unificada (SISU) gerido pelo Ministério da Educação (MEC) que oferece vagas de instituições públicas de ensino superior para participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

O mesmo vale para o Programa Bolsa Família que, ao distribuir auxílios e mapear as carências e necessidades da população, serve para orientar políticas públicas voltadas à saúde e educação, entre outros exemplos. Essas ações também norteiam o planejamento empresarial que coleta dados por meio do uso de aplicativos ligados aos bancos ou plataformas de compras, impondo até mesmo uma reorganização de seus estoques conforme as cidades ou regiões.

Esta e outras cessões de dados estratégicos nacionais ilustram a completa alienação técnica que contribui muito com a chamada “*colonização dos dados*”, isto é, a alienação sobre como funcionam as redes e o desprezo em se conhecer e dominar localmente os processos tecnológicos e os termos das corporações (Silveira, 2021). Assim, o tipo de planejamento neoliberal, não só nas cidades, como no campo, se dá numa lógica em que “*o fluxo transfronteiriço de dados não é do norte para o sul, mas da periferia para o centro, pois os dados estratégicos dos EUA e França, por exemplo, não são armazenados e tratados fora de suas fronteiras territoriais*” (Silveira, 2021, p. 35).

A fusão do ordenamento neoliberal com as lógicas de colonização dos dados mantém a posição do Brasil como país constantemente dependente das tecnologias criadas na matriz, num contexto em que tanto a soberania de dados e tecnológica, quanto as ideias de planejamento têm a ver com a execução, os agenciamentos e as normas forâneas que incidem no território.

Planejamento e desenvolvimento territorial: a informação e a psicofera na cidade e no campo

A análise espacial sobre o planejamento e desenvolvimento territorial na cidade e no campo partem das principais transformações na história do modo de produção e de seus movimentos mais gerais. Estes acontecimentos delinearão os aspectos do período atual, como os fluxos de informações (monetária, ordens, banais), as transformações na geopolítica e a aceleração contemporânea da

história, principalmente no que diz respeito à revolução técnico-científica informacional e ao acesso à informação e à tecnologia de forma instantânea.

As cidades: smartphones e planejamento urbano

As transformações urbanas recentes e o planejamento atual ligados à variável informação funcionalizada na internet, ressaltam o papel das infraestruturas de comunicação como sistemas técnicos que medeiam os usuários de *smartphones* e as corporações que controlam atividades cotidianas nas cidades, como aplicativos de transporte, de entrega de alimentos, de redes sociais, de mapeamento e geolocalização, acesso aos bancos, uso de plataformas de vendas etc. Por intermédio destas tecnologias é possível obter dados, produzir e cruzar informações, promover vigilância, predizer e propor ações aos usuários destes dispositivos e intensificar as políticas para as *smart cities* ou cidades inteligentes.

No contexto contemporâneo das cidades inteligentes, verificamos as contradições e as estratégias de descentralização da governança das cidades com a crescente privatização dos serviços públicos e a utilização da intermediação dos dados, o que requer novos sistemas de objetos técnicos, novas infraestruturas, novas normas.

Compreendidas também como motores da acumulação capitalista, as cidades se encaixam no contexto mais amplo dos preceitos neoliberais, e são disputadas entre empresas e corporações de tecnologia para serem transformadas em “inteligentes”, numa conjuntura em que as infraestruturas tecnológicas são configuradas de modo mais alinhado com os dogmas do neoliberalismo (Morozov; Bria, 2019).

Os dados coletados de usuários de internet nas cidades são como *commodities* a serem vendidas e compradas com ampla participação das *big tech*, que controlam e influenciam grande parte do sistema de transporte público, como é o caso do domínio da Uber nas médias e grandes cidades, e também têm

a capacidade de intervir nas questões habitacionais e em planos diretores das cidades como a *Airbnb* (Tavolari, 2019), propiciando discussões sobre a geopolítica das *smart cities* em que empresas de vários países, sobretudo dos Estados Unidos, competem por mercados crescentes como o Brasil.

Por isso, ao tratar da psicofera, a esfera da ação, no caso das cidades inteligentes, o uso das palavras *smart* ou *inteligente*, como *marketing*, fomenta um argumento a favor da superioridade da forma mercado sobre todas as outras, introduzindo soluções digitais corporativas para problemas sociais e políticos, sem vozes de contestação mais fortes que possam fazer frente a esse movimento (Morozov; Bria, 2019).

As *smart cities* de países de terceiro mundo como o Brasil precisam ser pensadas para além de investimentos tecnológicos e do setor corporativo em tecnologias “disruptivas”, buscando-se compreender o uso de tecnologia da informação e comunicação e qual o alcance para as populações de diversas rendas no contexto destes países. Ressaltamos esse olhar para o território usado com suas tecnologias: se a população tem aplicativos de transporte, saúde, burocracias do cidadão, as pessoas estão também, de certa maneira, informadas nas grandes metrópoles e nas cidades de menor dimensão.

Por isso é indispensável considerar o conceito de tecnosfera, que é a estrutura, o mundo dos objetos que depende da ciência e da tecnologia, ressaltando que a geografia dos fluxos se vincula à geografia dos fixos (Santos, 1996), e, assim, psicofera e tecnoesfera são complementares.

A tecnosfera, que envolve o uso do smartphone e a capilarização dessa rede pelo território, se relaciona ao efeito da psicofera, dependendo da densidade da rede no local e do espectro social. Assim a psicofera se impõe e circula no smartphone como produção imaterial, seja para recreação, seja na interferência política, como nas eleições e no convencimento dos cidadãos sobre certas políticas a serem desenvolvidas nas cidades.

O impacto no planejamento territorial do Estado, como o Programa Bolsa Família, de âmbito federal, requer uma tecnosfera para acontecer, como o uso do cartão e da rede de bancos para saque do valor deste benefício, revelando o uso do território, isto é, o *território usado* para esse fim.

Portanto, a cidade inteligente não é somente uma estrutura *hiper* sofisticada e vanguardista, pois também tem relação com o uso massificado do *smartphone*. Existe uma população pobre que utiliza esse objeto e essas redes que são considerados para o planejamento de saúde, transporte e serviços burocráticos, como, por exemplo, o aplicativo SPTaxi que é oficial da Prefeitura de São Paulo para solicitar corridas de táxi; e o cartão saúde, que é o e-Saúde do Sistema Único de Saúde para assistência básica, informações e prontuários sobre o paciente.

Pensar em cidade inteligente é também pensar em como a população acessa informações de caráter cidadão e pode se organizar por meio delas, ao mesmo tempo em que gera dados para um melhor planejamento dos serviços e das cidades; por isso, essa transmissão de dados requer a tecnosfera, isto é, um sistema técnico encadeado e eficaz.

Para além da forma corporativa de lidar com os dados, há outra forma de pensar e tratar a soberania dos dados para que se fortaleçam empresas nacionais na área, desenvolvendo algoritmos, nuvens e servidores nacionais para guardar, usar e proteger os dados estratégicos sobre a população e para que cidades gerenciem suas próprias plataformas e dados, já que a maior parte deles são armazenados em nuvens das *big tech*, como *Microsoft* e *Google*, em servidores nos Estados Unidos.

Estes processos são potencializados pelo crescente número de metrópoles em todo o mundo, pois nelas se constituem progressivamente espaços da globalização em rede. São nestes espaços em que há maior e mais densa circulação de produtos, de dados, de mercadorias, de seres humanos e de ideias,

em que se concentram a produção e as populações, por serem as cidades o meio de existência para a maior parte das pessoas.

Consideramos que o uso destas redes e a sua importância para o planejamento urbano acabam por reproduzir as desigualdades na economia urbana dos países mais pobres, agora potencializadas também nos países de primeiro mundo, quando analisamos, por meio dos dois subsistemas da economia urbana – o circuito superior ou "moderno", o superior marginal e circuito inferior ou marginal (Santos, 1979) –, a qualidade e a finalidade do uso destas redes, principalmente como incidem no trabalho não especializado, nas produções e serviços banais, e nas ações ligadas aos consumos populares (Silveira, 2009).

O conceito psicofera e a noção da modulação de comportamentos por meio das redes de comunicação contribuem para entender como se dá o convencimento coletivo para desenvolvimento territorial nas cidades sob a lógica neoliberal e para a “socialização capitalista” (Lojkine, 1981), em que os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia e a utilização produtiva, privada e especulativa de infraestruturas financiadas por meio de impostos com o esforço coletivo mediante a contribuição social.

Neste contexto, há um processo cada vez mais sofisticado de persuasão para a transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas. Esse processo é seletivo e atinge diferentemente os atores econômicos, o que faz do Estado um motor de desigualdades, pois favorece concentrações e marginalizações, como, por exemplo, o que acontece em grandes metrópoles e capitais brasileiras com a presença de empresas transnacionais como Airbnb, que são, além de serem plataformas para aluguel de curto prazo de imóveis, influentes em planos diretores, no uso do solo urbano, na construção e comercialização de prédios com apartamentos minúsculos e de alto valor. Ademais, os proprietários dos imóveis são majoritariamente de ambientes

corporativos (empresas ou fundos de investimento internacional) e definem os preços baseados na cotação do dólar, o que fica totalmente fora da realidade do quanto as pessoas podem pagar, redefinindo e gentrificando os bairros, sem intervenção do poder público para controlar e normatizar estas atividades.

Isto ocorre nas grandes cidades, principalmente nos países subdesenvolvidos, dada a maior divisão do trabalho, rapidez da expansão demográfica e da expansão territorial. Por isso, a importância da informação no planejamento territorial, pois “o território passa a ser comandado a partir da capacidade de informação e são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço” (Santos, p. 82, 1989). Soma-se a este processo, a influência das firmas de consultoria nacionais e internacionais⁸³ sobre o Estado, pois são empresas que analisam, validam informações, transações financeiras e cumprimento de normas, modulam aplicações de recursos, gestão e ranqueamentos de cidades como critério de recebimento ou não de investimentos.

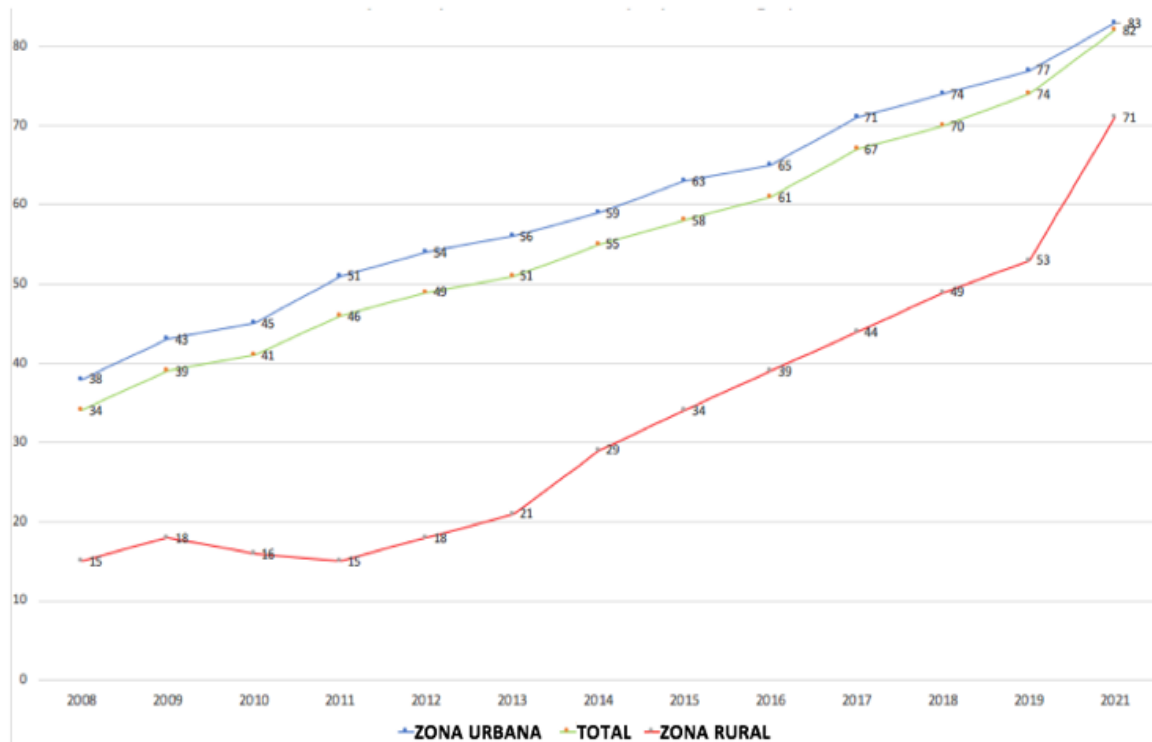
Portanto, a psicosfera e o *marketing* das cidades inteligentes são ramificações da financeirização das infraestruturas pensadas e produzidas pelo planejamento territorial, com um uso de grande quantidade de recursos públicos para pagar projetos das incorporadoras privadas, para conceder benefícios legais e fiscais que autorizam corporações e grandes agentes do mercado imobiliário a construir além da densidade original da área, em que o poder público investe na mesma região, utilizando dinheiro público e, por conseguinte, aumentando o valor dos imóveis e potencializando a gentrificação, com a expulsão de populações mais antigas e também as mais pobres com a garantia de grandes lucros corporativos no contexto das *smart cities*, *smart buildings*, e cobrança *smart premium* (Morozov; Bria, 2019).

⁸³ As firmas de consultoria nacionais e internacionais são principalmente as chamadas *Big Four*, que são as quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo EY, PwC, Deloitte e KPMG.

A capilarização das informações no campo: o caso da IoT na produção agrícola

Este movimento de capilarização da informação nas cidades atingiu o campo brasileiro com uma digitalização crescente e, dependendo da região do país, com aplicação na produção agrícola a um nível mais ou menos tecnológico. Na Figura 1 que apresenta o acesso à internet na zona rural com o passar dos anos, é nítida a chegada destes sistemas técnicos, ainda que pese a qualidade da conexão, em várias porções do campo brasileiro.

Figura 1- Domicílios com acesso à internet: Zona Rural, Zona Urbana e total no Brasil pelo período 2008-2021 (em porcentagens).



Fonte: CETIC.BR, 2022.

Há, a partir deste processo, uma difusão seletiva no território da Internet das Coisas (IoT) no campo brasileiro, o que intensifica a competitividade regional do agronegócio globalizado. Este movimento abre também possibilidades de mitigar as desigualdades no campo e estender estas tecnologias para a agricultura familiar.

Neste movimento, surgem e se concretizam novos agentes, como as *Agtechs* nacionais e internacionais, e as corporações do agronegócio global em cooperação com as *big techs* e *fintechs* (Bertollo, 2021), além do suporte de instituições de pesquisas públicas brasileiras na capilarização da internet no campo.

Outros agentes que começaram a participar destas redes, e que precisam de apoio para utilizarem de forma socialmente positiva o acesso à internet, são os pequenos produtores rurais que usam os provedores regionais como alternativa de conexão, onde não chegam as grandes operadoras de internet. Isso pode impactar de forma importante na conformação de cooperativas e na troca de experiências para a prática, por exemplo, da agroecologia.

Assim, coexistem um trabalho global, um trabalho nacional e um trabalho local, com um novo uso do tempo e do solo (Silveira, 2009). Estes sistemas técnicos, ainda que distribuídos de forma díspar no território, trazem um novo paradigma de competitividade para agentes hegemônicos e a incapacidade de certas regiões para acompanharem esse movimento. Isso tem como consequência a sujeição de pequenos produtores às plataformas das *big techs* aliadas às corporações tradicionais do agronegócio.

Alguns exemplos destas plataformas são a *Xarvio Digital Farming Solutions (Basf)* para lavoura de soja; a *Space X* que lança nanossatélites para o monitoramento agrícola e a estimativa de produção de soja e milho no estado do Maranhão; o poder de laboratórios na produção e propriedade intelectual sobre sementes transgênicas como a *Syngenta*; o uso do *WhatsApp* por estas empresas em vários locais em que esta é a principal via de trocas de informações; e a apropriação e conformação de *Big Data* ligada à produção agropecuária nacional por corporações como *Apple*, *Amazon* e *Microsoft*.

Também consideramos que, durante a pandemia de Covid-19, houve um importante crescimento do setor de plataformas digitais e sistemas financeiros com moedas digitais (também chamado de *e-commerce*) como *iFood*, a

financeirização dos “sem bancos”, que são as pessoas mais vulneráveis e pobres que utilizam bancos digitais (como *Nubank*) e a popularização das transações por PIX, trazendo novas variáveis e impactos aos pequenos produtores.

O acesso e a qualidade de conexão à internet também potencializam desigualdades econômicas e regionais no campo, e, quando utilizadas de modo mais eficaz, também podem resultar na mobilidade dos produtores, como a organização em rede para comércio, logística e cooperativas.

Ao mesmo tempo, as redes, aplicativos e sistemas das *big techs* exercem um poder sem nenhum obstáculo normativo e material para suas ações no território. Isso ocorre por intermédio da vigilância, coleta constante de dados, influência política, econômica e também na dimensão da psicosfera, que fomenta a formação e o fortalecimento de redes de grandes produtores de insumos quando têm também o poder de impor discursos no âmbito do campo.

Um exemplo disso é o discurso sobre os investimentos nas *commodities* como resposta a uma “demanda verde”, que não cita nenhuma das repercussões negativas no contexto da monocultura de alta produtividade. A demanda verde é uma das estratégias do agronegócio para justificar suas ações em relação à suposta preocupação com o clima e afins, mas que, efetivamente, tem o objetivo de disputar recursos, fundos e fontes de financiamento, com forte vínculo com a grande mídia para compartilhar esses valores.

Por isso, ao analisar uma tecnosfera específica, ela tem relação com uma psicosfera específica. Estes conceitos são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico-informacional introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade⁸⁴ [sic] no próprio conteúdo do território (Santos, 1996).

⁸⁴ NE: opção de escrita da autora; grafia correta (acordo ortográfico de 2009): contrarracionalidade.

Considerações finais

Compreender o processo de banalização das plataformas digitais e de capilarização do *smartphone*, tanto na cidade quanto no campo, e seus impactos no planejamento territorial, requer entender o meio técnico-científico-informacional como expressão geográfica da globalização e o uso do território por meio da implantação de infraestruturas de informação. Tais estruturas, efetivadas pelos sistemas de engenharia e pelo dinamismo da economia e da sociedade, movimentam a população, determinam a distribuição das atividades agropecuárias, da indústria e dos serviços, além de impactar no arcabouço normativo (como a legislação civil, fiscal e financeira), e de serem imprescindíveis na extensão da cidadania, configurando novas funções do espaço geográfico.

Segundo Santos (1996), a história da fluidez do território é balizada pelo processo de aceleração. Neste sentido, as redes e a capilarização da informação motivam uma forte regulação política do território com objetos técnicos cada vez mais sofisticados ligados à produção e aos insumos técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares.

Ao mesmo tempo, a informação, que é gerada, modulada e enviada através de redes de serviço globais oligopolizadas pelas *big techs*, consegue transpor escalas por meio dos sistemas técnicos por onde flui a maior parte das informações do planeta. Estas redes globais estão presentes em grande parte do território brasileiro, o que permite capilarizar informações para fins econômicos, políticos, de vigilância etc., por intermédio do uso massificado dos *smartphones*.

Assim, as cidades estão se submetendo cada vez mais às empresas de tecnologias *smart* com promessa de economia no fornecimento de serviços no período da austeridade ao utilizar câmeras, drones, robôs e estruturas de uma urbanização militarizada (Morozov, 2018), com um planejamento imbuído de

tecnologias e manutenção preditivas. Um exemplo recente é a cidade do Rio de Janeiro, com um centro de policiamento em tempo real fornecido pela IBM, com salas de operações distribuídas pela cidade e cujos dados das repartições públicas e policiamento ficam em poder desta empresa.

Esta estratégia faz parte da submissão das cidades aos *rankings* competitivos e pontuações comparativas das agências de riscos, que estão sempre sob auditoria das consultorias que estipulam metas. Quanto maior a nota, melhor a situação para empréstimos e participação para obter fundos de instituições como Fundação Rockefeller e Banco Mundial, ressaltando que as corporações fazem “sub-investimentos”⁸⁵ e não fazem planejamento a longo prazo com objetivo de ganhos especulativos e depois abandonam as infraestruturas (Morozov; Bria, 2019).

A psicofera envolvida nestas ações tem um poder cada vez maior devido à sofisticação da coleta e do uso de dados que são produzidos ininterruptamente pelas pessoas que se conectam à internet por meio de *smartphones*. Como exemplo, os dados coletados pelo aplicativo *Google* são usados para treinar inteligência artificial, autonomizar processos e dar respostas tecnológicas a muitos problemas que são gerados por desigualdades sociais.

Uma possível solução é a complexa “remunicipalização” de infraestruturas digitais das cidades (Morozov; Bria, 2019), ainda que muitos objetos sejam controlados por corporações cujos centros de decisão estão distantes e que têm poder sobre os equipamentos e aplicativos importantes da vida cotidiana, como saúde, educação e acesso aos serviços da cidade, como transporte.

A atual capilarização da informação no campo intensifica a sujeição às exigências da globalização que comandam a temporalidade do fazer, com uma regulação externa sem os obstáculos da materialidade existente há muito tempo nas cidades, que já têm constituições técnicas e meios construídos nem sempre

⁸⁵ NE: opção de escrita da autora. grafia correta (acordo ortográfico de 2009): subinvestimentos.

funcionais para novos capitais. O campo modernizado é mais sujeito à regulação e às forças de mercados hegemônicos e, dessa forma, os objetos passam a também ser informação, tornando o espaço mais complexo. Por isso, a necessidade de atualização dos conceitos: as ações com base científica e sem debate aprofundado se impõem de forma pragmática, e a comunicação acaba por organizar a vida coletiva e individual imbuída de discursos do uso, da sedução, das ações que necessitam de legitimação para serem aceitas (Santos, 2003 [1977]).

É preciso entender o funcionamento dos sistemas técnicos, dos equipamentos, dos objetos que formam espaço, para compreender a materialidade como componente que estrutura, limita, convida ou impõe a ação.

Portanto, entendemos que o direito à cidade e o direito às terras agricultáveis, no caso do campo, são o direito à titularidade de direitos em si, e permitir que as *big techs* continuem definindo-os como serviços (desde que dados possam ser extraídos durante seu fornecimento), tem como consequência os sistemas técnicos no comando único e com intencionalidades contrárias ao exercício da cidadania. Por isso, a urgência em refletir sobre a indissociabilidade de tecnoesfera e psicosfera no planejamento territorial e na construção de um país soberano.

Referências bibliográficas

ANTAS Jr., R. M. A articulação dos acontecimentos na construção dos fluxos globais: notas sobre o circuito espacial produtivo de medicamentos na França e no Brasil. **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, 2020.

BERTOLLO, M. O uso dos *smartphones* no Brasil: o papel dos provedores regionais na capilarização da informação no território. *In: Brasil, presente!* Ana Fani Alessandri Carlos; Rita de Cássia Ariza da Cruz (org.). São Paulo, FFLCH, USP, 2020.

BERTOLLO, M. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo *smartphone***. Tese (Doutorado em Geografia Humana). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BERTOLLO, M. **O circuito espacial produtivo da vacina no território brasileiro e a pandemia Influenza A H1N1**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CASTILLO, R. A. **Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital no território brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CETIC.BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Domicílios com acesso à internet: Zona Rural, Zona Urbana e total no Brasil pelo período 2008-2021**. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 11 abril 2024.

CORRÊA, L. R. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-143, jan./jun., 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – Educação**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017, 2018.

KAHIL, S. P. Psicofera: a modernidade perversa. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 11, 1997.

KAHIL, S. P. **Uso do território brasileiro: densidade e fluidez das vias de circulação e do movimento no front da agricultura moderna - região central do Brasil**. Relatório de Pesquisa, FAPESP, Rio Claro, 2008.

KAHIL, S. P. Psicofera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, 2010.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1981.

MOROZOV, E. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução: Cláudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. *In*: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Outros territórios, outros mapas**. Osal, Ano VI, n. 16, pp. 263-272, jan./abr. 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. O período técnico-científico e os estudos geográficos. **Revista do Departamento de Geografia**, 4, 15-20, 2011 [1986].

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Edusp, 1988.

SANTOS, M. **Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas**. Comunicação apresentada no Seminário Brasil Século XXI, Seção “Campo e cidade na virada do século”, Unicamp, 4 de abril de 1989.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo, Edusp, 1994a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Há mesmo um espaço virtual?** Palestra proferida em 21 fev. 2000. Disponível em https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/Ha-mesmo-um-espacovirtual_Milton-Santos.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024. 2000a.

SANTOS, M. A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. *In: Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003 [1977].

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In: Sérgio Amadeu da Silveira, Joyce Souza, João Francisco Cassino (org.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. SP: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, 22 (55), 2009.

TAVOLARI, B. **AirBnB**: do compartilhamento do quarto vazio à exploração por empresas. LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2019.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Silvana Cristina da Silva

Professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos dos Goytacazes) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Território e Cidades (TeCidades). Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ (2023-2025). Graduada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desenvolve pesquisas que envolvem temas como globalização e pobreza urbana; cidade, digitalização e psicofera neoliberal; e espaço urbano e expansão evangélica no período da globalização. Autora de importantes artigos e capítulos de livros sobre essas temáticas, destacando aqui aqueles que abordam questões que envolvem psicofera, neoliberalismo e difusão evangélica no território brasileiro, além de ter organizado importantes livros, em especial “Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo”.

E-mail: silvanasilva@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9854405764047883>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3422-6046>

André Pasti

Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) nas áreas de Planejamento Territorial e Ciências Humanas, atuando também no programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território (PGT) da mesma instituição. Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Lidera o Grupo de Pesquisa TERRITORIAL - Território Praticado, Conjuntura e Tecnopolítica na América Latina. Integra o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Desenvolve pesquisas sobre informação e meios de comunicação, planejamento territorial e geografia humana, tendo um conjunto de artigos e trabalhos nessas temáticas, além de ter organizado o livro “Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais”.

E-mail: andre.pasti@ufabc.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6023332625296760>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0116-1853>

Wagner Nabarro

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), atua como professor substituto na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Desde a graduação se envolve em discussões que envolvem a noção de psicofera, mas é em sua tese de doutorado, defendida em 2022, intitulada “O espaço do mercado de capitais: tecnosfera e psicofera dos investimentos no território brasileiro”, que alcança formulações e aplicações mais profundas e precisas para essa ideia. Além disso, é autor de diversos artigos, capítulos de livros e outras publicações sobre os temas de informação, urbanização, economia e finanças.

E-mail: wagner.wn@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0161193380488534>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9406-9145>

Igor Venceslau

Doutor em geografia humana na Universidade de São Paulo (USP), onde apresentou e defendeu a tese intitulada “Espaço geográfico e economia digital: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico”. Integrou a cátedra Oscar Sala de estudos do digital no Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). Realiza pesquisas em diversos temas nas áreas de geografia econômica, política, urbana e regional. É autor do livro “Correios, logística e usos do território brasileiro” e diversos outros artigos, capítulos de livro e outros trabalhos que envolvem questões sobre logística, comércio eletrônico, novas dinâmicas econômicas e de consumo.

E-mail: igorvenceslau@usp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2039998106965148>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6321-3319>

Luciano Duarte

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Possui graduação e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra o Laboratório de Pesquisas Territoriais (LAPET), do Núcleo de Estudos Estratégicos da Fronteira (NEEF), e desenvolve pesquisas sobre circuitos espaciais produtivos, economia política das cidades e do território, processos de modernizações, novas dinâmicas econômicas e transições energéticas. Publicou artigos, capítulos de livros e outros trabalhos sobre essas temáticas, além de ser autor do livro “Economia política das cidades e circuito espacial produtivo: a Baixada Santista e o Pré-sal”.

E-mail: lucianopsilva@ufgd.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6514230892285968>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5117-7496>

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campus Uberlândia. Bolsista Produtividade em Pesquisa, CNPq-Brasil. Possui graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Rio Claro. Integra a Rede de Pesquisa sobre Regiões Agrícolas (REAGRI) e desenvolve pesquisas sobre modernização territorial, especializações territoriais produtivas, redes e circuitos espaciais de produção, circuitos da economia urbana, regiões agrícolas, agronegócio e inovação, urbanização e agronegócio, uso do território e globalização. É autor de diversos artigos e trabalhos nessas temáticas, com destaque para o capítulo de livro “Território e psicosfera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal”.

E-mail: mirlei@ufu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8042853925633530>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1094-8829>

Heloísa Santos Molina Lopes

Professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), no campus de Registro. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e desenvolve sua pesquisa de doutoramento também na Unicamp. Integra o grupo de pesquisa Logística, Agricultura e Usos do Território Brasileiro (LAUTER) e atuou em diversos projetos que tangem os temas de desenvolvimento rural e territorial. Atualmente desenvolve pesquisas sobre circuitos da economia agrária, segurança e soberania alimentar e programas governamentais de alimentação escolar, tendo publicado diversos trabalhos sobre esses temas, com especial destaque para o artigo “A ideologia da modernização e os circuitos da economia agrária: a quem serve o planejamento territorial do campo brasileiro?”.

E-mail: heloisa.molina@ifsp.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7228086963979693>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1868-2212>

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal, possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Faz parte da Rede de Pesquisas Sobre Regiões Agrícolas (REAGRI), do grupo Logística, Agricultura e Usos do Território Brasileiro (LAUTER) e coordena o Laboratório de Dinâmicas Espaciais (LADINE). Desenvolve pesquisas sobre os temas de cidades gêmeas, dinâmica comercial fronteiriça, circulação de mercadorias, competitividade regional e vulnerabilidade territorial, sendo autora de diversos trabalhos sobre essas temáticas, com especial destaque para o livro “Complexo Soja no Mato Grosso do Sul: Competitividade Regional e Vulnerabilidade Territorial”.

E-mail: ana.faccin@ufms.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9264590828345784>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8740-4689>

Mait Bertollo

Pesquisadora na área de Geografia Humana, em estágio de pós-doutorado como professora visitante na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e no *Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques* da Sorbonne Nouvelle Paris III. Tem graduação e mestrado em Geografia pela Unicamp e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Integra o grupo de pesquisa Logística, Agricultura e Usos do Território Brasileiro (Lauter) e a Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (Reagri). Desenvolve pesquisas nas temáticas de circuito espacial produtivo, círculos de cooperação, saúde pública, urbanização, globalização, planejamento territorial, internet, redes de comunicação, smartphone, agronegócio, agtechs, pequenos produtores, logística, Internet das Coisas (IoT). Possui diversas publicações nessas temáticas, entre artigos, capítulos de livros e livros como o intitulado “Agricultura e espaços globalizados: produção, circulação e usos do território brasileiro”.

E-mail: mabertollo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9807906656382737>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2001-9721>

**Luciano Duarte
Bruno Frank
(org.)**

PSICOSFERA

**contribuições teóricas a partir
de investigações geográficas**

**UF
GD** Universidade
Federal
da Grande
Dourados

**TOTAL
BOOKS**